

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, ARTES E LETRAS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**GRAU: LICENCIATURA
Modalidade: PRESENCIAL**

**BLUMENAU,
fevereiro de 2022**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Campus I

Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca

89030-903 - Blumenau - SC

Telefone: 47 3321-0200

Página da FURB na internet: <http://www.furb.br>

Reitora: Profa. Me. Márcia Cristina Sarda Espindola

Vice-Reitor: Prof. Dr. João Luiz Gurgel Calvet da Silveira

E-mail: reitoria@furb.br

Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante: Prof. Dr. Romeu Hausmann

Telefone: (47) 3321-0406 / E-mail: proen@furb.br

Pró-Reitor de Administração: Prof. Me. Jamis Antonio Piazza

Pró-Reitor Adjunto de Administração: Prof. Me. Nazareno Loffi Schmoeller

Telefone: (47) 3321-0412 / E-mail: proad@furb.br

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura: Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Junior

Telefone: (47) 3321-0416 / E-mail: propex@furb.br

CENTRO DE EDUCAÇÃO, ARTES E LETRAS

Campus 1 – Sala I 202 / Telefone: (47) 33230253 / E-mail: awuo@furb.br

Diretor: Profa. Ma. Carla Fernanda Noll

Vice-Diretor: Prof. Titulação Nome

CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Comissão de elaboração (Portaria nº 0167/2021):

- Andrea Soares Wuo – Departamento de Educação
- Sônia Regina de Andrade – Departamento de Educação
- Ricardo Schers de Goes – Departamento de Educação
- Karina Zendron da Cunha – Departamento de Letras

- Karla Lucia Bento – Departamento de Educação e PROEN (Assessoria Pedagógica)

Núcleo Docente Estruturante:

- Andrea Soares Wuo – Departamento de Educação
- Andre Luiz Britto – Departamento de Educação
- Cassia Ferri – Departamento de Educação
- Karla Lucia Bento – Departamento de Educação
- Marcia Regina Selva Heinzle – Departamento de Educação

Colegiado de Curso (2022/1):

- Andrea Soares Wuo – Departamento de Educação – Coordenadora;
- Karla Lucia Bento – Departamento de Educação – Coordenadora Interina;
- Cyntia Bailer – Departamento de Letras;
- Gabriel Debatin – Departamento de Sociologia;
- Luiz Antonio Zancanaro Júnior – Departamento de Letras;
- Marcia Regina Selva Heinzle – Departamento de Educação;
- Milena Engels de Camargo – Departamento de Educação Física;
- Ricardo Schers de Goes – Departamento de Educação.

Colegiado de Curso (2023/1):

- Ligia Maria Louduvino Martins – Departamento de Artes – Coordenadora;
- Andrea Soares Wuo – Departamento de Educação;
- Cyntia Bailer – Departamento de Letras;
- Giovani Dalcastagné – Departamento de Educação Física;
- Luiz Antonio Zancanaro Júnior – Departamento de Letras;
- Marcia Regina Selva Heinzle – Departamento de Educação;
- Ricardo Schers de Goes – Departamento de Educação;
- Vinicius Vieira de Souza – Departamento de Educação.

LISTA DE SIGLAS

- AACC – Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais
AE – Atividade extraclasse
AEE – Atendimento Educacional Especializado
ART – Artes
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
BNC-Formação – Base Nacional Curricular – Formação
CA – Crédito Acadêmico
CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCEAL – Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras
CEB – Câmara de Educação Básica
CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEUA – Comitê de Ética na Utilização de Animais
CF – Crédito Financeiro
CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira
CNA – Ciências Naturais
CNE – Conselho Nacional de Educação
COMAVI – Comissão de Avaliação Institucional
CMP – Computação
CONAES – Comissão Nacional de Educação Superior
CONSUNI – Conselho Universitário
CP – Conselho Pleno
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais
DAF – Divisão de Administração Financeira
DCE – Diretório Central dos Estudantes

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
DGDP – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
DI – Deficiência Intelectual
DME – Divisão de Modalidades de Ensino
DPE – Divisão de Políticas Educacionais
DRA – Divisão de Registros Acadêmicos
DTI – Divisão de Tecnologia de Informação
EAD – Educação a Distância
EAL – Eixo Articulador das Licenciaturas
EDECON – Escola de Educação Continuada
Edifurb – Editora da FURB
EDU – Educação
EFI – Educação Física
EE – Eixo Específico
EFEX – Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ETEVI – Escola Técnica de Agropecuária do Vale do Itajaí
FACEB – Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau
FITUB – Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau
FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial
FIL – Filosofia
FUMDES – Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
HIS – História
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPA – Instituto de Pesquisas Ambientais
IPTB – Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau
IPS – Instituto de Pesquisas Sociais
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IsF – Idiomas sem Fronteiras
LAEDI – Laboratório de Estudos em Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LIFE – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores
MEC – Ministério da Educação
MIPE – Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
NEI – Núcleo de Estudos Indígenas
NGE – Núcleo de Gestão de Estágios
NInc – Núcleo de Inclusão
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da FURB
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PATT – Política de Articulação dos Temas Transversais
PCC – Prática como Componente Curricular
PDE – Prática Desportiva
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROAP – Programa de Atualização Permanente
PROEP – Programa de Educação Permanente
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante
PSI – Psicologia
SED – Secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINSEPES – Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau
SOC – Sociologia
SUS – Sistema Único de Saúde
TA – Tecnologia Assistiva
TDE – Trabalho Discente Efetivo
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCE – Trabalho de Conclusão de Estágio

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Detalhamento do curso.....	21
Quadro 2 - Componentes Curriculares com inserção dos temas transversais	39
Quadro 3 - Disciplina na modalidade a Distância	48
Quadro 4 - Distribuição das atividades de extensão nos componentes curriculares	49
Quadro 5 – Regime concentrado ou aulas aos sábados	51
Quadro 6 - Matriz Curricular.....	53
Quadro 7 - Relação de Pré-requisitos.	54
Quadro 8 - Listagem dos componentes curriculares	104
Quadro 9 - Listagem dos componentes curriculares novos.....	106
Quadro 10 – Laboratórios didáticos especializados.	119

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONTEXTO EDUCACIONAL	15
	HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE	15
	APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	19
	DADOS GERAIS DO CURSO	21
	FORMAS DE INGRESSO	22
	OBJETIVOS DO CURSO	22
	Objetivo Geral	22
	Objetivos Específicos	22
	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	23
3	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	25
	POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	25
	Ensino	25
	Extensão	27
	Pesquisa	28
	APOIO AO DISCENTE	29
	PROVAS DE SUFICIÊNCIA	32
	INTERNACIONALIZAÇÃO	32
	Política de Internacionalização	32
	Idiomas sem Fronteiras	35
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	36
	METODOLOGIA	36
	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	37
	INTEGRAÇÃO DO CURSO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	40
	COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO ALUNO AO LONGO DO CURSO	41
	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES	42
	ESTÁGIO	44
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	47
	COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD) 474.9	
	ATIVIDADES EXTENSIONISTAS	48
	REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS	51
	SAÍDAS A CAMPO	52

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)	52
ESTRUTURA CURRICULAR.....	52
Matriz curricular	52
Pré-requisitos	56
Detalhamento dos componentes curriculares	56
Detalhamento dos componentes curriculares obrigatórios do Eixo de Articulação das Licenciaturas.....	56
Detalhamento dos componentes curriculares dos Temas Transversais e complementares do Eixo de Articulação das Licenciaturas	69
Detalhamento dos componentes curriculares específicos do curso.....	71
5 DEPARTAMENTALIZAÇÃO	104
6 CORPO DOCENTE.....	106
PERFIL DOCENTE	106
FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE	106
COLEGIADO.....	107
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	108
7 AVALIAÇÃO	109
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	109
AVALIAÇÃO DO CURSO	110
Avaliação institucional	110
Avaliação externa	112
Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	113
AVALIAÇÃO DO PPC	113
AVALIAÇÃO DOCENTE	113
8 INFRAESTRUTURA.....	115
ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO	115
GABINETES DE TRABALHO	115
ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO, NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E SERVIÇOS ACADÊMICOS	115
SALA DE PROFESSORES	115
SALA DE AULA	115
ACESSO DOS ESTUDANTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	115
LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS	116
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	117
CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	118
REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

Esse Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Educação Especial apresenta a organização curricular para oferta do curso a partir do Edital nº 1.426/SED/2021. A oferta do curso se dá, portanto, no âmbito do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, de responsabilidade da Secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina – SED. O curso, ora proposto, tem como objetivo formar profissionais para atuarem na área da Educação Especial na Educação Básica e instituições congêneres, na perspectiva da educação inclusiva.

A submissão do projeto ao Edital da SED teve como aporte a experiência da FURB que, em 1998 ofertou o curso de Pedagogia com habilitação em Educação Especial. Com a mudança na legislação em relação às habilitações, o curso deixou de ser ofertado. Em 2010 o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, mantido pelo MEC, identificou como demanda a necessidade de profissionais para atuarem na área da educação especial. Para atender a essa demanda na região do Médio Vale, identificada pelo cadastro na Plataforma Freire, em agosto de 2010 o Centro de Ciências da Educação/FURB implantou o Curso de Licenciatura em Educação Especial, com sede em Brusque e vinculado ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Esse programa de formação de professores foi resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação - MEC em colaboração com as secretarias de educação e outras instituições públicas de educação, objetivando a oferta de cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores em exercício, mas sem formação, nas escolas públicas (adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei Nº 9394 de dezembro de 1996).

Em agosto de 2012 a FURB ofertou outra turma com financiamento obtido do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES). Esse fundo constitui-se em um programa de concessão de Bolsas de Estudo da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, previsto no Art. 171 da Constituição Estadual e tem por finalidade prover condições efetivas para o fomento do desenvolvimento e das potencialidades regionais pela inserção de jovens na educação superior.

Observa-se, portanto, que a FURB possui experiência na área para a oferta do curso de Educação Especial. Além de se pautar nessa expertise, o presente PPC tem por base as diretrizes para a Educação Especial, fixadas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que apontam a necessidade de qualificação de profissionais para atuarem nesta área e tem como objetivo:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008).

Observa-se, ainda, que a oferta do curso de Educação Especial contribui de forma significativa com o atendimento das metas educacionais previstas na Lei Nº 13.005/24/06/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, especificamente as que preconizam a garantia de um sistema educacional inclusivo a todos os estudantes matriculados na rede regular de ensino.

Na mesma direção, a BNC-Formação de 2019 listou, entre as habilidades profissionais, a capacidade de os professores da educação básica utilizarem “[...] as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.” (BRASIL, 2019, p. 18).

Além desses documentos orientadores, o projeto buscou fundamentos na proposta pedagógica para cursos de educação especial elaborada pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) e pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), que sinalizam que a formação nessa área deverá possibilitar que os profissionais atuem no atendimento educacional especializado em diferentes espaços, de forma interativa e interdisciplinar.

O curso ainda está em consonância com o comprometimento da FURB, presente em seu PDI, de fomentar a formação de professores para atuarem na educação básica, reconhecendo o papel regional no que se refere à formação inicial e continuada de professores para as redes de ensino e com sua missão de “Promover o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, respeitando e integrando a diversidade cultural, fomentando o desenvolvimento social, econômico e ambiental responsável.” (FURB, 2022, p. 56).

A base legal para oferta do curso se dá, também, no âmbito da Constituição Federal de 1988 que reconhece a educação como direito de todos, tendo como um de seus princípios a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. (BRASIL, 1988). Princípio esse retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

Atende também a legislação dos temas transversais no que concerne a Educação para as Relações Étnico-raciais, Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, inclusão de estudos sobre história e cultura afro e indígena, Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, Educação em Direitos Humanos, Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, Educação Ambiental, Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.

Por fim, a base legal é complementada com a legislação interna da FURB:

- Resolução FURB nº 82/2004 que Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACCs dos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau, na forma dos Anexos I e II.
- Resolução FURB nº 32/2017, que estabelece a Política de Articulação dos Temas Transversais, intitulada PATT, e institui a comissão no âmbito da FURB.
- Resolução FURB nº 89/2018, que institui a Política de Estágios.
- Resolução FURB nº 99/2019, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da FURB.
- Resolução FURB nº 107/2019, que regulamenta as atividades que compõem o Trabalho Discente Efetivo (TDE) na FURB.
- Resolução FURB nº 3/2020 que altera a Política Institucional para oferta de componentes curriculares a distância em cursos presenciais da FURB.
- Resolução FURB nº 51, de 29 de julho de 2020, que altera os dispositivos das Resoluções nº 201/2017, de 22 de dezembro de 2017 e nº 68/2018, de 27 de agosto de 2018, que dispõem sobre as Diretrizes Gerais Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB.

2 CONTEXTO EDUCACIONAL

HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE¹

Foi na década de 1950 que surgiram as primeiras manifestações públicas em defesa da implantação do ensino superior em Blumenau. O movimento que deu origem, em 1964, à Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau (FACEB), embrião da FURB, deve ser entendido no contexto de reivindicações pelo ensino superior no estado, em expansão, e sua interiorização. A aula inaugural, proferida pelo professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Alcides Abreu, aconteceu apenas no dia 02 de maio de 1964, data esta reconhecida como sendo a da fundação oficial da FURB. Em 1967, foram criadas mais duas faculdades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Jurídicas.

Devido ao aumento dos cursos e dispersão dos mesmos em espaços diversos, em janeiro de 1968 foi criado o Movimento Pró-Sede Própria, cujo principal objetivo era angariar fundos para a construção dos três primeiros prédios da Instituição, por meio da venda de rifas. Em abril de 1968 inaugurou-se junto à entrada do Campus I, o marco no qual se pode ler “Juntos construímos a nossa Universidade”. O Movimento Pró-Sede Própria atingiu seus objetivos no dia 02 agosto de 1969, quando foram inaugurados os três primeiros prédios (blocos A, B e C), atualmente pertencentes ao Campus I. Além disso, ao envolver diversos municípios do Vale do Itajaí nesse movimento, contribuiu de maneira fundamental para a compreensão da importância de uma Universidade regional para o desenvolvimento da região.

Ao término da década de 1960, Blumenau contava com os seguintes cursos superiores: Economia (1964); Direito (1968); Letras (1968) com habilitações em Licenciatura em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, Língua Inglesa e respectivas Literaturas, Língua Alemã e respectivas Literaturas e Língua Francesa e respectivas Literaturas; Matemática (1968) - Licenciatura e Bacharelado; Química (1968) - Bacharelado; Pedagogia (1968); História Natural (1968), atual Ciências Biológicas, Licenciatura e Bacharelado.

Em 24 de dezembro de 1968, foi assinada a Lei Municipal nº 1.557 instituindo a FURB, uma entidade de direito público cujos objetivos eram a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível superior.

¹ Fonte: UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/FURB 2022-2026 - Disponível em: <https://www.furb.br/_upl/files/avaliacao_institucional/PDI%202022%20a%202026%20FURB.pdf?20220523175800>. Acesso em: 23 maio 2022.

Em continuidade aos planos de expansão e diversificação de cursos, foram criadas: a Faculdade de Engenharia de Blumenau, a Faculdade de Educação Física e Desportos e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), depois renomeado para Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau (IPTB). No final da década de 70, a FURB contava com novos cursos superiores: Ciências Contábeis (1972), Administração (1973), Engenharia Civil (1973), Engenharia Química (1973), Educação Física (1974) e Educação Artística (1974).

A partir da década de 1970, a FURB consolidou-se definitivamente como instituição de ensino, pesquisa e extensão. Para além de sua expansão física com os novos campi e blocos, houve o incremento na oferta e diversificação de cursos de formação no decorrer dessa década. Em 1974, é instalado o Laboratório de Línguas, que passou a atuar como escola de idiomas da Universidade. Em 1980, iniciam as atividades da Escola Técnica de Agropecuária do Vale do Itajaí, a qual, em 1981, muda sua nomenclatura para ETEVI, atualmente, consolidada como a escola de ensino médio da Universidade.

A instalação oficial da Universidade aconteceu no dia 07 de fevereiro de 1986, com a presença do ministro da educação Marco Antônio de Oliveira Maciel. No decorrer da sua trajetória, ampliou atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestando serviços especializados e de interesse público, como o Projeto Crise (1983), o qual deu origem ao Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) em 1995. Nessa década, também foi criado o Instituto de Pesquisas Sociais (IPS). No campo da extensão cultural, a FURB inaugurou a sua editora, a Editora da Furb (Edifurb), em 1986, e promoveu, em 1987, a primeira edição do Festival Universitário de Teatro, atual Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB).

No final da década de 1980, a FURB contava com outros cursos superiores: Ciências Sociais (1987), Serviço Social (1987), História (1987), Turismo e Lazer (1988) e Ciência da Computação (1988).

A década de 1990 iniciou-se com o desenvolvimento dos programas de pós-graduação, como o primeiro mestrado da Instituição, o de Educação, criado em 1991. Nessa mesma década são criados ainda os mestrados de Administração e Engenharia Ambiental (ambos em 1998) e Desenvolvimento Regional (1999). Nesse período, houve também a expansão dos grupos estáveis de cultura, somando-se ao já existente Grupo de Teatro Phoenix (1974) o Coro (1992), o Grupo de Danças Folclóricas (1994), a Orquestra (1999) e a Camerata de Violões (2000). Em 1992, foi lançado o projeto da Universidade para 3ª Idade, que teve suas atividades iniciadas no ano seguinte (1993), passando, em 1994, a denominar-se Programa de Atualização Permanente (PROAP), e atualmente denominado Programa de Educação Permanente (PROEP).

No início de 1990, foi realizado o primeiro vestibular para o curso de Medicina. Iniciou-se, também, a discussão a respeito da criação de um Hospital Dia Universitário, cujas atividades tiveram início em 2012. Os serviços de saúde da FURB, desde 1995, inseridos na rede pública de saúde, são executados de forma integrada na Policlínica Universitária que realiza os serviços de fisioterapia, psicologia, nutrição, farmácia, medicina e serviço social. A Policlínica mantém em sua estrutura laboratório de análises clínicas e farmácia - com estoque de medicamentos mantidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS e por doações de indústrias farmacêuticas. Todas as consultas e procedimentos são feitos por acadêmicos da FURB, supervisionados por profissionais de cada área. O atendimento é gratuito e segue os critérios definidos pelo SUS, ou seja, todos os pacientes são encaminhados pela rede de saúde de Blumenau e região.

Para consultas e atendimento médico especializado, o paciente obrigatoriamente é encaminhado pela Unidade de Saúde mais próxima de sua casa, exceto para consultas em pediatria e psicologia que podem ser marcadas diretamente na recepção. A Policlínica não é realiza atendimento de urgência e emergência.

Em 1999, com a expansão dos cursos na área da saúde, a Universidade inaugurou diversas clínicas (Odontologia, Psicologia e Fisioterapia), visando servir de campo de estágio para os(as) estudantes e prestar atendimento à comunidade, seguindo o exemplo do Serviço Judiciário (1972) e do Ambulatório (1995), transferido para o Campus V em janeiro de 2014. Já em 2007, foi inaugurada a Clínica de Nutrição. Investiu-se no aprimoramento da estrutura para as práticas esportivas na FURB, com a construção do Ginásio de Esportes, em 1992, e do Ginásio-Escola, em 1997, junto ao Complexo Esportivo; como resultado, a Universidade passou a manter e incentivar ainda mais equipes esportivas e atletas. Em 1994, ocorreu a criação do Núcleo de Rádio e Televisão e, em 2003, o canal de rádio FURB FM entrou no ar.

Ao final dos anos noventa, a FURB contava com os seguintes novos cursos superiores: Secretariado Executivo Bilíngue (1990), Licenciatura em Artes Visuais (1990), Medicina (1990), Engenharia Elétrica (1990), Comércio Exterior (1991 – posteriormente denominado Curso de Tecnologia em Comércio Exterior), Arquitetura e Urbanismo (1992), Comunicação Social (1992), Teatro (1992), Fisioterapia (1994), Engenharia Florestal (1995), Psicologia (1995), Música (1995), Ciências da Religião (1997), Moda (1997), Odontologia (1998), Farmácia (1999) e Engenharia de Telecomunicações (1999).

No terceiro milênio a FURB ingressou em uma nova fase. A expansão dos cursos de graduação, na década anterior, deu lugar à consolidação dos programas de pós-graduação, por meio da oferta de: (a) novos cursos de Mestrado em Química (2002); Engenharia Elétrica e

Ciências Contábeis (2005); Engenharia Química (2007); Ensino de Ciências Naturais e Matemática (2008); Engenharia Florestal (2010); Saúde Coletiva (2012); e, além desses, o Mestrado em Transformadores de Potência, oferecido em convênio com a empresa WEG (a partir de 2010); (b) novos cursos de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração (2008), o primeiro da Instituição; Desenvolvimento Regional (2011); e Engenharia Ambiental (2013).

Em 2005, a FURB foi credenciada pelo MEC para oferecer cursos de pós-graduação lato sensu a distância e, em 2008, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, a Associação dos Magistrados Catarinenses, a Fundação Fritz Müller e a Universidade firmaram um convênio que possibilitou a abertura de uma extensão da Escola de Magistratura no campus da FURB. Já em 2009, por meio de convênio firmado entre o Governo Federal, a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e as Universidades do Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a FURB passou a participar do PARFOR. Esse programa contemplava, inicialmente, somente as instituições federais de ensino superior, porém, após diversas negociações, a ACADE foi inserida no programa, sendo, portanto, o único sistema de instituições de educação superior não federal inserido no projeto.

Em 2010, foi criada a Escola de Educação Continuada (EDECON), agregando os cursos sequenciais da FURB. A EDECON, a partir de 2013, passou a fazer parte do Instituto FURB, assim como os cursos de especialização e os serviços que eram prestados pelos três institutos de pesquisa (IPTB, IPA, IPS).

Muitos foram os investimentos na ampliação e reestruturação da estrutura física da FURB nesse período. Em 2001, a Universidade adquiriu e equipou o Campus III, o qual abriga diversas clínicas e laboratórios da área da saúde, bem como as turmas de lato sensu. Em 2003, foi inaugurado o novo prédio do Núcleo de Prática Jurídica (antigo Fórum do Município de Blumenau), órgão de coordenação e supervisão do Estágio Orientado de Prática Jurídica do Curso de Graduação em Direito e do Serviço Judiciário. Em 2007, foi inaugurado o Complexo Aquático, utilizado nas atividades didático-pedagógicas dos cursos de Educação Física e Fisioterapia e pelos demais estudantes e servidores da Instituição como mais uma opção para a prática desportiva.

Em março de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº 743, votada e aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito municipal, a FURB reorganizou sua estrutura administrativa e passou à condição de autarquia municipal de regime especial, com sede e foro no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, sendo aplicadas as prerrogativas e os privilégios da fazenda pública municipal.

Na primeira década do terceiro milênio, a FURB criou os seguintes cursos superiores: Engenharia de Produção (2000), Tecnologia em Eletromecânica em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (2000), Sistemas de Informação (2001), Design (2003), Enfermagem (2003), Nutrição (2004), Medicina Veterinária (2006), Tecnologia em Marketing (2009), Letras – Língua Alemã (2009), Biomedicina (2012), Engenharia de Alimentos (2013), Engenharia Mecânica e Jornalismo (2014). Em 25 de junho de 2014 foi inaugurado o Hospital Escola Veterinário, infraestrutura importante para as aulas práticas do curso de Medicina Veterinária.

Passadas cinco décadas de existência, a FURB é atualmente um referencial na área de educação. É reconhecida por toda a sociedade, tendo graduado mais de 40 mil profissionais em diversas áreas do saber. Pouco mais de meio século de história, no qual a Instituição se consolidou como polo de conhecimento, reconhecida pela qualidade de sua contribuição na vida regional, nacional e global.

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

A identificação de demanda para profissionais formados na área da educação especial pela Secretaria do Estado de Educação de Santa Catarina resultou no EDITAL Nº 1.426/SED/2021 que, entre os cursos de licenciatura que poderão receber recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, apontou a Educação Especial em várias regiões pelo Estado. Em 2008, as diretrizes para a Educação Especial, fixadas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), já apontavam a necessidade de qualificação de profissionais para atuarem nesta área. Mais recentemente, a BNC-Formação listou, entre as habilidades profissionais, a capacidade de os professores da educação básica utilizarem “[...] as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.” (BRASIL, 2019, p. 18). A oferta do Curso em Educação Especial, na perspectiva da inclusão escolar, objetiva atender a formação desta crescente demanda constituída por professores que atuam em serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e com estudantes matriculados na rede regular de ensino da Educação Básica promovendo o acesso a conhecimentos teóricos e metodológicos considerados imprescindíveis para a formação deste profissional e considerando as especificidades deste campo de atuação educacional. A FURB já tem experiência de oferta de dois cursos de

graduação na área de Educação Especial, como já descrito na Introdução deste PPC.

Além da experiência efetiva na área da Educação Especial, a FURB tem, em seu histórico, a valorização da formação de professores para atuarem na educação básica, ofertando cursos de licenciaturas nas mais diversas áreas do conhecimento, todos na modalidade presencial. Para tornar os cursos mais atrativos e viáveis, desde 2014 todas as licenciaturas da FURB estão contempladas, por decisão do Conselho Universitário (CONSUNI), conforme consta na Resolução N° 078/2014, com o benefício, na forma de bolsa de estudo, de abatimento de 40% (quarenta por cento) sobre o número de créditos financeiros da matriz curricular plena, o que tem contribuído para o ingresso e permanência. Ainda assim, observa-se que esse ingresso, permanência e conclusão se dá em número abaixo das demandas da educação básica em praticamente todas as áreas de conhecimento.

Destaca-se que ainda não foram publicadas Diretrizes Nacionais para Cursos de Graduação em Educação Especial, mas, em decorrência do PARFOR, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) e a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), mobilizaram-se na direção da construção de uma proposta pedagógica para este curso, observando os documentos de BRASIL (2008, p. 17) que sinalizam que estes cursos devam ter como

[...] base conhecimentos gerais e conhecimentos específicos da área para o exercício da docência, possibilitando a atuação de educadores no atendimento educacional especializado, aprofundando o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado.

Em decorrência da inexistência de diretrizes curriculares específicas do curso, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina realizou consulta ao CEE/SC acerca da legalidade da oferta do referido curso nas IES do Sistema Estadual de Educação, o qual, mediante o Parecer CEE/SC n.º 429/2009, de 10 de novembro de 2009, manifestou a legalidade da oferta do Curso de Licenciatura em Educação Especial nas IES do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

O Parecer CEE/SC n.º 429/2009, ao expressar-se sobre a legalidade da oferta do curso de Licenciatura em Educação Especial, buscou amparo na Resolução CNE/CEB n.º 2/2001, que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Este parecer ressaltou que os cursos de que trata o artigo 18 da Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11/09/2001, § 3º, inciso I, são cursos específicos de licenciatura em educação especial, não podendo, portanto, ser confundidos com os Cursos de Pedagogia atualmente em oferta.

O mesmo parecer ressalta ainda que, paralelo a isto, é facultado às Universidades e

centros Universitários, pelo princípio constitucional da autonomia universitária, oferecer os cursos que em seu contexto forem julgados convenientes e importantes.

Deste modo, nos termos da Análise do Parecer 429/2009, considerando o disposto na Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11/09/2001, em seu art. 18, mais precisamente no § 3º, inciso I e a partir do princípio constitucional da autonomia universitária, o relator do parecer em questão entende que a oferta de Cursos de Licenciatura em Educação Especial nas IES vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, respeitados os ritos de sua criação, reveste-se de plena legalidade, dando assim, no âmbito do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, pleno amparo legal à oferta do curso de Licenciatura em Educação Especial.

Amparada nesse parecer e pautada em Diretrizes Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e em documentos de referência internacional, nacional e estadual sobre a política de Educação Especial, a Universidade Regional de Blumenau apresenta esta proposta de oferta do Curso de Educação Especial, como licenciatura, na perspectiva da inclusão escolar, em Blumenau.

DADOS GERAIS DO CURSO

Quadro 1 - Detalhamento do curso

Nome do Curso:	Educação Especial
Grau:	Licenciatura
Modalidade:	Presencial
Titulação conferida:	Licenciado
Turno de funcionamento:	Noturno
Regime Letivo:	Semestral
Regime de Matrícula:	Por componente curricular
Número total de vagas anuais:	Edital Especial FUMDES – 40 vagas
Distribuição das vagas:	1º semestre: não há 2º semestre: 40 vagas – oferta única
Carga horária total do curso:	3870 horas/aula
Duração do curso:	4 anos
Estágio Obrigatório:	486 h/a
Prática como Componente Curricular (PCC)	486 h/a
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs):	144 h/a
Atividades de Extensão:	396 h/a
Atividades do Curso em EAD (%):	9,77%
Tempo mínimo de integralização:	4 anos

Tempo máximo de integralização:	4 anos
Organização curricular:	Eixos temáticos
Endereço:	Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca 89030-903 – Blumenau - SC

Fonte: Colegiado do Curso (2022)

FORMAS DE INGRESSO

A admissão aos cursos de graduação mantidos pela FURB acontece por meio de processo seletivo regulamentado por Edital, publicado semestralmente pela Instituição. Nos casos dos cursos oferecidos em convênio com a Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina (SED), os critérios a serem estabelecidos no edital de seleção dos candidatos serão definidos em atendimento às legislações. A admissão aos cursos de graduação mantidos pela FURB acontece por meio de processo seletivo regulamentado por Edital, publicado semestralmente pela Instituição.

OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Formar professores para atuarem na educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva em todos os níveis e modalidades da Educação Básica.

Objetivos Específicos

- a) Desenvolver uma visão crítica da sociedade e das circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.
- b) Conhecer as singularidades e particularidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- c) Desenvolver a compreensão dos aspectos e processos relacionados ao acesso, à participação e à aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares da Educação Básica e nos atendimentos educacionais especializados.
- d) Conhecer e aplicar ações pedagógicas nas diferentes áreas do conhecimento, de modo a facilitar a compreensão e apropriação de conhecimentos necessários à elaboração de estratégias voltadas à flexibilização de conteúdos, desenvolvimento

de processos mentais, adequação e produção de materiais didático-pedagógicos e enriquecimento curricular.

- e) Fazer uso de conhecimentos sobre acessibilidade e Tecnologia Assistiva – TA.
- f) Desenvolver e aplicar estratégias pedagógicas e metodológicas em estágios acadêmicos no AEE (Atendimento Educacional Especializado), em instituições especializadas de atendimento ao público-alvo da educação especial e escolas da rede regular de ensino de Educação Básica.
- g) Compreender e desenvolver pesquisas no campo da educação especial em diferentes modalidades e etapas de ensino

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O futuro profissional Licenciado em Educação Especial deverá ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial e, conforme disposto na Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, deverá ter competências para:

- I. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II. elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III. organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV. acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V. estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI. orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII. ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII. estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Na FURB, a formação desse profissional visa desenvolver, também, visão crítica da sociedade em condições de articulação com profissionais de outras áreas; compreensão da Educação Especial como uma área do conhecimento em evolução, conhecendo suas bases teóricas e legais; capacidade de avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento às necessidades observadas nos alunos e de ensinar em diferentes ambientes de aprendizagem, incluindo salas de recursos multifuncionais, em turmas de atendimento educacional especializado e na Educação Básica Escolar, além de desenvolver a sua prática observando a ética profissional. Esse profissional deverá, portanto, ser capaz de, conforme descrito entre as competências dos docentes da educação básica, “Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.” (BRASIL, 2019, p. 15).

O currículo ora proposto para o Curso de Educação Especial está direcionado à formação de profissionais para atuação:

- 1) Como docente nos serviços de atendimento especializado para pessoas com surdez, com deficiência (intelectual, auditiva, física, visual, surdo cegueira e múltipla), com transtornos globais de desenvolvimento (transtorno do espectro do autismo e psicose infantil), com altas habilidades/superdotação;
- 2) Na docência dos serviços de atendimento educacional especializado ofertados em classes do ensino da Educação Básica, salas de recursos ou multifuncionais, serviços de ensino itinerante, serviços de orientação pedagógica junto a equipes de ensino (secretarias de ensino, diretorias de ensino e instituições especializadas) e em serviços especializados de interpretação de linguagens e códigos, tais como, as que envolvem a língua brasileira de sinais (LIBRAS), o sistema Braille, ou outros sistemas de comunicação alternativa aumentativa utilizado por pessoas com deficiências ou, transtornos globais de desenvolvimento

3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Ensino

A Universidade constitui uma das instâncias sociais que contribui para os processos de formação e escolarização sendo um dos espaços de produção de conhecimento para transformação da sociedade. Na direção de ser agente responsável pela produção de conhecimento que promove a transformação social, é regida pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esta indissociabilidade reside no fato de que as dimensões são articuladas pela intencionalidade pedagógica que envolve estudantes e docentes na tarefa de investigar e analisar o contexto sociocultural para contribuir com a coletividade. (FURB/CCEAL, 2017, p. 20).

Essa indissociabilidade está descrita no PDI, sendo um dos princípios norteadores que regem atividades na graduação e pós-graduação. Ainda em consonância com o PDI, o curso foi construído e vem sendo executado com base em “[...] princípios que regem as ações pedagógicas no Ensino de Graduação da FURB [e] pautam-se na Constituição Federal (CF) de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e visam o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (FURB/PDI, 2022, p. 101) princípios estes descritos como: Formação Crítica, Inclusão social e respeito à diversidade humana, Responsabilidade social e ambiental e Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por princípio, a formação de um profissional para atuar com Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, tem sua base fundamentada na Inclusão social e respeito à diversidade humana enquanto forma de organização social como garantia de participação e representatividade de todos e todas. A perspectiva de uma educação inclusiva tem como foco a construção de uma sociedade inclusiva, com respeito a todas as formas de vida em uma relação consciente de cuidado com o meio ambiente, abrangendo o princípio relativo à Responsabilidade social e ambiental, buscando construir relações pautadas na interculturalidade e visão crítica da sociedade, da história e dos contextos, promovendo, assim a Formação Crítica em uma formação que articula ensino, pesquisa e extensão ao longo do curso.

Em atenção às diretrizes educacionais presentes no PDI/FURB (2022-2026), a

organização curricular do curso de Educação Especial busca colocar a aprendizagem como foco do processo formativo, cujas ações devem ser planejadas e desenvolvidas tendo o estudante como centralidade e como sujeito ativo. Em atenção à educação integral, o curso visa “[...] desenvolver competências que perpassam qualquer campo de formação, visando a ampliação de aprendizagens do futuro profissional no desenvolvimento de competências que incluam conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções.” (FURB/PDI, 2022, p. 105). O curso atende também à BNC-Formação e à Resolução FURB sobre o Eixo Articulador das Licenciaturas, promovendo uma formação docente que inclui, além dos saberes específicos da área de atuação, aqueles que fazem parte do ‘ser professor e professora’ para atuar na educação básica, incluindo ainda temas que perpassam a formação de quaisquer profissionais.

Em relação à flexibilização curricular, o curso inseriu 252 horas/aula (210 horas) de atividades extraclasse para que os estudantes tenham possibilidade de organizar, de forma autônoma, seus estudos. Além disso, possui oferta de pouco mais de 11% de disciplinas EAD e 144 h/a (120h) de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais com liberdade para que cada estudante escolha aquelas que mais podem contribuir para o seu processo formativo, conforme sua realidade e interesse.

A relação com a comunidade acontece ao longo do curso em disciplinas que visam o desenvolvimento de projetos que exigirão dos estudantes a pesquisa para o fundamento dos planejamentos, bem como a intervenção sistematizada junto à comunidade. Estas são ações específicas de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que aproximam os estudantes com o contexto concreto da comunidade.

As tecnologias estão presentes nas metodologias que incluem o uso das ferramentas do AVA e Office 365, bem como na oferta de componentes como Tecnologias e Objetos Educacionais de Aprendizagem, Acessibilidade e Tecnologias Assistivas e Práticas de Letramento e Recursos Digitais. Além disso, os professores que atuam no curso são orientados a utilizarem metodologias ativas, tendo à disposição cursos de formação institucional voltados a essas metodologias.

Os componentes que mais atendem a questão da interdisciplinaridade são os que incluem a prática como componente curricular para os quais são exigidas competências e habilidades no desenvolvimento de projetos pedagógicos para além da área específica. Da mesma forma, os estágios obrigatórios exigirão dos estudantes a mobilização de conhecimentos das diversas áreas de estudo no decorrer do percurso formativo. Nesse mesmo entendimento, os componentes que envolvem a questão da prática, seja por meio da PCC ou no estágio, os

estudantes terão a possibilidade de vivenciar a articulação entre teoria e prática.

Os temas transversais contemporâneos compõem, transversalmente, vários componentes curriculares, como no caso dos direitos humanos e inclusão e em componentes direcionados especificamente para essas temáticas, como Diversidade e Sociedade e Prática em Sustentabilidade.

Na questão da formação linguística e internacionalização, pelo perfil de estudantes e característica de oferta do curso em edital específico e com tempo de integralização máximo de 4 anos, buscamos promover experiências voltadas à interculturalidade, procurando incluir discussões no âmbito das disciplinas, bem como em eventos institucionais que podem trazer experiências internacionais como, por exemplo, o estudo sobre a organização educacional que acontece em outros países. Consideramos ainda que o mundo atual possibilita amplas conexões por meio das quais estudantes podem conhecer e vivenciar experiências para além do seu território utilizando, para esse fim, as tecnologias digitais e redes de internet. O curso prevê componentes que ampliam o conhecimento linguístico e comunicativo dos estudantes, perpassando questões relacionadas às práticas de letramento por meio de recursos digitais e as linguagens envolvendo LIBRAS e Braile.

Pensando a inovação, o curso privilegia metodologias que promovam a autoaprendizagem, inter-aprendizagem e aprendizagem colaborativa em trabalhos acadêmicos realizados por meio de projetos pedagógicos, bem como aprendizagem por descoberta com pesquisa, aprendizagem significativa e aprendizagem teórica e prática de forma integrada e contínua, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Extensão

Conforme o PDI/FURB:

[...] a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, econômico e tecnológico, que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, que promove a interação transformadora entre a FURB e os setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento. (FURB, 2022, p. 130).

Entre os princípios descritos na Política de Extensão da FURB, destacamos a preocupação com o desenvolvimento do ser humano na sua integralidade e diversidade, respeitado o meio ambiente; a valoração dos direitos fundamentais e dos direitos humanos e a

ética e justiça na relação universidade-sociedade-ambiente, considerando os interesses de humanos e não humanos, os quais estão diretamente relacionados às ações e objetivos do curso de Educação Especial.

As atividades de extensão estão computadas em disciplinas específicas ao longo do curso que preveem a elaboração de projetos e a execução de ações junto à comunidade. Esta forma de organização está prevista na Resolução CNE/CEB 7 de 2018, que institui as Diretrizes Para Extensão na Educação Superior Brasileira, no seu Art. 8º, alíneas II e III e segue também as orientações que vêm sendo elaboradas no âmbito institucional na definição da nova política de extensão da FURB. Entendemos extensão como “[...] intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante [...]”. (BRASIL, 2018). Entendemos assim que as atividades de extensão no âmbito do curso contribuem para o alcance dos objetivos descritos na Política da FURB:

- I. promover a interação transformadora entre Universidade, a sociedade e o ambiente;
- II. contribuir para o desenvolvimento sustentável;
- III. incentivar a expressão da diversidade cultural, artística, científica, tecnológica, desportiva e filosófica;
- IV. estimular e promover o respeito trans e multicultural;
- V. contribuir na formação acadêmica, fomentando a inserção de atividades de extensão, nas matrizes curriculares, podendo ser articulada com pesquisas;
- VI. consolidar as ações de extensão, a partir da perspectiva ética. (FURB, 2018, p. 103).

A forma como o curso de Educação Especial organiza a extensão em seu currículo está descrita a frente, em item específico que detalha a curricularização da extensão.

Pesquisa

No âmbito da FURB, a pesquisa científica e/ou tecnológica é compreendida “[...] como um processo metódico de investigação, recorrendo a procedimentos técnicos e científicos para encontrar respostas para problemas da comunidade universitária, sociedade, poder público, setor produtivo e terceiro setor, produzir novos conhecimentos, processos ou produtos.” (FURB/PDI, 2022, p. 140). Além de parte inerente no desenvolvimento de componentes como Contexto Socioterritorial da Escola e Práticas de Letramentos e Recursos Digitais, a pesquisa perpassa o âmbito dos estágios obrigatórios e a leitura contextual necessária para o desenvolvimento das atividades de extensão.

Da mesma forma que a extensão, a FURB faz editais anuais para submissão de projetos de pesquisa e os docentes também participam de editais externos.

O curso está inserido no Centro de Educação, Artes e Letras ao qual também está vinculado o Programa de Pós-graduação em Educação que possui, entre suas linhas de pesquisa, Educação, cultura e dinâmicas sociais a qual desenvolve estudos que incluem aspectos filosóficos, sociológicos, históricos, culturais e políticos da educação em diferentes níveis e modalidades. Educação não-formal. Estudos do cotidiano escolar. Inclusão e Diversidade. A essa linha de pesquisa, se vincula o Grupo LAEDI – Laboratório de estudos em educação, diferenças e inclusão que tem como líderes a professora Andrea Soares Wuo, coordenadora do colegiado do curso de Educação Especial e a professora Stela Maria Meneghel, ao qual estão vinculados professores que atuam no curso.

APOIO AO DISCENTE

A FURB, ciente da sua responsabilidade social e consolidando seu papel para além do ensino de qualidade, disponibiliza, através da Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE), um conjunto de atividades específicas e programas de apoio financeiro que contribuem para a inclusão social, acadêmica e profissional dos(as) estudantes, visando a sua permanência e sucesso na Universidade. São atividades de atenção ao(à) estudante, gerenciadas pela CAE: (a) atendimento e acompanhamento psicossocial; (b) atendimento e acompanhamento aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação; (c) encaminhamento aos serviços especializados de atendimento na área da saúde, jurídica e assistência social. Quanto aos programas de apoio financeiro e complementação curricular, tem-se: (a) bolsas de estudo do Art. 170, Art. 171 e Fundo Social; (b) bolsa de pesquisa do Art. 170; (c) estágio interno; (d) estágio curricular não obrigatório; (e) desconto fidelidade. O acesso aos programas de bolsas se dá através de cadastro, com inscrições abertas no início de cada semestre, gerido pela CAE. A gestão dos estágios internos e curriculares não obrigatórios acontece no Núcleo Geral de Estágios (NGE), vinculado à Pró-Reitoria de ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante (PROEN). O acesso e a manutenção do desconto fidelidade acontecem na Divisão de Administração Financeira (DAF).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e as diretrizes adotadas pelo MEC por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) são claras quanto às responsabilidades da educação superior

em promover a acessibilidade e adotar princípios e práticas pedagógicas, visando garantir o acesso, a participação e o êxito dos(as) estudantes. Neste sentido, incluir implica compreender particularidades e singularidades do sujeito, respeitar seu potencial e apostar em sua capacidade e autonomia, garantindo as condições objetivas de acessibilidade, seja através do fornecimento de recursos materiais ou de estrutura (como mobiliário adaptado, espaços acessíveis, entre outros), seja através de recursos humanos especializados (como professor(a) de AEE, profissionais de apoio) ou ainda através de recursos pedagógicos (como a adaptação de materiais).

Sendo assim, a CAE é responsável: (a) pela elaboração, implementação, execução e avaliação da política de apoio aos(às) estudantes em parceria com outras unidades da FURB (Estatuto da Fundação, Art. 63 da Resolução FURB nº 35/2010); (b) pela coordenação de ações relacionadas à inclusão dos(as) estudantes com deficiência² e altas habilidades/superdotação por meio do NInc, conforme disposto na Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação (Resolução FURB nº 59/2014); (c) pelo serviço de tradução/interpretação de LIBRAS (Resolução FURB nº 08/2015).

Tendo em vista o cumprimento de suas atribuições, a CAE tem buscado fortalecer o relacionamento com os(as) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação, bem como com aqueles(as) estudantes com quadros clínicos não equiparados à deficiência e com aqueles que apresentam impasses pessoais e dificuldades contingenciais às suas circunstâncias de vida. Através do NInc, tem trabalhado para instituir e garantir ações integradas de apoio às demandas e necessidades estudantis que possam causar prejuízo ao desenvolvimento de atividades acadêmicas/funcionais ou de sua vivência acadêmica, exigindo adequações da FURB no sentido de garantir sua permanência e sucesso acadêmicos

As atividades de atendimento à comunidade acadêmica são: assessoria técnica, atendimento psicossocial, AEE e atendimento administrativo.

A assessoria técnica, exercida por profissionais do serviço social e da psicologia, compreende:

- a) assessorar e orientar docentes e técnico-administrativos;
- b) oferecer subsídio técnico à elaboração e à execução, bem como disseminar as diretrizes para a elaboração de políticas, projetos, programas e ações institucionais de promoção à inclusão, permanência universitária e qualidade de vida estudantil;

² Conforme Art. 3º da Política de Inclusão da FURB, considera-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial e as com transtorno do espectro autista.

- c) propor ações de acessibilidade em parceria com outras unidades universitárias;
- d) realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e permanência no ensino superior;
- e) gerir e planejar o cadastro socioeconômico para a distribuição de recursos dos programas de bolsa que exigem a comprovação da situação socioeconômica familiar (Art. 170, FUMDES – Art. 171 e Fundo Social).

O atendimento psicossocial, voltado aos(às) estudantes da Instituição é realizado por equipe composta por duas profissionais do serviço social e duas profissionais da psicologia.

Dentre algumas ações, citam-se:

- a) entrevistar, acompanhar, orientar e encaminhar estudantes, a partir das suas especificidades e quando necessário, oferecendo escuta qualificada;
- b) desenvolver projetos de pesquisa e/ou de extensão;
- c) fazer interlocução com coordenações de cursos, docentes, assessoria pedagógica e técnico-administrativos sobre o campo de possibilidades e de limitações dos(as) estudantes;
- d) participar em reuniões com outros setores e serviços internos e externos à Universidade.

O AEE é voltado aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação. Prevê a definição de estratégias e de recursos de acessibilidade na Universidade, orientação a docentes, entre outros, contando com três profissionais de apoio (higiene e audiodescrição) e dez intérpretes (tradução / interpretação) de LIBRAS para o acompanhamento dos(as) estudantes com surdez e professores(as) de LIBRAS. O AEE tem acontecido sob demanda de estudantes que procuram a CAE em razão da deficiência ou altas habilidades/superdotação, que por sua vez os(as) orienta sobre os programas e recursos disponíveis na Universidade e outros encaminhamentos pertinentes às áreas do serviço social e da psicologia, dependendo das demandas apresentadas.

O atendimento administrativo é responsável pelo registro, controle, solicitação e operacionalização de rotinas administrativas. Essas atividades, em conjunto com o(a) estudante, o curso e outras unidades da instituição, têm como objetivos:

- a) contribuir para o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento do(a) estudante;
- b) fortalecer a relação entre estudante e docentes / curso;
- c) estimular a busca de alternativas para a superação das dificuldades;
- d) contribuir para com a garantia do acesso, da permanência e do sucesso acadêmicos;

e) contribuir com o estabelecimento de uma cultura inclusiva na FURB.

Além das ações inclusivas já citadas, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais, conforme institui a Resolução FURB nº 12/2018, a FURB também conta com uma política de acesso e permanência de estudantes indígenas, em que fixa vagas gratuitas para a graduação e pós-graduação e estabelece critérios de acompanhamento destes estudantes, visando a sua permanência na universidade.

PROVAS DE SUFICIÊNCIA

Os/as acadêmicos do curso de Pedagogia poderão se inscrever para realizar prova de suficiência nos componentes curriculares LIBRAS I, LIBRAS II e Fundamentos linguísticos da LIBRAS. Toda a tramitação do processo, desde a inscrição até a realização da prova, será feita com base na Resolução nº 39/2002 da FURB – a qual dá nova redação à Resolução que “Aprova a implantação e a normatização da Prova de Suficiência nos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau”.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Política de Internacionalização

No âmbito institucional, a FURB aprovou a Resolução nº 197/2017, de 21 de dezembro de 2017 que institui a Política de Internacionalização da universidade, considerando a Visão descrita no PDI (FURB, 2022) que afirma o compromisso de Ser Universidade pública reconhecida pela qualidade de sua contribuição e inovação na vida regional, nacional e global, destacando a preocupação institucional em manter a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Na FURB a cooperação internacional pode ser desenvolvida em seis diferentes âmbitos: Ensino Médio, Graduação, Pós-graduação e Pesquisa, Extensão, Inovação Tecnológica, Gestão Universitária e Aprendizado ou aperfeiçoamento de Idioma. Já a internacionalização do currículo, numa dimensão mais inclusiva, potencializa a produção de conhecimentos em diferentes áreas de forma interdisciplinar e por meio de experiências interculturais que contribuem para o “[...] desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico, artístico, cultural e pessoal dos estudantes em todos os níveis de ensino.” (FURB, 2017, p. 2).

A internacionalização do currículo poderá estar vinculada a diversas situações do processo de ensino e aprendizagem que incorporam dimensões internacionais e interculturais,

considerando a diversidade cultural. Internacionalizar o currículo implica também que os cursos reconheçam formas de inserção e de relações internacionais que podem perpassar o domínio de uma ou mais línguas estrangeiras, intercâmbios discentes e docentes, realização de parcerias para eventos, pesquisas, projetos de extensão e de ensino, entre outros. A internacionalização do currículo aproxima os estudantes e docentes de questões globais e valores universais como a justiça, igualdade, dignidade e respeito possibilitando analisar os acontecimentos reais do mundo e conhecer diferentes culturas, tendo assim papel importante no desenvolvimento pleno de competências.”

São princípios norteadores da Política de Internacionalização:

- a) A produção de conhecimentos em cultura, ciência, tecnologia e inovação, relevantes para a sociedade em geral;
- b) A socialização dos conhecimentos gerados, em âmbito local, nacional e internacional;
- c) A promoção da inserção social na concepção e desenvolvimento dos projetos de internacionalização;
- d) O incentivo à interdisciplinaridade e ao trato dos temas transversais conforme resolução vigente na FURB, nas ações de internacionalização;
- e) A internacionalização das ações de ensino, pesquisa e extensão, procurando fomentar a cooperação e a integração de pesquisadores e de programas;
- f) O reconhecimento dos créditos e de atividades acadêmicas e científicas conforme normas vigentes;
- g) A ética e transparência na condução das ações de internacionalização; e
- h) A indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

O processo de internacionalização possibilita aos(as) estudantes e docentes experiências para viver e trabalhar num mundo interconectado. Pode-se elencar alguns benefícios que esta prática proporciona, tais como:

- a) Contribui no processo formativo no currículo formal e informal, nas dimensões internacionais e interculturais para todos os estudantes.
- b) Qualifica o processo de ensino-aprendizagem, articulando conhecimentos do contexto local, regional, nacional e global e, conseqüentemente, favorece a inclusão de estudantes com origens e nacionalidades diferentes.
- c) O estudo em outros países contribui para a formação de um profissional autônomo e globalizado, capaz de atuar e resolver problemas em qualquer lugar do mundo;

- d) Permite a convivência com pessoas de outros países estimulando a empatia, a tolerância, a solidariedade, o respeito pelo outro e a diversidade cultural, características necessárias ao trabalho de equipe;
- e) Os estudantes e professores estrangeiros trazem elementos culturais, econômicos, linguísticos, comportamentais e geográficos que enriquecem a sala de aula;
- f) Proporciona ao egresso o aumento de empregabilidade em todo o mundo e amplia o networking em escala global;
- g) Pode proporcionar ao estudante receber o diploma assinado por sua universidade de origem e pela instituição na qual estudou no Exterior, quando previsto em convênio específico.

Neste contexto, a Universidade mantém diversos convênios com instituições de ensino superior no exterior. Buscando promover a inovação, a sustentabilidade, a cultura, o bem-estar social, a qualificação e a atualização do conhecimento, ela desenvolve trabalhos em cooperação com instituições estrangeiras, por meio de programas de intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos das mais diversas áreas. Os acadêmicos matriculados em curso de graduação da FURB estão aptos a se inscrever para participar de programas de intercâmbio. Essa participação é regulamentada por Editais próprios, com ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias. Por meio dos convênios, os(as) estudantes podem cursar as disciplinas sem pagar as mensalidades na FURB e no exterior, quando previsto nos respectivos Convênios. É necessário apenas o pagamento da matrícula na FURB e efetuar o trancamento, para manutenção do vínculo acadêmico. Em geral, os critérios para participação dos(as) estudantes são:

- a) Integralização de 25% dos créditos previstos na grade curricular de seu curso;
- b) Média geral igual ou superior a 7,5;
- c) Proficiência no idioma exigido pela universidade de acolhimento.

Os(as) estudantes poderão cursar disciplinas nas IES estrangeiras pelo período de um ou dois semestres. Esta participação é regulamentada de acordo com editais próprios e ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias.

De acordo com a Resolução nº 35/2010, que homologa o Estatuto da FURB, a Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) tem como competência orientar, acolher e acompanhar docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros (incoming), assim como a orientação aos docentes pesquisadores e discentes da FURB que estejam saindo (outgoing) para intercâmbio, além de suporte a projetos no âmbito da internacionalização.

Destaca-se, ainda, que visando à internacionalização do currículo e à possibilidade de troca de experiências internacionais, desde 2012 a FURB oferta disciplinas lecionadas no idioma inglês. O estudante pode cursar disciplinas em língua estrangeira, previstas na matriz curricular do curso e que tenham disciplinas semelhantes no idioma português, sendo ofertadas em paralelo, ou ainda, como disciplinas optativas.

Entre os objetivos desta ação, destacam-se:

- a) Proporcionar experiências de educação em outro idioma em áreas específicas;
- b) Preparar estudantes para participação em intercâmbios internacionais;
- c) Oferecer disciplinas em língua estrangeira para atender a estudantes de universidades estrangeiras;
- d) Inserir a FURB no contexto da mobilidade acadêmica internacional de estudantes e docentes;
- e) Possibilitar o aprendizado e a ampliação do vocabulário do idioma em questão.

Conforme descrito na Introdução desse Projeto Pedagógico de Curso (PPC), a internacionalização no âmbito do curso de Educação Especial se dará na perspectiva da promoção de experiências de interculturalidade, promovendo o intercâmbio de conhecimentos em eventos e na inserção de estudos sobre práticas internacionais concernentes ao escopo de estudos e formação do perfil profissiográfico, podendo ocorrer também em disciplinas no decorrer do percurso formativo.

Como incentivo, a participação dos estudantes em eventos internacionais e a realização de cursos de idiomas poderão computar horas de AACCs.

Idiomas sem Fronteiras

O Idiomas sem Fronteiras (IsF) na FURB é um projeto que iniciou suas atividades no fim de 2017. Objetiva promover a internacionalização da universidade a partir do ensino de língua inglesa para a comunidade acadêmica e capacitar professores em formação inicial vinculados ao projeto. Atualmente oferta cursos gratuitos de curta duração presenciais e online de língua inglesa para fins específicos. Para os estudantes de graduação da universidade, as atividades oferecidas pelo IsF são uma oportunidade de melhorar o nível de proficiência em língua inglesa e se preparar para mobilidade acadêmica.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

METODOLOGIA

A proposta de metodologia do curso de Educação Especial na FURB está pautada na articulação entre teoria e prática desde o primeiro semestre com a inserção da Prática Como Componente Curricular que busca fazer a interrelação entre a teoria e o cotidiano da educação básica. Pretende-se, assim, que em cada uma das áreas/componentes do Curso estejam garantidos tempos e espaços curriculares que levem à construção de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções necessários à atuação docente. Essa metodologia inclui componentes organizados presencialmente com a mediação de tecnologias em aulas síncronas, ou seja, estudantes e docentes estarão ao mesmo tempo em espaços diferentes; componentes organizados na modalidade EAD em que docentes e estudantes terão tempos síncronos e tempos assíncronos utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem; componentes organizados presencialmente em que docentes e estudantes estarão ao mesmo tempo e no mesmo espaço durante as atividades/aulas; e ainda componentes que podem ocorrer de forma *onlife* com o docente no espaço físico da FURB e estudantes presentes no mesmo tempo e espaço e outros no mesmo tempo, mas em outros espaços acompanhando a atividade remotamente de forma síncrona. Essa diversidade de organização proporciona aos estudantes diferentes experiências com uso das tecnologias e desafiam os docentes no uso de metodologias ativas.

Importante observar que, na perspectiva da educação inclusiva como um princípio do curso de Educação Especial, a diversificação das metodologias deve sempre buscar formas que promovam a participação e aprendizagem de todos e todas.

Compõem a carga horária de vários componentes, créditos acadêmicos para o desenvolvimento de atividades extraclasse que contribuem na construção da autonomia, organização e administração do tempo dos estudantes e valorizam os trabalhos desenvolvidos em tempos e espaços diversos daqueles em que há a presença do docente. Da mesma forma, a inserção de cerca de 11% da carga horária total do curso em componentes EAD exige dos estudantes planejamento, capacidade de comunicação, automotivação, entre outros aspectos de acordo com as especificidades individuais.

A FURB possui também dois espaços inovadores para formação de professores, de forma interdisciplinar, que utilizam a Tecnologia Digital como ferramenta para desenvolver práticas pedagógicas inovadoras. O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE), fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES), e, o Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores (EfeX), resultado da parceria com a Secretaria de Estado da Educação e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB). Espaços que permitirão uma maior interação entre saberes e práticas diversas, e a experiência de integrar as tecnologias educacionais aos desafios atuais em sala de aula.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem, além de ser utilizado em componentes EAD, possibilita a todos os docentes organizarem seus conteúdos e disponibilizarem aos estudantes materiais diversos e desenvolverem atividades avaliativas individuais e em grupos. Professores e estudantes dispõem, ainda, de acesso a todo o pacote do Office 365 e respectivos aplicativos com vários recursos digitais que contribuem para dinamizar e diversificar metodologias e formas de desenvolver e apresentar atividades.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de Educação Especial está em consonância com o disposto no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022-2026). Não há publicação de Diretrizes Nacionais para Cursos de Graduação em Educação Especial. Porém, a partir da demanda apontada pelo PARFOR, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) e a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), mobilizaram-se na direção da construção de uma proposta pedagógica para este curso, observando os documentos do MEC que sinalizam que estes cursos devam ter como

[...] base conhecimentos gerais e conhecimentos específicos da área para o exercício da docência, possibilitando a atuação de educadores no atendimento educacional especializado, aprofundando o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2008, p. 17).

Em decorrência da inexistência de diretrizes curriculares específicas do curso, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, realizou consulta ao CEE/SC acerca da legalidade da oferta do referido curso nas IES do Sistema Estadual de Educação, o qual, mediante o Parecer CEE/SC n.º 429/2009, de 10 de novembro de 2009 manifesta a legalidade da oferta do Curso de Licenciatura em Educação Especial nas IES do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

O Parecer CEE/SC n.º 429/2009, ao expressar-se sobre a legalidade da oferta do curso de Licenciatura em Educação Especial, buscou amparo na Resolução CNE/CEB n.º 2/2001, que

Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Este parecer ressaltou que os cursos de que trata o artigo 18 da Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11/09/2001, § 3º, inciso I, são cursos específicos de licenciatura em educação especial, não podendo, portanto, ser confundidos com os Cursos de Pedagogia atualmente em oferta.

O mesmo parecer ressalta ainda que, paralelo a isto, é facultado às Universidades e centros Universitários, pelo princípio constitucional da autonomia universitária, oferecer os cursos que em seu contexto forem julgados convenientes e importantes.

Deste modo, nos termos da Análise do Parecer 429/2009, considerando o disposto na Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11/09/2001, em seu art. 18, mais precisamente no § 3º, inciso I e a partir do princípio constitucional da autonomia universitária, o relator do parecer em questão entende que a oferta de Cursos de Licenciatura em Educação Especial nas IES vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, respeitados os ritos de sua criação, reveste-se de plena legalidade, dando assim, no âmbito do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, pleno amparo legal à oferta do curso de Licenciatura em Educação Especial.

Portanto, a organização curricular toma por base esse parecer, nas Diretrizes Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e em documentos de referência internacional, nacional e estadual sobre a política de Educação Especial, na perspectiva da inclusão escolar.

Além disso, o PPC está organizado para atender plenamente a legislação de temas transversais, tanto com a oferta de componentes curriculares que abordam diretamente esses temas, como de forma transversal pela perspectiva adotada pelo curso que visa a construção de uma sociedade inclusiva e acessível e sustentável. Além dos componentes curriculares, para atendimento desses temas, o curso busca promover e participar de eventos institucionais internos como o Seminário Integrado das Licenciaturas e a Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (MIPE) e a organização de semanas acadêmicas para as quais devem ser organizadas palestras, rodas de conversa, oficinas etc. sobre esses assuntos. Os estudantes também são convidados a participar de núcleos de estudos e pesquisas como do Núcleo de estudos afro-brasileiros (NEAB), Núcleo de estudos indígenas (NEI), Vozes livres – Núcleo de estudos de gênero, Núcleo de estudos sobre religiosidades e interculturalidade – todos vinculados à Política de Articulação dos Temas Transversais (PATT) da FURB, e do grupo de pesquisa Laboratório De Estudos Em Educação, Diferenças E Inclusão (LAEDI) ao qual está vinculada a linha de pesquisa Educação Inclusiva, Diversidades e Direitos Humanos,

coordenada pela professora Andrea Soares Wu, membra do colegiado do curso e do NDE. Essas participações, além de ampliarem o repertório teórico e cultural dos estudantes, também permite validar horas de AACCs.

Considerando a escola um lugar da presença das diversidades, durante os estágios obrigatórios, os estudantes também são provocados a observar e refletir sobre como ocorrem as relações étnicas e raciais e de gênero nos espaços escolares sob a ótica da educação inclusiva.

Quadro 2 - Componentes Curriculares com inserção dos temas transversais

Componente Curricular	Temática abordada
Educação inclusiva	Direitos humanos
Prática e sustentabilidade	Educação ambiental
Diversidade e sociedade	Relações étnica e raciais e história da cultura afro e indígena

Fonte: Coordenação do Curso (2022)

Por fim, a organização dos componentes curriculares se faz por meio de eixos que integram o Eixo Articulador das Licenciaturas em atendimento à Resolução 201/2017 da FURB e à BNC-Formação, no total de 972 horas/aula e o Eixo Específico que inclui os saberes da área da Educação Especial, totalizando 1926 horas/aula, as atividades práticas de PCC e Estágio, cada qual computando 486 horas/aula e as AACCs, no total de 144 horas/aula. Esses eixos garantem uma formação didático-pedagógica, fundamentos teórico-práticos e experiências com o cotidiano da educação básica.

Especificamente, o Eixo Articulador das Licenciaturas, instituído pela Resolução FURB 201/2017, tem sua carga horária atendida integralmente conforme disposto no quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Eixo Articulador das Licenciaturas

Componente curricular	Fase	EAL	PCC	Total
História da Educação	1 ^a	72	18	90
Contexto socioterritorial da escola	1 ^a	90	0	90
Educação inclusiva	1 ^a	54	18	72
Teorias pedagógicas	2 ^a	36	0	36
Filosofia e epistemologia da educação	2 ^a	90	0	90
Fundamentos e organização curricular	3 ^a	72	18	90
Prática e sustentabilidade	3 ^a	36	0	36
Psicologia da Educação	4 ^a	90	0	90
Didática	4 ^a	72	18	90
Práticas de letramentos e recursos digitais	5 ^a	72	18	90
Tecnologias e objetos digitais de ensino e aprendizagem	5 ^a	72	0	72
Laboratório de Arte e Estética na Educação	6 ^a	72	0	72

Gestão e organização da escola	7 ^a	72	18	90
Políticas públicas e legislação da educação	8 ^a	72	18	90
Total		972	126	1098

Os componentes listados no Quadro 3 possuem carga horária de 972h/a em atendimento ao Eixo Articulador das licenciaturas, conforme preconiza a Resolução 201/2017, modificada pela Resolução FURB 51/2020 em atendimento ao disposto na descrição do Grupo I da Resolução CNE/CP 2/2015, BNC-Formação. Entre esses componentes, observa-se que sete, entre catorze que compõem o EAL, possuem carga horária de PCC relativa ao descrito no Grupo III da BNC-Formação.

Ressalta-se que, devido ao seu caráter de oferta específica, em atendimento a um edital da SED e pelas características da área de atuação do curso, houve necessidade de reorganizar alguns componentes, atentando para o disposto na BNC-Formação, atendendo tanto à carga horária mínima estabelecida para o Grupo I, quanto aos assuntos/temas que devem ser abordados nesse grupo.

Além do EAL, o PPC possui uma carga horária em atendimento ao disposto no Grupo II da BNC-Formação, que equivale a 1926 h/a, denominado eixo específico e 972 h/a relativas ao Grupo III, divididas igualmente em PCC e Estágio Obrigatório.

INTEGRAÇÃO DO CURSO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

O curso de licenciatura em Educação Especial forma profissionais para atuarem com educação, seja em instituições públicas ou privadas, de educação formal e não formal com o público alvo da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Considerando o papel social de extrema relevância que visa assegurar o direito à educação de todas as crianças, jovens e adultos e que esse direito deve ocorrer principalmente pela oferta de educação pública e gratuita, o curso busca articular ações privilegiando os espaços da rede pública de educação.

Essa articulação ocorre desde o início do curso com a inserção de carga horária específica de Prática como Componente Curricular (PCC) desde a primeira fase e se estende ao longo de todo o percurso formativo. Essas práticas devem ocorrer por meio do desenvolvimento de projetos pedagógicos que visem articular teoria e prática, propondo ações, desenvolvimento de materiais e métodos voltados à promoção da inclusão escolar e social. Além da PCC, o estágio obrigatório se configura como espaço privilegiado de promover essa aproximação e relação com as redes públicas.

Também pode contribuir para essa articulação a participação de estudantes em projetos de pesquisa e extensão extracurriculares promovidos por docentes da universidade e/ou oriundo de editais externos de projetos e programas do Governo do Estado e do Governo Federal, a exemplo do que pode ocorrer com o PROESDE, PIBID e Residência Pedagógica.

COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO ALUNO AO LONGO DO CURSO

No decorrer do seu percurso formativo, o licenciando do curso de Educação Especial deverá desenvolver competências que sem complementam e aprofundam conforme o PPC vai sendo integralizado e as atividades previstas vão sendo realizadas. Assim, a descrição por fases indica algo que se inicia mas que tem continuidade e dialoga com todo o processo:

Fase 1: Introdução à área da educação inclusiva, ao contexto educacional geral e suas linguagens

Nessa fase os estudantes deverão iniciar a construção dos fundamentos que alicerçam sua formação, desenvolvendo competências de compreensão da sua área de atuação que incluem os saberes básicos da educação na perspectiva da educação inclusiva.

Fase 2: Aprofundamento dos fundamentos da educação geral e de conhecimentos relacionados à área e ao desenvolvimento humano

Nessa fase, além da continuidade das competências iniciadas na fase anterior, os licenciandos deverão desenvolver competências de compreensão e comunicação para sua atuação com a educação especial.

Fase 3: Ampliação dos conhecimentos em relação ao campo educacional específico e geral e de temas transversais e articulação teoria e prática

Nessa fase, além da continuidade das competências iniciadas nas fases anteriores, os licenciandos deverão desenvolver competências para elaborar e executar projetos pedagógicos que articulam teoria e prática.

Fase 4: Ampliação dos conhecimentos em relação ao campo educacional geral e específico, articulando teoria e prática e introdução de experiências de atuação por meio do estágio

Nessa fase, além da continuidade das competências iniciadas nas fases anteriores, os licenciandos deverão utilizar as competências em desenvolvimento na análise de contextos educacionais, elaboração e execução de práticas nesse cotidiano.

Fase 5: Ampliação dos conhecimentos em relação ao campo educacional geral e específico,

articulando teoria e prática com o uso de tecnologias

Nessa fase, além da continuidade das competências iniciadas nas fases anteriores, os licenciandos deverão desenvolver competências para o uso de tecnologias na articulação entre conhecimentos teóricos e práticos em propostas pedagógicas para componentes que reúnem teoria-prática, incluindo estágio obrigatório.

Fase 6: Ampliação dos conhecimentos em relação ao campo educacional geral e específico, agregando a sensibilização por meio de experiências estéticas, artísticas e tecnológicas e do (re)conhecimento da diversidade presente na perspectiva da educação inclusiva.

Nessa fase, além da continuidade das competências iniciadas nas fases anteriores, os licenciandos deverão desenvolver competências para o olhar ético, estético, poético e artístico, sensível aos direitos básicos e fundamentais de todas as pessoas, como a educação, fortalecendo ainda as experiências teórico-práticas.

Fase 7: Ampliação dos conhecimentos em relação ao campo educacional geral e específico, Nessa fase, além da continuidade das competências iniciadas nas fases anteriores, os licenciandos deverão desenvolver competências para compreender os campos políticos de organização da gestão escolar e ampliação de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento humano e possibilidades de intervenção para potencializar esse desenvolvimento.

Fase 8: Ampliação dos conhecimentos em relação ao campo educacional geral e específico, Nessa fase, além da continuidade das competências iniciadas nas fases anteriores, os licenciandos deverão desenvolver competências para reconhecer as pessoas como seres completos, cujo desenvolvimento ocorre de forma integral em todos os âmbitos físico, psicológico, social, cultural e potencializar a relação entre teoria e prática reflexiva.

Compreendemos que o desenvolvimento de todas essas competências se dará ao longo do curso e na interrelação entre as diversas atividades que incluem ensino, pesquisa e extensão em atividades teóricas e práticas em diálogo constante com o cotidiano da educação básica.

ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Por Atividades Complementares compreende-se: Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais (AACCs), Prática Desportiva (PDE), Atividades de extensão e Estudos Integradores.

Nesse sentido, as Atividades Complementares (AACCs) são atividades curriculares que envolvem ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de possibilitar a autonomia do acadêmico em participar de outras atividades científicas e culturais durante o processo de sua formação de acordo com a Resolução n. 82/2004, oportunizando a ampliação do repertório científico e cultural dos estudantes. Estes são, portanto, componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Desta forma, as AACCs do Curso de Educação Especial da FURB têm como objetivo ampliar a flexibilização curricular abrindo ao estudante mais uma possibilidade de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura no seu curso contribuindo na formação do perfil profissiográfico conforme os campos de formação artístico deste currículo.

Salienta-se que as AACCs devem ser efetuadas de forma autônoma pelos acadêmicos, sendo que a orientação que recebem em relação a essas atividades é que elas sejam realizadas de forma a enriquecer o processo formativo e ampliar repertório científico e cultural, privilegiando temas como relações étnico raciais e de gênero, bem como história e cultura afro e indígena, compreendendo que perpassam a formação de forma transversal. Por meio dessas atividades os estudantes poderão ampliar seu repertório cultural, bem como aprofundar temas transversais contemporâneos (BRASIL/Temas Transversais Contemporâneos na BNCC, 2019).

Na universidade são realizados diversos eventos nos quais os acadêmicos têm a oportunidade de se envolverem em ações de extensão, cultura, pesquisa e ensino. Entre os eventos institucionais temos a realização da MIPE, o Seminário Integrado das Licenciaturas e Semanas Acadêmicas.

O Curso de Educação Especial da FURB exige um mínimo de 144 horas que podem ser cumpridas nas atividades que vão ao encontro do Art. 5º da Resolução no 82/2004, cujas atividades estão identificadas da seguinte forma:

- I. atividades de pesquisa;
- II. atividades de extensão, conforme definido na Política de Extensão da Fundação Universidade Regional de Blumenau;
- III. disciplinas além da grade curricular respectiva cursadas inter e intra cursos em diferentes níveis de ensino;
- IV. publicação de trabalhos científicos;

- V. atividades comunitárias;
- VI. estágios curriculares não obrigatórios;
- VII. monitorias;
- VIII. visitas técnicas e viagens de estudo não vinculadas à matriz curricular;
- IX. outras atividades definidas pelo Colegiado de curso.

Para comprovação das horas o acadêmico deverá seguir as seguintes instruções:

- I. Apresentar os originais e uma cópia dos comprovantes das Atividades Acadêmico Científico-Culturais ao Coordenador para comprovação e validação;
- II. O Coordenador avaliará a documentação e despachará o requerimento;
- III. Comprovadas integralmente as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, a Secretaria Acadêmica fará o correspondente registro e lançamento no histórico escolar do acadêmico;
- IV. A documentação encaminhada pelo aluno ficará arquivada na Secretaria Acadêmica, juntamente com sua documentação interna.

Todas as ações complementares visam que os(as) estudantes construam um percurso formativo para além dos componentes curriculares que constam na matriz curricular na medida em que esses tempos e espaços são possibilidades de um movimento de autonomia e de singularidade de cada estudante, contribuindo também para o desenvolvimento de competências voltadas ao seu engajamento profissional.

ESTÁGIO

O Curso de Licenciatura em Educação Especial adotará a compreensão de que todo o estágio realizado no decorrer do curso corresponde a um estágio curricular. Entende-se por Estágio Curricular toda atividade prática, formativa, de preparação para a atuação profissional futura, desenvolvida em condições reais de trabalho, buscando aperfeiçoar, no estagiário, a relação teoria e prática, além de promover a integração do futuro profissional com o mundo do trabalho de forma ética e crítica. Os estágios têm sua centralidade na prática desenvolvendo “[...] o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).” (BRASIL, 2019.p. 4).

O Estágio Curricular pode ser operacionalizado de dois modos:

1. **Estágio Não-Obrigatório:** caracterizado pelo interesse espontâneo do estudante em realizar estágio independente da necessidade deste para atender os estágios previstos na

matriz curricular. Nessa modalidade de estágio, a Universidade oferece oportunidades em diversas áreas, mediante convênios com diferentes empresas (escolas de ensino fundamental e médio, laboratórios educacionais, instituições de pesquisa, outras instituições públicas, além da oferta de iniciação científica na própria FURB).

2. **Estágio Obrigatório:** previsto na matriz curricular do curso, sendo que para o estudante colar grau é necessária a integralização das horas desta modalidade de estágio. Para a modalidade Licenciatura o Estágio Curricular Supervisionado terá 486 horas (equivalente a 27 créditos acadêmicos) a partir da segunda metade do curso.

Tanto o Estágio Curricular Não Obrigatório como o Estágio Curricular Obrigatório serão supervisionados para que sejam, periodicamente, realizadas avaliações dos estagiários, dos locais de estágio, buscando atingir melhorias de qualidade. A supervisão de estágios não obrigatórios será feita de forma indireta ou semidireta, observando-se a Lei nº 11.788/2008.

A supervisão dos estágios obrigatórios será de forma direta, com acompanhamento do professor da FURB e supervisão do profissional docente indicado pela unidade concedente, conforme disposto na Resolução FURB nº 89/2018.

Neste Curso o Estágio Obrigatório será realizado mediante vivência de experiência pedagógica em:

- a) Serviços de Atendimento Educacional Especializados, nas áreas que incluem as deficiências nas suas diferentes formas, transtornos do déficit de atenção por hiperatividade, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, implantados nas unidades escolares da rede regular de ensino e em instituições congêneres;
- b) Salas de aula, de todas as etapas da Educação Básica, com matrícula de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do déficit de atenção por hiperatividade e altas habilidades/superdotação.

O estágio obrigatório deverá estar articulado aos estudos das disciplinas específicas do curso já estudadas ou com as em estudo na fase em que ocorre o estágio, contribuindo para a construção/elaboração de competências que envolvem os conhecimentos profissionais desenvolvidos e em desenvolvimento, a prática profissional e o engajamento profissional, conforme descrito na BNC-Formação (BRASIL, 2019) em consonância com as competências gerais da BNCC (BRASIL, 2017).

Em cada semestre de estágio, além de estudos em sala de aula na Universidade, os acadêmicos serão envolvidos em observações nos diversos espaços de estágio, no planejamento

e avaliação de intervenções práticas. No final de cada semestre os acadêmicos deverão produzir e apresentar por escrito um relatório analítico contemplando as experiências vivenciadas no período. No final da 8ª Fase, além do Relatório de Estágio da fase, os acadêmicos deverão organizar um Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE) - contemplando as experiências de todas as fases, a ser socializado em Seminário Específico e que se caracteriza como trabalho de conclusão de curso.

No curso de Educação Especial, o Estágio obrigatório inicia na quarta fase e encerra na 8ª fase, cada um deles organizados da seguinte forma:

- Estágio em Educação Especial I – 4ª fase, 72 horas, abordando Instituições Educacionais e Serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Projeto de estágio. Observação, registro e análise. Documento reflexivo de Estágio.
- Estágio em Educação Especial II – 5ª fase, 72 horas, abordando Saberes docentes: Contextualização, Planejamento e Reflexão. O processo de ensinar e de aprender. A observação e a reflexão do processo de ensinar. O planejamento de prática docente, e sua intervenção. A prática realizada como objeto de reflexão. Elaboração de projeto de estágio. Vivência de experiência pedagógica em Serviços de Atendimento Educacional Especializado e em salas de aula regulares, de todas as etapas da Educação Básica. Elaboração de documento reflexivo de estágio.
- Estágio em Educação Especial III – 6ª fase, 90 horas, abordando Elaboração de projeto de estágio. Observação e vivência de experiência pedagógica em Serviços de Atendimento Educacional Especializado implantado nas unidades escolares da rede regular de ensino, e em instituições congêneres; Observação e Vivências pedagógicas em salas de aula regulares, de todas as etapas da Educação Básica. Elaboração de documento reflexivo de estágio.
- Estágio em Educação Especial IV – 7ª fase, 126 horas, abordando Elaboração de projeto de estágio. Observação e vivência de experiência pedagógica em Serviços de Atendimento Educacional Especializado implantado nas unidades escolares da rede regular de ensino, e em instituições congêneres; Observação e Vivências pedagógicas em sala de aula regular, de todas as etapas da Educação Básica. Elaboração de relatório de estágio.
- Estágio em Educação Especial V – 8ª fase, 126 horas, abordando Elaboração de projeto de estágio. Observação e vivência de experiência pedagógica em Serviços de Atendimento Educacional Especializado implantado nas unidades escolares da rede

regular de ensino, e em instituições congêneres; Observação e Vivências pedagógicas em sala de aula regular, de todas as etapas da Educação Básica. Elaboração de documento reflexivo de estágio.

A organização dos Componentes curriculares de estágio seguirá: 1. Encontros com os professores de estágio para apresentação e organização das observações e práticas. 2. Momentos de contato com a realidade profissional. 3. Construção de um projeto de trabalho articulado com os conhecimentos teóricos assimilados ao longo do processo de formação. 3. Desenvolvimento da prática sob orientação e supervisão institucional. 5. Produção de documentos de estágios tais como: projetos, planos de ensino-aprendizagem, relatórios, diários de aprendizagem, portfólios e artigos. 6. Socialização das práticas de estágio por meio de seminários. 7. Devolutiva junto às escolas campos de estágio em formato a ser acordado com as gestões das respectivas escolas.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Para o curso de Licenciatura em Educação Especial, definiu-se a adoção do Trabalho de Conclusão de Estágio (TCE) como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Esta prática está institucionalizada pela Resolução nº. 89/2018, que em seu Artigo 47, inciso III, declara como possibilidade avaliativa a realização de “[...] seminário de socialização das atividades de estágio ou apresentação do TCE, de acordo com critérios definidos no plano de ensino-aprendizagem da disciplina, em observância às normas definidas no regulamento de estágio do curso.”

Entende-se que essa modalidade de documentação contribui intensamente para a formação profissional do estudante, pois envolverá o acadêmico em situações, principalmente de descrições, de sínteses e de análise. Além disso, o TCE permite sistematizar as experiências de estágio, evidenciando a articulação entre a teoria e a prática que integram conhecimentos didático-pedagógicos e conhecimentos específicos da área do conhecimento, conforme preconiza a BNC-Formação (BRASIL, 2019). O TCE ocorrerá na oitava e última fase do curso. Nesta fase, os alunos apresentarão a síntese das atividades desenvolvidas no transcorrer dos diversos estágios realizados durante os cinco semestres. Este trabalho será desenvolvido em duplas e inclui uma produção escrita e uma apresentação oral, apresentada em forma de seminário de socialização a ser organizado e coordenado pelo/s professor/es de estágio.

COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)

A Educação a Distância (EAD), na FURB, é concebida como uma modalidade de ensino cuja mediação pedagógica se pauta no uso das tecnologias digitais de informação e

comunicação para a formação científica, técnica e cultural da sociedade, ampliando os tempos e inovando os meios e espaços de ensinar e aprender.

Sob o ponto de vista institucional a FURB vem trabalhando para modernizar as formas de aprendizagem e flexibilizar o processo de apropriação do conhecimento, com a superação das distâncias geográficas e das relações espaço-tempo, contribuindo com uma formação humana por meio da aprendizagem autônoma do sujeito.

Em relação ao formato das atividades a distância, cabe destacar o conceito disposto na Resolução FURB nº 3/2020, onde entende-se as atividades síncronas como aquelas que ocorrem em dias e horários determinados, exigindo a participação dos envolvidos ao mesmo tempo, promovendo a interação entre os estudantes e o corpo docente e tutorial e as atividades assíncronas como aquelas atividades que não precisam ocorrer em dia e horário determinados, ou seja, não é exigida a participação de todos os envolvidos ao mesmo tempo.

Todas as disciplinas EAD podem incluir atividades síncronas e/ou atividades assíncronas. Cabe ao curso planejar pedagogicamente quando e de que forma irá inseri-las.

Quadro 3 - Disciplina na modalidade a Distância

Disciplina	EAD	Formato das Atividades
Prática e Sustentabilidade*	36	Síncronas e/ou Assíncronas
Teorias pedagógicas	36	Síncronas e/ou Assíncronas
Psicologia da educação	90	Síncronas e/ou Assíncronas
Práticas de letramentos e recursos digitais	90	Síncronas e/ou Assíncronas
Diversidade e sociedade	36	Síncronas e/ou Assíncronas
Políticas públicas e legislação da educação	90	Síncronas e/ou Assíncronas
Total	378 horas/aula	

Fonte: Coordenação do Curso (2022)

*Conforme Resolução FURB nº 68/2018, esta disciplina é oferecida no modelo híbrido, uma vez que serão realizados de 4 a 6 encontros presenciais, com duração de 4 (quatro) horas aulas para disciplinas de 72 horas aula e duração de 2 (duas) horas aula para disciplinas de 36 horas aula.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

No curso de Educação Especial a curricularização da extensão ocorre com parte da carga horária nos componentes curriculares listados no quadro a seguir, estando previsto em cada uma das respectivas ementas um projeto de ação pedagógica:

Quadro 4 - Distribuição das atividades de extensão nos componentes curriculares

Componente Curricular (carga horária de extensão)	Extensão	Distribuição das atividades de extensão no componente curricular	Descrição das atividades
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Visual 1	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC	As atividades de extensão ocorreram por meio do Projeto de ação pedagógica que integra a ementa e será desenvolvido de acordo com a especificidade do respectivo componente, com carga horária de 18h/a ou de 36h/a conforme informação ao lado. A descrição das atividades extensionistas deverão constar nos respectivos planos de ensino, se caracterizando em ações de impacto comunitário, podendo envolver diretamente o público alvo em atividades presenciais, bem como na disponibilização de materiais para esse público, podendo utilizar, inclusive, tecnologias assistivas como suporte.
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Intelectual I	(18h)	18 h/a junto a carga horária de P	
Libras 2	(36h)	36 h/a junto a carga horária de P	
Teoria e Prática Educacional da pessoa com altas habilidades I	(18h)	18 h/a junto a carga horária de atividades extraclasse	
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Visual II	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC	
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Intelectual II	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC	
Acessibilidade e Tecnologias Assistivas	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC	
Teoria e Prática Educacional da pessoa com altas habilidades II	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC	
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Surdez I	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC	
Arte e Educação Especial	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC	

Educação e Neurodiversidade	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC
Sistema Braille	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento I	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Surdez II	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Física	(36h)	18 h/a junto a carga horária de PCC e 18 h/a junto a carga horária de atividades extraclasse
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento II	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Surdo cegueira I	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Surdo cegueira II	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC
Estimulação Essencial	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC
Sexualidade e educação especial	(18h)	18 h/a junto a carga horária de PCC
Total = 396 h/a – equivale a 10,2% do total de 3870 h/a		

Fonte: Coordenação do Curso (2022)

REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS

A organização de regime concentrado na primeira fase se fez necessária tendo em vista o início tardio do curso que cumpria o disposto no Edital SED n. 1426/2021. O cronograma da primeira fase foi elaborado de forma que fosse possível integralizar a primeira fase antes do início do primeiro semestre letivo de 2022.

Tendo em vista que o referido Edital também determina que o curso seja integralizado em 4 anos, os componentes com carga horária 100% EAD serão alocados aos sábados.

Quadro 5 – Regime concentrado ou aulas aos sábados

Componente Curricular	Concentrado/aulas aos sábados
Desenvolvimento e aprendizagem I	Concentrado final da primeira fase
Teorias Pedagógicas	Componente EAD – alocado aos sábados – 2 ^a fase
Prática em sustentabilidade	Componente EAD – alocado aos sábados – 3 ^a fase
Psicologia da educação	Componente EAD – alocado aos sábados – 4 ^a fase
Diversidade e Sociedade	Componente EAD – alocado aos sábados – 6 ^a fase
Políticas públicas e legislação da educação	Componente EAD – alocado aos sábados – 8 ^a fase

Fonte: NDE do Curso (2022)

O curso apresenta em sua matriz curricular componentes específicos que exigem especialidades de formação que a FURB não dispõe em seu quadro docente efetivo. Isso exige que, a cada semestre, sejam analisados os componentes e verificada a necessidade de contratação desses profissionais especializados. Considerando que não temos como ter precisão em relação a quem serão esses profissionais e como estará a disponibilidade de agenda, não é possível antecipar quais componentes serão ofertados em regime concentrado. Dessa forma, nas fases em que a carga horária ultrapassar a possibilidade de alocação semanal no decorrer do semestre, o Colegiado do Curso analisará os componentes, bem como a disponibilidade dos docentes, definindo qual será ofertado em regime concentrado.

SAÍDAS A CAMPO

se aplica.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

As disciplinas do eixo articulador das licenciaturas e as específicas do Curso de Educação Especial totalizam quatrocentas e oitenta e seis horas aula (486h/a) de Prática como Componente Curricular – PCC, que deverão ser vivenciadas ao longo do curso (Resolução CNE/CP nº 02/2019), distribuídas em disciplinas cuja natureza do seu estudo requer a inserção na realidade escolar. Essas disciplinas, definidas pelo Colegiado, estão identificadas na matriz curricular do Curso.

Essa prática tem por objetivo proporcionar a articulação teoria e prática, oportunizando ao educando refletir sobre os problemas mais imediatos e evidentes das Instituições Educacionais e de outros espaços educativos. É uma oportunidade de aproximar a vivência na escola dos saberes estudados na Universidade.

No Curso de Educação Especial, essa prática será o elemento articulador/integrador entre a teoria e a prática desde o início do curso, de forma a levar os professores a um trabalho que possibilite ao licenciando a inserção na realidade de forma integrada e interdisciplinar. A PCC poderá ser desenvolvida de diferentes formas como: análise de documentos escolares e livros didáticos, participação em reuniões pedagógicas, conselhos de classe, visitas técnicas e outras que serão construídas no decorrer do curso e de acordo com as especificidades de cada componente curricular.

ESTRUTURA CURRICULAR

Matriz curricular

Quadro 6 - Matriz Curricular

Curso: Educação Especial												Cód.
Grau: Licenciatura												
Fase	Componente Curricular	Eixo 1	Carga horária 2					CA ₃	CF ₄	EaD ₅	Ext ₆	Pré-Requisitos
			T	P	PCC	AE	Total					
1	História da Educação	EAL	54	0	18	18	90	5	4	0	0	
	Contexto socioterritorial da escola	EAL	72	0	0	18	90	5	4	0	0	
	Introdução à Educação Especial	EE	72	0	0	0	72	4	4	0	0	
	Educação inclusiva	EAL	54	0	18	0	72	4	4	0	0	
	Linguagem e ludicidade	EE	72	0	0	0	72	4	4	0	0	
	Desenvolvimento e aprendizagem I	EE	72	0	0	0	72	4	4	0	0	
	Subtotal			396	0	36	36	468	26	24	0	0
2	Teorias pedagógicas	EAL	36	0	0	0	36	2	2	36	0	
	Filosofia e epistemologia da educação	EAL	72	0	0	18	90	5	4	0	0	
	Libras 1	EE	18	54	0	0	72	4	4	0	0	
	Neurociência na Educação	EE	72	0	0	0	72	4	4	0	0	
	Desenvolvimento e aprendizagem II	EE	72	0	0	0	72	4	4	0	0	
	Psicomotricidade	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	0	
	Subtotal			324	54	18	18	414	23	22	36	0
3	Fundamentos e organização curricular	EAL	54	0	18	18	90	5	4	0	0	
	Prática e sustentabilidade	EAL	36	0	0	0	36	2	2	36	0	
	Neurofisiologia	EE	72	0	0	0	72	4	4	0	0	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Visual I	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Intelectual I	EE	54	18	0	0	72	4	4	0	18	
	Libras 2	EE	18	36	18	0	72	4	4	0	36	Libras I
	Subtotal			288	54	54	18	414	23	22	36	72
4	Psicologia da Educação	EAL	72	0	0	18	90	5	4	72	0	

	Didática	EAL	54	0	18	18	90	5	4	0	0	
	Estágio em Educação Especial I	EE	18	54	0	0	72	4	4	0	0	
	Teoria e Prática Educacional da pessoa com altas habilidades I	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Visual II	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Intelectual II	EE	54	18	0	0	72	4	4	0	18	
	Fundamentos linguísticos da LIBRAS	EE	72	0	0	0	72	4	4	0	0	Libras II
	Subtotal		378	72	54	36	540	30	28	72	54	
5	Práticas de letramentos e recursos digitais	EAL	54	0	18	18	90	5	4	72	0	
	Tecnologias e objetos digitais de ensino e aprendizagem	EAL	72	0	0	0	72	4	4	0	0	
	Acessibilidade e Tecnologias Assistivas	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Estágio em Educação Especial II	EE	18	54	0	0	72	4	4	0	0	
	Teoria e Prática Educacional da pessoa com altas habilidades II	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Surdez I	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Subtotal		306	54	72	18	450	25	24	72	54	
6	Laboratório de Arte e Estética na Educação	EAL	36	36	0	0	72	4	4	0	0	
	Arte e Educação Especial	EE	18	0	18	0	36	2	2	0	18	
	Diversidade e sociedade	EE	36	0	0	0	36	2	2	36	0	
	Educação e Neurodiversidade	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Estágio em Educação Especial III	EE	18	72	0	0	90	5	5	0	0	
	Sistema Braille	EE	36	0	36	0	72	4	4	0	18	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento I	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Surdez II	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Subtotal		306	108	108	0	522	29	29	36	90	
7	Gestão e organização da escola	EAL	54	0	18	18	90	5	4	0	0	

	Estágio em Educação Especial IV	EE	18	108	0	0	126	7	7	0	0	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Física	EE	54	0	18	18	90	5	4	0	36	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento II	EE	54	0	18	18	90	5	4	0	18	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Surdo cegueira I	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Subtotal		234	108	72	54	468	26	23	0	72	
8	Políticas públicas e legislação da educação	EAL	54	0	18	18	90	5	4	72	0	
	Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Surdo cegueira II	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Estágio em Educação Especial V	EE	18	108	0	0	126	7	7	0	0	
	Estimulação Essencial	EE	54	0	18	18	90	5	4	0	18	
	Sexualidade e Educação Especial	EE	54	0	18	0	72	4	4	0	18	
	Subtotal		234	108	72	36	450	25	23	72	54	
	AACC					144	8	0	0	0		
	TOTAL		2466	558	486	216	3870	215	195	324	396	

(1) EAL - Eixo de Articulação das Licenciaturas; EE – Eixo Específico.

(2) T – Teórica; P – Prática, PCC – Prática como Componente Curricular, AE – Atividade Extraclasse.

(3) Créditos Acadêmicos

(4) Créditos Financeiros

(5) Educação a Distância

(6) Extensão

Pré-requisitos

Quadro 7 – Relação de Pré-requisitos

componente curricular	pré-requisito – carga horária	justificativa
LIBRAS II	LIBRAS I – 72h	Traz os conhecimentos básicos para a continuidade da aprendizagem
Fundamentos Linguísticos da Libras	LIBRAS II 72h	Traz os conhecimentos que permitem compreender os fundamentos linguísticos

Detalhamento dos componentes curriculares

Detalhamento dos componentes curriculares obrigatórios do Eixo de Articulação das Licenciaturas

Componente Curricular: História da Educação
Área temática: conforme diretrizes institucionais
<p>Ementa:</p> <p>A constituição da História da Educação como campo epistemológico: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do profissional da educação. Os conhecimentos científico e tecnológico e a educação ao longo dos tempos históricos. A relação histórico-social entre a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. Os diversos contextos históricos da cultura escolar, as práticas educativas e o sistema escolar brasileiro. O profissional da educação e os valores democráticos na História do Brasil. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Analisar a constituição do campo da História da Educação e sua relevância para o profissional da educação. Estudar as mudanças e permanências nos conhecimentos científico e tecnológicos ao longo da História. Avaliar a cultura escolar, as políticas educacionais e suas práticas nos diversos contextos históricos. Compreender a historicidade e valorizar a democracia na prática docente. Integrar os temas da disciplina ao cotidiano escolar da Educação Básica.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.</p> <p>GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da Educação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São</p>

Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

ROCHA, Maria Aparecida. A Educação Pública Antes da Independência. São Paulo, UNESP, 2015.

ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

Complementar:

ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. O legado educacional do século XX no Brasil. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARIES, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 5v, il.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de. Orgs. Gestão e Políticas da Educação. Rio de Janeiro: DP e A, 2004.

CASTANHA, André Paulo. História da educação: pesquisa, levantamento de fontes e instituições escolares. Cascavel: Edunioeste, 2010.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MOURA, Maria Isabel (org.). A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009. 251 p.

Periódicos especializados:

Revista de Educação História <http://www.lapeduh.ufpr.br/revista/>

Revista História Hoje <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ>

Componente Curricular: Contexto socioterritorial da escola

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Metodologias de diagnóstico participativo; a escola e seu contexto territorial; dimensões sociais, econômicas, político, culturais e ambientais do território escolar; indicadores socioterritoriais; fontes de informação; bases de dados; cartografias sociais; metodologias de interação social.

Objetivos:

Acessar recursos teórico metodológicos para realização de diagnóstico do contexto socioterritorial da escola e elaboração de projetos de interação entre escola e comunidade.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ (org), caderno: Bairro-Escola: passo a passo, São Paulo: Fundação Educar, UNICEF, UNDIME, MEC, 2007

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. 1. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 95).

DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, set./dez. 2013.

DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. 2006a. Disponível em:

<http://dowbor.org/06deslocalcurto4p.doc>. Acessado em agosto de 2016.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MEDEIROS, Barnabé e GALIANO, Mônica Beatriz. Bairro-Escola: uma nova geografia do aprendizado. São Paulo: Tempo Dímagem, 2005

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In:

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 10ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 77-116. 2007.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 10ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

Complementar:

ACSELRAD, Henri (org.) Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013. ACSELRAD, Henri (org.) Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ, 2008.

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

SINGER, Helena (org.). Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola-- São Paulo: Moderna, 2015. -- (Coleção territórios educativos; v. 1)

SINGER, Helena (org.). Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola. São Paulo: Moderna, 2015. — (Coleção territórios educativos; v. 2)

Componente Curricular: Educação Inclusiva

Área temática: conforme diretrizes institucionais

<p>Ementa:</p> <p>Educação Especial – princípios e conceitos, contextualização histórica, social, cultural, política e pedagógica. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Direito à Educação (acesso, permanência, participação e aprendizagem) e Transversalidade da educação especial (da educação infantil até a educação superior). Direitos Humanos.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Conhecer as legislações, políticas públicas e diretrizes legais da política educacional brasileira, refletindo sobre educação, inclusão e direitos humanos.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade. EDUC-Editora da PUC-SP, 2014.</p> <p>BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. dos (Orgs.). Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008</p> <p>DHANDA, A. Construindo um novo léxico dos Direitos Humanos: Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. In: Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos, ano 5, número 8. São Paulo, 2008.</p> <p>MACHADO, A. M. et al. (Org.). Educação inclusiva: direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.</p> <p>SMITH, Deborah D. Introdução à educação especial. Porto Alegre: ArtMed, 2008. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536317229. Acesso em: 5 jul. 2021.</p> <p>TORRES GONZÁLEZ, J. A. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: ArtMed, 2002.</p>

<p>Componente Curricular: Teorias pedagógicas</p>
<p>Área temática: conforme diretrizes institucionais</p>
<p>Ementa:</p> <p>A história das ideias e práticas pedagógicas. Teorias pedagógicas: princípios e implicações no processo de ensinar e de aprender. Principais precursores pedagógicos. Pedagogias do século XXI: inovações educativas. A docência no processo educativo.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender os fundamentos das teorias pedagógicas, analisando as contribuições dos precursores pedagógicos na organização, funcionamento e inovações das pedagogias do século XXI.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p>

CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias: Petrópolis: Vozes, 2010.

GHEDIN, Evandro. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 2000.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Complementar:

CHARLOT, B. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CONTRERAS, J. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1979.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1989.

GIROUX, H. Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1986.

NÓVOA, A. Vidas de Professores. Portugal: Porto Editora, 1992.

SANTOS, B. de S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHON, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Componente Curricular: Filosofia e epistemologia da educação

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Compreensões filosóficas de educação ao longo da história e suas influências na atualidade. Dimensões ontológicas, éticas, sociais e culturais da educação. Epistemologias e educação,

conhecimento e aprendizagem. Educação e Escola entrelaçadas no mundo contemporâneo. Epistemologia da educação dialógica, problematizadora, crítica e emancipadora. A realidade e o saber dos estudantes como base epistemológica da aprendizagem. Aspectos epistemológicos das novas tecnologias na educação. Metodologias ativas e construção colaborativa do saber pelo diálogo com colegas, estudantes, pais e comunidade.

Objetivos:

Construir colaborativamente/participativamente condições filosóficas e epistemológicas como base para uma educação integral, dialógica, integradora, crítica e emancipadora no mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

ASSMANN, Hugo. Metáforas novas para reencantar a educação: epistemologia e didática. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1996.

BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Lilian Bacich. Porto Alegre: Penso 2017.

BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem - Educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Grupo Autêntica 2013.

FLICKINGER, Hans-Georg. A Caminho de uma pedagogia hermenêutica. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 56.ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Epistemologia e Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução Lílilan do Valle. - 3.ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Complementar:

BELTRÃO, Ierecê Rego. Corpos dóceis, mentes vazias, corações frios: didática, o discurso científico do disciplinamento. São Paulo: Ed. Imaginário, 2000.

FIORI, Ernani Maria; ARANTES, Otilia B. F. (Otilia Beatriz Fiori). Educação e política. Porto Alegre: L E PM, 1992.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 29.ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. Por uma pedagogia da pergunta. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATTAR, João. Metodologias ativas para a educação presencial, blended e a distância. São

Paulo: artesanato educacional, 2017.

PINTO, Alvaro Vieira. A questão da universidade. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.

PINTO, Alvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

Componente Curricular: Fundamentos e organização curricular

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Currículo: conceitos e fundamentos teóricos. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. BNCC e Propostas Curriculares Estaduais e Municipais: fundamentos e organização. Debates contemporâneos no campo do currículo. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos:

Compreender o currículo como produção histórica, contextualizando as propostas curriculares oficiais e as organizações curriculares da atualidade.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica /Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.

SACRISTAN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. 352p, il. (Biblioteca Artes Médicas. Fundamentos da educação).

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 154 p.

TORRES. R. M. Que (e como) é necessário aprender? Papyrus, Campinas, 1994.

VALLE, I. R. Sociologia da educação: currículo e saberes escolares. 2ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

Complementar:

LOPES, A. R.C.; MACEDO, E. (Orgs.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006. 269 p. (Cultura, memórias e currículo).

LOPES, A. R.C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002. 237 p. (Cultura, memória e currículo, v.2).

LOPES, A. R.C.; MACEDO, E. Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 220 p, il.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p.

SACRISTÁN, J. G. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SACRISTÁN, J. G.; PEREZ GOMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. 396 p.

SACRISTAN, J. G. A educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

Periódicos especializados:

Revista e-Curriculum - <https://revistas.pucsp.br/curriculum>

Revista Currículo Sem Fronteiras: <http://www.curriculosemfronteiras.org/>

Revista Espaço do Currículo: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>

Componente Curricular: Psicologia da Educação

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Concepções teóricas de desenvolvimento e de aprendizagem e repercussões na prática educativa. Desenvolvimento humano em seus aspectos: afetivo, cognitivo, valorativo e social. A gênese do psiquismo e a construção do sujeito. As relações humanas no processo educativo. Problemas atuais da aprendizagem.

Objetivos:

Conhecer os processos, fases e metodologias de/para o desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva e ética e os principais problemas de aprendizagem atuais.

Bibliografia Básica:

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 150p.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; BOCK, Ana Mercês Bahia. Escolar: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 170 p.

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONT'EV. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem EDUSP, 1988. 228p.

Complementar:

AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. 215p, il.

CIASCA, Sylvia Maria. Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 220 p, il.

PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 282p.

VIGOTSKY, L. S. (Lev Semenovitch); COLE, Michael. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. xii, 168 p.

Componente Curricular: Didática

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Conceito e trajetória histórica da Didática. O “ofício” de professor. Concepções de ensino e implicações em diferentes ambientes de aprendizagem. Planejamento de ensino e seus elementos: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação. Avaliação da Aprendizagem e implicações para o ensino. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos:

Compreender os fundamentos histórico-culturais das teorias de ensino, analisando as implicações para o professor e para os processos de ensino em diferentes ambientes de aprendizagem.

Bibliografia Básica:

BOTH, I. J. Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. 3. ed. rev. Curitiba: Ibepex, 2011.

COMÊNIO. Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 525 p. (Textos clássicos).

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991.

PÉREZ GOMEZ, A. I. Pedagogias para tempos de pandemias e perplexidades: da informação à sabedoria. Itapetinga: Ed. Hipótese, 2021.

PÉREZ GOMEZ, A. I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

SACRISTÁN, J. G. Educar por competências: o que há de novo? São Paulo: ARTMED, 2011.

Complementar:

ANDRÉ, M. E. D. A. de; OLIVEIRA, M. R. N. S. Alternativas no ensino de didática. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000.

CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática. Campinas, SP: Papirus, 1989.

HADJI, C. A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos. Porto: Porto Ed, 1994. 190p. (Coleção ciências da educação, 15).

HADJI, C. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001. 136p. (Biblioteca ARTMED. Fundamentos da educação).

HAYDT, R. C. C. Curso de didática geral. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. 327 p. (Educação).

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 1996. 134p.

Periódicos especializados:

Revista Educação e Sociedade - <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/20>

Componente Curricular: Práticas de letramentos e recursos digitais

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

Estudos dos letramentos e a pesquisa de cunho etnográfico na educação linguística. Projetos de letramentos e práticas de letramentos com tecnologias em contextos educativos: uso de recursos digitais em materiais didáticos e do papel da aprendizagem colaborativa. Articulação entre teoria e prática na Educação Básica.

Objetivos:

Promover a discussão de abordagens em torno dos estudos dos letramentos sob perspectiva sociocultural e contribuições de pesquisas de cunho etnográfico na educação linguística. Oportunizar estudo de elementos que compõem os projetos de letramentos e de recursos digitais que auxiliem na elaboração de materiais didáticos. Proceder com análise e produção de práticas pedagógicas, com recursos digitais, na direção da aprendizagem colaborativa.

Bibliografia Básica:

LEA, M. R.; STREET, B (2006). O modelo dos letramentos acadêmicos: teoria e aplicações. Tradução por Fabiana Komesu e Adriana Fischer, Revista Filol. Linguíst. Port., São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez. 2014.

HEINIG, Otilia Lizete de Oliveira Martins. Baú de práticas: socialização de projetos de letramentos. Blumenau: Edifurb, 2013. 124 p, il.

STREET, B. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240p.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 133 p, il.

Bibliografia Complementar:

BARTON, David; HAMILTON, Mary; ROZ, Ivanic. Situated literacies: reading and writing in context. London: Routledge, 2000. xv, 222 p, il.

FRITZEN, Maristela Pereira; LUCENA, Maria Inêz Probst. O olhar da etnografia em contextos educacionais: interpretando práticas de linguagem. Blumenau: Edifurb, 2012. 187 p.

ROJO, R. H. R.; MOURA, E. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

VÓVIO, Cláudia; SITO, Luanda; DE GRANDE, Paula. Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

SANTOS, W. L. P. dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. Rev. Bras. Educ., v. 12, n. 36, p. 474-492, 2007.

Componente Curricular: Gestão e Organização da Escola

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

O Sistema Educacional Brasileiro. Gestão e administração: conceitos, organização e cultura organizacional. Gestão escolar: história, princípios, planejamento e mecanismos de participação coletiva. Organização gerencial da escola: gestão pedagógica, administração de pessoal e gestão financeira. Projeto Político Pedagógico: princípios e processos de elaboração. Avaliação institucional. Conselhos educacionais federais, estaduais, municipais e escolares: princípios, características e competências. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos:

Compreender a gestão no sistema educacional brasileiro a partir de seus elementos estruturantes e dinamizadores na perspectiva histórica, bem como no âmbito escolar.

Bibliografia Básica:

CERVI, Gicele Maria. Política de Gestão Escolar na Sociedade de Controle. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

KLAUS, Viviane. Gestão e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Porto Alegre: Editora Alternativa, 2001.

Complementar:

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2006. 132 p, il. (Cadernos de gestão, 2).

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica: Política e Gestão. Brasília, DF: Liber, 2008.

Componente Curricular: Políticas Públicas e Legislação da Educação

Área temática: conforme diretrizes institucionais

Ementa:

O ciclo de políticas educacionais ao longo do processo histórico educacional brasileiro. As políticas públicas e as propostas curriculares. A legislação de ensino atual: finalidades, fins, princípios, níveis, modalidades de ensino e direitos educacionais de crianças, adolescentes e jovens. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos:

Refletir os planos atuais de educação a partir dos determinantes contextuais e históricos em relação às políticas educacionais adotadas nas diferentes esferas, níveis e modalidades de ensino, bem como analisar os propósitos de adoção de políticas e a promulgação das diferentes legislações educacionais, avaliando seu impacto nacional, as consequências práticas atuais e possíveis no futuro.

Bibliografia Básica:

CURY, C. R. J. Estado e políticas de financiamento em educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, edição especial, p. 831-855, out. 2007.

JEFFREY, Débora C. (Org.). Política e avaliação educacional :interfaces com a epistemologia. - Curitiba: CRV, 2015.

MAINARDES, Jefferson. Reinterpretando os ciclos de aprendizagem-São Paulo: Cortez, 2007.

Paulo Freire :política e pedagogia /Michael W. Apple, Antônio Novoa (orgs.); [tradutora Isabel Narciso]. -Porto: Porto Ed., 1998.

Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos /Ivan Moraes Filho ... [et al.]; Aida Maria Monteiro Silva, Celma Tavares (organizadoras). -São Paulo: Cortez, 2010.

POPKEWITZ, Thomas. S., Lutando em defesa da alma :a política do ensino e a construção do professor /Thomas S. Popkewitz; tradução Magda França Lopes.-Porto Alegre : Artmed, 2001.

SCHEINVAR, Estela. O feitiço da política pública :escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente -Rio de Janeiro: FAPERJ :Lamparina, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 14. ed. Papirus, 2002.

VOORWALD, Herman J, C. A educação básica pública tem solução? / Herman J. C. Voorwald. - 1.ed. - São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

Complementar:

AGUILAR, Luis Enrique Aguilar. Estado desertor :Brasil-Argentina nos anos de 1982-1992 / - Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2000.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

Capitalismo, trabalho e educação /José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice (orgs.). -3. ed. - Campinas: Autores Associados, 2005.

CORDIOLLI, Marcos. Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil /Marcos Cordioli. - Curitiba: IBPEX, 2011

Educação integral em estados brasileiros: trajetória e política / Organizadores: Débora Cristina Jeffrey, Josias Ferreira da Silva. - 1.ed. - Curitiba: CRV, 2019. - 171 p.: il.

Escola :espaço do projeto político-pedagógico /Ilma Passos Alencastro Veiga, Lúcia Maria Gonçalves de Resende (orgs.). -4. ed. - Campinas: Papirus, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.

Políticas educacionais no Brasil :qual o papel do Poder Legislativo? /Rosimar de Fátima Oliveira. - Curitiba: Protexoto, 2009.

Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização /organizadoras: Margarita Victoria Rodríguez, Maria de Lourdes Pinto de Almeida. -Brasília, D.F.: Liber Livro Ed. :UCDB Ed., 2008.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

TELLO, C. G. Epistemologia de la Política Educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado das Letras, 2013

TROJAN, R. M. Políticas educacionais na América Latina: tendências em curso. Revista Iberoamericana de Educação, n. 51, 15 dez. 2009.

Detalhamento dos componentes curriculares dos Temas Transversais e complementares do Eixo de Articulação das Licenciaturas

Componente Curricular: Prática em Sustentabilidade
Ementa: Sociedades sustentáveis. Proteção do ambiente natural e construído. Reciprocidade, responsabilidade cidadã e ética nas relações dos seres humanos entre si e no cuidado com o meio ambiente. Transformação e parcerias para o desenvolvimento: novas tecnologias, produção, trabalho e consumo. Justiça e equidade socioambiental.
Objetivos: Construir conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos, expressando posicionamento crítico sobre metas limitadas de crescimento, gestão ambiental, novas tecnologias e desenvolvimento sustentável.
Bibliografia Básica: CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. Tradução de Mayra Teruya Eichenberg, Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2014. Título Original: The systems view of life. MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger.: Gestão sustentável (habitus e ação): princípios esquecidos pela agenda do desenvolvimento. Blumenau: Edifurb, 2013. MORIN, Edgar. A via para o futuro da humanidade. Tradução de Edgar de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. Título Original: La voie pour l'avenir de l'humanité. Complementar: ACSELRAD, Henry; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. BRAGA, Benedito; et al. Introdução à Engenharia Ambiental. O desafio do desenvolvimento sustentável. 2 ed, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010. Título Original: Silent spring. MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. Terra Pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995. Título Original: Terre-Patrie. NALINI, José Renato. Ética ambiental. 3.ed. Campinas: Millennium, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL

(ONUBR). **17 objetivos para transformar nosso mundo**. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods6/>>; Acesso em 18 de jul. de 2017.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardin. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação Ambiental. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Componente Curricular: Tecnologias e Objetos Digitais de Ensino e Aprendizagem

Ementa:

Mídias e tecnologias digitais nos processos de ensinar e aprender. Softwares educacionais. Alfabetização e letramento digital. Uso das mídias e tecnologias digitais. Mídias e tecnologias colaborativas. Ambientes virtuais de ensino e aprendizagem. Objetos digitais de aprendizagem.

Objetivos:

Conhecer mídias e tecnologias digitais, aplicando-as no processo de ensinar e aprender.

Bibliografia Básica:

COLL, César; MONEREO, Carles. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. 365 p, il. (Biblioteca Artmed. Psicologia da educação).

LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. 269p.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. (Marcos Tarcísio); BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

Complementar:

PEREIRA, Alice T. Cybis (Alice Therezinha Cybis). Ambientes virtuais de aprendizagem em diferentes contextos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. xvi, 210 p, il.

PRATA, Carmem Lúcia; NASCIMENTO, Anna Christina Aun de Azevedo (Org.). Objetos de aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico. Brasília, D.F : SEED, 2007. 157 p, il.

TAROUCO, L. M. R. et al. Objetos de aprendizagem: teoria e prática. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Orgs.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. 1. ed. Porto Alegre: penso, 2015. 270 p. il.

Componente Curricular: Laboratório de arte e estética na educação

Ementa:

Educação e Experiência estética. Arte e estética e a educação do sensível na constituição da subjetividade docente. Laboratórios poéticos. Vivências estéticas em espaços formais e não formais de educação.

Objetivos:

Compreender a experiência estética e artística no processo de formação docente como parte da formação profissional, experienciando em laboratórios poéticos os processos de criação, reflexão, fruição e estesia para reconhecer contextos relacionados à prática pedagógica para o compromisso com a aprendizagem.

Bibliografia Básica:

DUARTE, JR., J. F. O Sentido dos Sentidos: a educação (do) sensível. Curitiba: Edições Criar, 2001.
 FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2011.
 GOHN, Maria da Glória. Educação não formal no campo das artes. São Paulo: Cortez, 2015.
 KIVY, P. Estética: fundamentos e questões de filosofia da arte. São Paulo: Paulus, 2008.
 PEIXOTO, M. I. H. Arte e Grande Público: a distância ser extinta. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
 LARROSA, Jorge. Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
 SASPORTES, J. Pensar a dança: A reflexão estética de Mallarmé a Cocteau. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Complementar:

MARTINS, M. C. (org.) Pensar Juntos: (entre)laçando experiências e conceitos. São Paulo: Terracota, 2014.
 MEIRA, M. Filosofia da criação: Reflexões sobre o sentido do sensível. Porto Alegre: Mediação, 2003.
 NEITZEL, A. A.; CARVALHO, C. Formação estética e artística: saberes sensíveis. Curitiba, PR: CRV, 2012.
 OLIVEIRA, M. O. Arte, Educação e Cultura. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015.
 RANCIÈRE, J. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO/Editora 34, 2005.
 ZANELLA, A.; COSTA, F. C. B.; MAHEIRIE, K.; SANDER, L e ROS, S. Z. (Orgs.), Educação estética e constituição do sujeito: Reflexões em curso. Florianópolis, SC: NUP/CED/UFSC, 2007.

Periódicos especializados:

Revista ARS -USP
 Revista Educação, Artes e Inclusão -UDESC
 Revista Palíndromo – UDESC
 Arte & Ensaio – UFRJ
 Revista VIS – UNB
 Visualidades – UFG

Detalhamento dos componentes curriculares específicos do curso

Fase 1

Componente Curricular: Introdução à Educação Especial
Área Temática: Educação inclusiva
<p>Ementa:</p> <p>Fundamentos e Organização da Educação Especial. Modelo social da deficiência. Inserção no cotidiano da Educação Básica, Educação Superior e outras modalidades de ensino. Produção de objetos educacionais relacionados à Educação Especial. Participação da escola, família e da comunidade no processo de inclusão escolar.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Analisar criticamente as dimensões históricas e modos de atuação da educação especial; Refletir sobre as contribuições do Modelo Social da Deficiência para as práticas pedagógicas em diferentes contextos de ensino;</p>

<p>Identificar e analisar as dinâmicas sociais nos processos de inclusão escolar.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>ALIAS, Gabriela. Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva. São Paulo: Cengage Learning, 2016. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522123544. Acesso em: 6 jul. 2021.</p> <p>ALIAS, Gabriela. Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: a relação escola, família e aluno. São Paulo: Cengage Learning, 2016. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522123681. Acesso em: 6 jul. 2021.</p> <p>SMITH, Deborah D. Introdução à educação especial. Porto Alegre: ArtMed, 2008. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536317229. Acesso em: 5 jul. 2021.</p> <p>VALLE, Jan W; CONNOR, David J Co-autor. Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH, 2014. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580553437. Acesso em: 5 jul. 2021.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BAUMEL, Roseli C. Rocha de C. ; RIBEIRO, Maria Luisa (orgs.) Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: AVERCAMP, 2003.</p> <p>FERNANDES, Sueli. Fundamentos para educação especial. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpex, 2011</p> <p>GONZÁLEZ, José Antonio Torres. Educação e Diversidade: bases didáticas e organizativas. Porto alegre: Artmed, 2002.</p> <p>MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org.). Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial. Fortaleza/Ce: Demócrito Rocha/UECE, 2003.</p> <p>SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.</p> <p>TORRENS, Perla. Interações entre escola e família no processo de inclusão de um estudante público-alvo da educação especial. 2018. 110 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/DS/2018/364499_1_1.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Educação Inclusiva – UEPB</p> <p>Revista Educação Especial – UFSM</p> <p>Revista Diálogos e Pesquisa em Educação Especial – UNESP</p> <p>Revista Brasileira de Educação Especial - ABPEE</p>
<p>Componente Curricular: Ludicidade e linguagens</p>
<p>Área Temática: Educação e linguagens</p>
<p>Ementa:</p> <p>O lúdico na infância. A promoção da brincadeira como intencionalidade pedagógica. Artes e linguagens nos contextos educativos. Culturas infantis. As múltiplas linguagens das crianças. Produção de jogos didáticos.</p>

<p>Objetivos:</p> <p>Compreender a ludicidade como ferramenta para uma aprendizagem significativa;</p> <p>Analisar a prática de jogos e brincadeiras tradicionais e cooperativas como possibilidade pedagógica;</p> <p>Identificar as diversas linguagens e estabelecer vínculo estreito com a ludicidade a partir de jogos didáticos.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida; BOMTEMPO, Edda. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 183p, il.</p> <p>LIMA, Caroline Costa Nunes. A ludicidade e a pedagogia do brincar. Grupo A, 2018. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024700. Acesso em 6 jul. 2021.</p> <p>REGGIO CHILDREN, ESCOLAS E CRECHES DA INFÂNCIA DE REGGIO EMILIA. As cem linguagens em mini-histórias: contadas por professores e alunos de Reggio Emilia. Porto Alegre: Penso, 2020. 1 recurso online. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786581334178. Acesso em: 6 jul. 2021.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ALENCAR SOBRINHO, João Batista Melo. Ludicidade nos anos iniciais do ensino fundamental: concepções e prática de professores de educação física. 2014. 81 f, il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/DS/2014/357587_1_1.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.</p> <p>BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. Tradução Marcus Vinicius Mazzari]. -4. ed. - Sao Paulo: Summus, 1984. - 117p.</p> <p>BROUGERE, Gilles. Brinquedo e cultura. Revisão técnica e versão brasileira adaptada por Gisela Wajskop; [tradução: Maria Alice A. de Sampaio Doria]. -São Paulo: Cortez, 1995. - 110 p.</p> <p>PILLOTTO, Silvia Sell Duarte (org.) Linguagens da arte na infância. -Joinville: Ed. da Univille, 2007. - 202 p.</p> <p>SILVA JÚNIOR, Afonso Gomes da. Aprendizagem por meio da ludicidade. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.</p> <p>VIGOTSKI, Lev S. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico - livro para professores. Apresentação e comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009. - 135 p.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Creative Education: https://www.scirp.org/journal/ce/</p> <p>Academic Journal of Ludic Studies - https://www.rebel.org.br/thefael/</p>

Componente Curricular: Desenvolvimento e aprendizagem I
Área Temática: Educação e temporalidades humanas
Ementa:

<p>Processos de Desenvolvimento e Aprendizagem. Noções de maturação, crescimento, desenvolvimento e aprendizagem na formação do indivíduo. A constituição social da infância, adolescência e vida adulta. As etapas do desenvolvimento e aprendizagens na primeira e na segunda infância. A idade escolar e a constituição social da adolescência, infante-juvenil e vida adulta.</p>
<p>Objetivos: Identificar e analisar criticamente os fundamentos e princípios das teorias do desenvolvimento na formação do indivíduo; Compreender os aspectos psicológicos, biológicos, históricos, sociais e culturais na constituição do indivíduo.</p>
<p>Bibliografia básica: BEE, Helen L; BOYD, Denise Roberts. A criança em desenvolvimento. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 567 p., il. PAPALIA, Diane E; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 10. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009. xviv, 889 p, il., retrs., grafs., tabs. VIGOTSKY, L. S.; LEONT'EV, A. N.; LURIA, A. R. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 8. ed. São Paulo: Icone, 2003. CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; KOLLER, Silvia Helena; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos. Adolescência e psicologia: concepção, práticas e reflexões críticas. Brasília, D.F: Conselho Federal Psicologia, 2002. 142p, il. DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA JÚNIOR, Áderson Luiz (Orgs.). A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005. 278 p, il. (Biblioteca Artmed. Psicologia do desenvolvimento, infância e adolescência). EIZIRIK, Cláudio Laks; CAPCZINSKI, Flávio. O Ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica. 2. ed. Porto Alegre: ArTmed, 2013. 255 p, il. SHAFFER, David R. (David Reed); KIPP, Katherine. Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xxxiv, 879 p, il.</p>
<p>Bibliografia complementar: BERRYMAN, Julia C. A psicologia do desenvolvimento humano. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. 337 p, il. (Epigenese, desenvolvimento e psicologia, 60). Tradução de: Developmental psychology and you. JULIANO VIEIRA DA SILVA et al. Crescimento e desenvolvimento humano e aprendizagem motora. Grupo A, 2018. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595025714. Acesso em 19 mar. 2022. PAPALIA, Diane E; FELDMAN, Ruth Duskin Co-autor. Desenvolvimento humano. 12. Porto Alegre: ArtMed, 2013. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580552171. Acesso em: 19 mar. 2022. WILBER, Ken. Transformações da consciência: o espectro do desenvolvimento humano. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 2005. 144 p, il.</p>
<p>Periódicos especializados: Revista Aprendizagem e Desenvolvimento – Grupo Piaget</p>

<http://www.ipiageteditora.com/catalogue/revista-aprendizagem-desenvolvimento/>

2ª Fase

Componente Curricular: Libras 1
Área Temática: Educação e linguagens
<p>Ementa:</p> <p>Introdução aos recursos gramaticais da Libras: uso do corpo e do espaço. Classificadores básicos. Iniciação à soletração manual e aos numerais. Construções negativas e interrogativas elaboradas.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Promover o aprendizado da gramática da Libras utilizando o uso do corpo e do espaço e prática do uso da soletração manual e os numerais para desenvolver habilidades de comunicação para o aluno surdo ou com deficiência auditiva.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CAPOVILA, Fernando César. RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira. Fernando César Capovila, Walkiria Duarte Raphael (editores). -2. ed. - São Paulo: EDUSP, 2001a. 1v.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>STOCK, Irene. M; Strobel, Karin Lilian. Brincando e aprendendo com libras: Língua brasileira de sinais. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná. 1999.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>STROBEL, Karin Lilian. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.</p>
Bibliografia complementar:
Periódicos especializados:

Componente Curricular: Neurociência na Educação
Área Temática: Educação e temporalidades humanas
<p>Ementa:</p> <p>Breve estudo sobre o cérebro humano. As pesquisas recentes sobre o funcionamento do cérebro. Abordagens na neurociência sobre o desenvolvimento da criança, do jovem e do adulto. Processos de aprendizagem e a ciência cognitiva. Abordagem da neurociência e da educação.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Conhecer os fundamentos da plasticidade neural e do cérebro como estrutura orgânica no desenvolvimento de potencialidades do estudante.</p> <p>Conhecer as funções neurais executivas e cognitivas; atenção, memória, inteligência e aprendizagem;</p> <p>Perceber a importância da atenção e da concentração no momento pontual da aprendizagem; identificar as dimensões biológicas, psicológicas, afetivas, motoras, emocionais e sociais que influenciam o desenvolvimento humano e o contexto da</p>

aprendizagem.
<p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - COSENZA, Ramon Moreira; GUERRA, Leonor Co-autor. Neurociência e educação. Porto Alegre: ArtMed, 2011. - LENT, Roberto. Neurociência da mente e do comportamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. - RELVAS, Marta Pires. Neurociência na prática pedagógica. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2012. 164 p., il.
<p>Bibliografia complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: ArtMed, 2011. - KANDEL, Eric R; SCHWARTZ, James H. (James Harris); JESSELL, Thomas M. Princípios de neurociência. 4. ed. São Paulo: Manole, 2003. xliii, 1412p, il. - LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência. São Paulo: Atheneu: FAPERJ, 2001. 698 p, il. (Biblioteca biomédica). - PEREIRA, Celso D. Neurociencia contemporanea e educacao. Irregular. Padrao de cor: 1994. - SHORES, Elizabeth F; GRACE, Cathy. Manual de portfólio: um guia passo a passo para o professor. Porto Alegre: ArtMed, 2001. 160 p, il. (Biblioteca ARTMED. Cotidiano pedagógico).
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Multidisciplinar - Universidade do Porto</p> <p>Neurociência Cognitiva e Educação - UFSM</p> <p>Ciências e Cognição - UFRJ</p>

Componente Curricular: Desenvolvimento e Aprendizagem II
Área Temática: Educação e temporalidades humanas
<p>Ementa:</p> <p>Desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Desenvolvimento como processo multideterminado. Desenvolvimento cognitivo e socialização implicações na aprendizagem. Desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo e suas implicações na prática pedagógica. Desenvolvimento a partir da identificação dos fatores biológicos, psicológicos, socioculturais e suas implicações na aprendizagem.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial em diferentes perspectivas.</p> <p>Analisar os processos de desenvolvimento a partir de diferentes fatores e suas implicações em práticas pedagógicas.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ARANTES, V. A. Afetividade na escola. São Paulo: Summus Editorial, 2003.</p> <p>BEE, H. A criança em desenvolvimento. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p>

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Vol.3. Porto Alegre: Artmed. 2004.

DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA JÚNIOR, Áderson Luiz (Orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 278 p, il. (Biblioteca Artmed. Psicologia do desenvolvimento, infância e adolescência).

LÚRIA, A. **O homem com um mundo estilhaçado**; tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TORRES GONZÁLEZ, J. A. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

VIGOTSKY, L. S.; LEONT'EV, A. N.; LURIA, A. R. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 8. ed. São Paulo: Ícone, 2003.

Bibliografia complementar:

ESTADO DE SANTA CATARIN. **Altas habilidades/superdotação: rompendo as barreiras do anonimato** / Secretaria de Estado da Educação, Fundação Catarinense de Educação Especial – 2a. ed. rev. e amp. – Florianópolis: DIOESC, 2016.

HELENA, Kátia Pereira. **Estudo dos indivíduos com transtorno do déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) e suas correlações com processamento auditivo central (PAC), transtorno específico da aprendizagem (TA) e funções executivas (FEs)** [livro eletrônico] / Kátia Helena Pereira, Patrícia Braz. – São José, SC: FCEE, 2021.

LOPES, Daiane Duarte. **Psicologia e a pessoa com deficiência**. Grupo A, 30/2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595025325>. Acesso em 19 mar. 2022.

MARCELINO, Maria. **Avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência intelectual: que saberes são necessários ao professor?** São Paulo: Appris Editora, 2020.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 491 p., 2012.

Periódicos especializados:

Revista Educação Inclusiva – UEPB

Revista Educação Especial – UFSM

Revista Diálogos e Pesquisa em Educação Especial – UNESP

Revista Brasileira de Educação Especial - ABPEE

Componente Curricular: Psicomotricidade

Área Temática: Educação e temporalidades humanas

Ementa:

Conceituação e diferenciação de crescimento, desenvolvimento e aprendizagem. Fases do crescimento e do desenvolvimento segundo Freud, Piaget, Wallon e Vygotsky e suas implicações na aprendizagem da criança e do adolescente. Fatores que influenciam o crescimento e o desenvolvimento. A estimulação precoce e suas implicações na aprendizagem, no esporte e na reabilitação. Maturação neuropsicomotora. Bases

<p>neurofisiológicas da Aprendizagem Motora. Principais modelos explicativos da Aprendizagem Motora e sua correlação com os avanços das neurociências. Estrutura corporal, lateralidade, esquema corporal, relaxamento e equilíbrio psicossomático.</p>
<p>Objetivos: Compreender os subsídios teórico-metodológico de relação entre Psicomotricidade e Educação; Estabelecer relações entre as obras de Wallon, Piaget e Freud no estudo da Gênese da Psicomotricidade; Conhecer as Bases do desenvolvimento psicomotor; Identificar as condições necessárias para a aprendizagem através do desenvolvimento psicomotor.</p>
<p>Bibliografia básica: BRANCHER, Emerson Antônio. Teoria e prática em recreação: jogos e brincadeiras. Imbituba: Livro Postal, 2018. 139 p., il. EDWARDS, Susan. Fisioterapia neurológica: uma abordagem centrada na resolução de problemas. Porto Alegre: ARTMED, 1999. 224p. FONSECA, Vitor da. Psicomotricidade: perspectivas multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004. GALLAHUE, David L; DONNELLY, Frances Cleland. Educação física desenvolvimentista para todas as crianças. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2008. GALLAHUE, David L; OZMUN, John C; GOODWAY, Jackie. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7. ed. Porto Alegre: Amgh, 2013. HAYWOOD, Kathleen; GETCHELL, Nancy. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 3. ed. Porto Alegre: ArTmed, 2003. LAPIERRE, André. Da psicomotricidade relacional à análise corporal da relação. Curitiba: UFPR, 2002. ROSA NETO, Francisco. Manual de avaliação motora. Porto Alegre: ArTmed, 2002.</p>
<p>Bibliografia complementar: BEE, Helen L. O ciclo vital. Porto Alegre: Artmed, 1997. ECKERT, Helen M. Desenvolvimento motor. 3. ed. São Paulo: Manole, 1993. FONSECA, Vitor da. Manual de observação psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 371p. FONSECA, Vitor da. Psicomotricidade: Linguística e retrogenese. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 394p. MAGILL, Richard A. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações. São Paulo: Edgar Blucher, 2000. VELASCO, Cacilda Gonçalves. Propostas psicomotoras: atividades em psicomotricidade educacional, esportiva e clínica. São Paulo: Wak Editora, 2021.</p>
<p>Periódicos especializados:] Revista on-line da ABP - Associação Brasileira de Psicomotricidade Revista Internacional de Psicomotricidade - Centro de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares em Educação, Saúde e Esporte. A psicomotricidade - Associação Portuguesa de Psicomotricidade</p>

3ª Fase

Componente Curricular: Neurofisiologia

<p>Área Temática: Neurologia</p>
<p>Ementa:</p> <p>Anatomia fisiológica da fibra nervosa. Os componentes do neurônio, potencial de ação, condução nervosa, circuitos neuronais e a fisiologia da contração muscular. Sistema Nervoso: classificação, estrutura e funções. Bases neurofisiológicas do sono e vigília, pensamento e memória. Processos intelectuais e funções comportamentais. Sistema sensorial. Neurofisiologia do sistema visual, auditivo, gustativo e olfativo.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender os elementos do sistema nervoso central e suas relações nos processos intelectuais e comportamentais. Analisar a neurofisiologia dos órgãos sensoriais e suas aplicações no processo pedagógico.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BERNE, Robert M. et al. Fisiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. 1034p.</p> <p>HALL, John E. et al. Tratado de fisiologia médica. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2002. Xxx, 973p.</p> <p>HALL, John E. et al. Fisiologia humana e mecanismos das doenças. 6. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1998. 639p.</p> <p>KANDEL, Eric R. et al. Princípios de neurociência. 4. Ed. São Paulo: Manole, 2003. Xliii, 1412p.</p> <p>KOLB, Bryan; WHISHAW, Ian Q. Neurociência do comportamento. São Paulo: Manole, 2002. Xx, 601p</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BUTERA, Giuseppe. Notas de neuromorfofisiologia. Campo Grande: UCDB, 1998</p> <p>ESBERARD, Charles A. Neurofisiologia. Rio de Janeiro: Campus, 1980</p> <p>HAINES, Duane E. Neurociência fundamental para aplicações básicas e clínicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>KRUSZIELSKI, Leandro. Fundamentos de neurofisiologia: uma introdução para educadores. Rio de Janeiro: Intersaberes, 2019.</p> <p>PURVES, Dale et al. Neurociências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Neurociências - UNIFESP</p> <p>Revista Brasileira de Neurologia - UFRJ</p>

Componente Curricular: Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Visual 1

Área Temática: Educação inclusiva

Ementa:

Alunos com cegueira (crenças, mitos e concepções acerca da cegueira). Cegueira congênita e cegueira adventícia. Formação de conceitos e construção de conhecimentos: alunos com cegueira. Aprendizagem e alfabetização de alunos com cegueira. Projeto de ação pedagógica para pessoas com deficiência visual.

Objetivos:

Compreender as concepções e os tipos de cegueira.
Analisar os conceitos e as possibilidades de aprendizagem de estudantes cegos.

Elaborar projetos de ação pedagógica para estudantes cegos.
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ALMIRALIAM, T. M. M. L. Compreendendo o cego através do procedimento de desenhos – histórias: uma abordagem psicanalítica de cegueira. São Paulo: USP, 1992 (tese de doutoramento).</p> <p>CASTRO, Danilo D. Monteiro. Visão subnormal-oftalmologia. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1994.</p> <p>CASTRO, Eunice F. Reeducação visual – condutas do reeducar em relação a anomalias oculares. Cidade: Editora, 1997.</p> <p>DOMINGUES, Celma dos Anjos et.al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. V. 3. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Universidade Federal do Ceará (Fortaleza). Brasília. MEC/SEESP, 2010.</p> <p>FROSTIG, Marianne. Programa para desenvolvimento da percepção visual. Rio de Janeiro: Panamérica, 1986.</p> <p>KIRK, Samuel A.; GALLAGHER, James J. Educação da criança excepcional 2ª 80i. São Paulo: Martins Fonte, 1991.</p> <p>MASINI, E. F. S. O perceber e o relacionar-se do deficiente visual. Brasília: Corde, 1994.</p> <p>SIAULYS, M. O. C. Brincar para todos. Brasília. MEC/SEESP, 2005</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Orientação e Mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão da pessoa com deficiência visual /Coord: Maria Glória Batista da Mota /Elaboração Edileine Vieira Machado... [et al.] - Brasília: MEC, SEESP, 2003.</p> <p>DIAS, Eliane Maria. Inclusão Escolar De Alunos Cegos: Interface Entre O Ensino Comum E O Atendimento Educacional Especializado. Curitiba: CRV, 2020.</p> <p>ORBOLATO, Loiane Maria; JÚNIOR, Manoel Osmar. Estimulação percepto motora para orientação e mobilidade de pessoas cegas: proposta de 60 atividades. Curitiba: CRV, 2021.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Educação Especial – UFSM</p> <p>Revista Ciência Contemporânea - Uniesp</p>

Componente Curricular: Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Intelectual I
Área Temática: Educação inclusiva
<p>Ementa:</p> <p>Deficiência intelectual: concepções, definições, diagnóstico diferencial entre deficiência intelectual e doença mental; causas e síndromes mais comuns que apresentam D.I. e incidência. Projeto de ação pedagógica para pessoas com Deficiência Intelectual.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender as concepções e os tipos de deficiência intelectual.</p> <p>Analisar os conceitos e as possibilidades de aprendizagem para a deficiência intelectual.</p> <p>Elaborar projetos de ação pedagógica para estudantes deficientes intelectuais.</p>
Bibliografia básica:

<p>DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 19, p. 169-182, 2013.</p> <p>GOMES, Adriana L. L. V. [et al.] A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual . V. 2. Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Universidade. Federal do Ceará [Fortaleza]. Brasília; MEC/SEESP, 2010.</p> <p>PADILHA, Anna Maria Lunardi. Desenvolvimento Psíquico e Elaboração Conceitual por Alunos com Deficiência Intelectual na Educação Escolar¹. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, p. 9-20, 2017.</p> <p>PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008. 212 p.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>MOREIRA, Lília Maria. Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual. Salvador: EDUFBA, 2020.</p> <p>RIBEIRO, Raquel da Silva. Saberes e fazeres pedagógicos na deficiência intelectual (Série Universitária). São Paulo: Editora Senac, 2021.</p> <p>BORDIN, Jussania; SCHEID, Neusa Maria. A Singularidade da Aprendizagem Escolar em Crianças com Deficiência Intelectual. Curitiba: Appris, 2020.</p> <p>OLIVEIRA, Anna Augusta. Conhecimento escolar e deficiência intelectual: Dados da realidade. Curitiba: CRV, 2020.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Educação Inclusiva – UEPB</p> <p>Revista Educação Especial – UFSM</p> <p>Revista Diálogos e Pesquisa em Educação Especial – UNESP</p> <p>Revista Brasileira de Educação Especial - ABPEE</p>

Componente Curricular: Libras 2
Área Temática: Educação e linguagens
<p>Ementa:</p> <p>Conhecimento básico da língua brasileira de sinais. Construção de frases e diálogos com uso da Libras.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Promover o aprendizado de Libras na construção de frases e diálogos para desenvolver habilidades de comunicação com o aluno surdo ou com deficiência auditiva.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CAPOVILA, Fernando César. RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. Fernando César Capovila, Walkiria Duarte Raphael (editores). -2. ed. - São Paulo: EDUSP: 2001a. 1v.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>STOCK, Irene. M; Strobel, Karin Lilian. Brincando e aprendendo com libras: Língua brasileira de sinais. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná. 1999.</p>

Bibliografia complementar: PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais . São Paulo: Pearson, 2011. STROBEL, Karin Lilian. As imagens do outro sobre a cultura surda . 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
Periódicos especializados:

4ª Fase

Componente Curricular: Estágio em Educação Especial I
Área Temática: Processos de ensinar e aprender
Ementa: Instituições Educacionais e Serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Projeto de estágio. Observação, registro e análise. Documento reflexivo de Estágio.
Objetivos: Identificar e reconhecer as instituições educacionais e os serviços de atendimento educacional especializado para a elaboração do projeto de estágio. Utilizar as técnicas e métodos de geração de dados durante a atuação no local de estágio. Analisar e refletir sobre os dados gerados no estágio.
Bibliografia básica: EDLER, Rosita Carvalho. Temas em educação especial . Rio de Janeiro: WWA, 2010. FREIRE, Madalena. Observação, registro, reflexão: instrumentos metodológicos I . 2. i. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996. 63 p. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: ARTMED, 2018. 224 p.
Bibliografia complementar: SILVA, Fabrícia Gomes da. Educação especial inclusiva: práticas e subjetividade na formação docente . Curitiba: Appris, 2021. COELHO, Leni Rodrigues; SILVEIRA, Cristiane; BEZERRA, Rita Cássia. Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas . Jundiaí: Paco, 2017
Periódicos especializados: Revista Educação Inclusiva – UEPB Revista Educação Especial – UFSM Revista Diálogos e Pesquisa em Educação Especial – UNESP Revista Brasileira de Educação Especial - ABPEE

Componente Curricular: Teoria e Prática Educacional da pessoa com altas habilidades I
Área Temática: Educação inclusiva
Ementa: Caracterização dos aspectos históricos, conceituais e biopsicossociais das Altas Habilidades/Superdotação. Características e comportamentos de Altas Habilidades/Superdotação, precocidade, genialidade e crianças prodígio. O papel da

<p>criatividade, da inovação e do talento na inteligência. Políticas Públicas Educacionais para Altas Habilidades/Superdotação no Brasil. Propósitos da identificação e o processo avaliativo. Diferentes abordagens e práticas educacionais. Atuação do professor e o processo de inclusão. Projeto de ação pedagógica para pessoas com altas habilidades.</p>
<p>Objetivos: Analisar as concepções e comportamentos das Altas Habilidades/Superdotação para o estudo de diferentes possibilidades de aprendizagem. Identificar as políticas públicas educacionais brasileiras para estudantes Altas Habilidades/Superdotação. Elaborar projetos de ação pedagógica para estudantes Altas Habilidades/Superdotação.</p>
<p>Bibliografia básica: BRANCHER, Vantoir Roberto; FREITAS, Soraia Napoleão. Altas Habilidades/Superdotação: conversas e ensaios acadêmicos. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. GARDNER, Howard. Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. MOREIRA, Laura Ceretta; STOLTZ, Tania (coords.). Altas Habilidades/Superdotação, Talento, Dotação e Educação. Curitiba: Juruá, 2012. PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera; FREITAS, Soraia Napoleão. Manual de identificação de Altas Habilidades/Superdotação. Garapuava: Apprehendere, 2016. RANGNI, Rosemeire de Araújo (org.). Altas Habilidades: sugestão para pesquisadores e educadores. São Carlos: EDUFSCar, 2019. RENZULLI, Joseph. Modelo de enriquecimento para toda a escola: um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdotação. Revista Educação Especial. v.27. n. 50. p. 539- 562. Set/dez, 2014. VIRGOLIM, A. M. R. Contribuição dos Instrumentos de Investigação de Joseph Renzulli para a Identificação de Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Rev. Educação Especial, v. 27, n.50, p. 581-610, set./dez. 2014. VIRGOLIM, Angela M. R. Altas Habilidades/Superdotação: um diálogo pedagógico urgente. Curitiba: Intersaberes, 2019.</p>
<p>Bibliografia complementar: MARTINS, Barbara Amaral. Alunos precoces com indicadores de altas habilidades/superdotação: Reconhecendo e favorecendo a precocidade em sala de aula. Curitiba: CRV, 2020. MENDES, Maria da Graça Rezende. Altas habilidades na escola: identificar para não discriminar. Curitiba: Appris, 2014. PACHECO, José Ernani de Carvalho. Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e Criatividade: Contribuições do Sociointeracionismo de Vygotsky e da Pedagogia Waldorf de Rudolf Steiner. Curitiba: Juruá, 2019. VIRGOLIM, Angela. Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade: Uma visão multidisciplinar. São Paulo: Papirus, 2018.</p>
<p>Periódicos especializados: Revista Educação Especial - UFSM Revista Ibero-Americana de Criatividade e Inovação - Associação Brasileira de Criatividade e Inovação Revista Brasileira de Altas Habilidades/Superdotação - Conselho Brasileiro para Superdotação</p>

Componente Curricular: Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Visual II
Área Temática: Educação inclusiva
<p>Ementa:</p> <p>Características da baixa visão (campo visual; acuidade visual; avaliação funcional da visão). Recursos de acessibilidade para os alunos com baixa visão. Recursos de tecnologia da informação e comunicação – TICs. Uso dos recursos tecnológicos para produção de material. Projeto de ação pedagógica para pessoas com Deficiência Visual.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender o processo de inclusão escolar e social de pessoas com deficiência visual. Conhecer as características da baixa visão para identificar os recursos de acessibilidade necessários.</p> <p>Compreender quais os recursos de tecnologia da informação e comunicação são necessários para o processo educativo de estudantes com baixa visão.</p> <p>Elaborar projetos de ação pedagógica para estudante com baixa visão.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ALMIRALIAM, T. M. M. L. Compreendendo o cego através do procedimento de desenhos – histórias: uma abordagem psicanalítica de cegueira. São Paulo: USP, 1992 (tese de doutoramento).</p> <p>CASTRO, Danilo D. Monteiro. Visão subnormal-oftalmologia. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1994.</p> <p>CASTRO, Eunice F. Reeducação visual – condutas do reeducar em relação a anomalias oculares. Cidade: Editora, 1997.</p> <p>DOMINGUES, Celma dos Anjos et.al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. V. 3. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Universidade Federal do Ceará (Fortaleza). Brasília. MEC/SEESP, 2010.</p> <p>FROSTIG, Marianne. Programa para desenvolvimento da percepção visual. Rio de Janeiro: Panamérica, 1986.</p> <p>KIRK, Samuel A.; GALLAGHER, James J. Educação da criança excepcional 2ª 84i. São Paulo: Martins Fonte, 1991.</p> <p>MASINI, E. F. S. O perceber e o relacionar-se do deficiente visual. Brasília: Corde, 1994.</p> <p>SIAULYS, M. O. C. Brincar para todos. Brasília. MEC/SEESP, 2005.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Intervenção no ambiente escolar: estimulação visual de uma criança com visão subnormal ou baixa visão. São Paulo: Unesp, 2002.</p> <p>MASINI, Elcie Salzano. O perceber de quem está na escola sem dispor da visão. São Paulo: Cortez, 2016.</p> <p>SILVA, Luzia Guacira. Cartas pedagógicas: Processos de ensinar a quem enxerga sem o sentido da visão. São Paulo: Paulinas, 2017.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Educação Especial – UFSM</p> <p>Revista Ciência Contemporânea - Uniesp</p>

Intelectual II
Área Temática: Educação inclusiva
Ementa: Concepção de desenvolvimento e aprendizagem que embasam a educação das pessoas com deficiência intelectual; inteligência e cognição. O AEE para o aluno com deficiência intelectual (o AEE na SEM); gestão dos processos de aprendizagem; acompanhamento e avaliação dos processos de aprendizagem (na SRM, na sala de aula, na família) e da inclusão do aluno na escola. Projeto de ação pedagógica para pessoas com Deficiência Intelectual.
Objetivos: Compreender o processo de inclusão escolar e social de estudantes com deficiência intelectual na perspectiva do AEE. Elaborar projetos de ação pedagógica para estudantes com deficiência intelectual.
Bibliografia básica: CARVALHO, Maria de Fátima. Conhecimento e vida na escola : convivendo com as diferenças. Campinas: Autores Associados; Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2006. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús Co-autor. Desenvolvimento psicológico e educação : transtorno de desenvolvimento e necessidades educativas especiais, v.3.2. Porto Alegre: Penso, 2015. <i>E-book</i> . Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536307763 . Acesso em: 6 jul. 2021. GOMES, Adriana L. L. V. [et al.] A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. V. 2. Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Universidade Federal do Ceará [Fortaleza]. Brasília; MEC/SEESP, 2010. GÓES, Maria Cecília Rafael; LAPLANE, Adriana Lia Frizzman de. (Orgs.). Políticas e Práticas de Educação Inclusiva . Campinas: Autores Associados, 2004.
Bibliografia complementar: MOREIRA, Lília Maria. Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual . Salvador: EDUFBA, 2020. RIBEIRO, Raquel da Silva. Saberes e fazeres pedagógicos na deficiência intelectual (Série Universitária). São Paulo: Editora Senac, 2021. BORDIN, Jussania; SCHEID, Neusa Maria. A Singularidade da Aprendizagem Escolar em Crianças com Deficiência Intelectual . Curitiba: Appris, 2020. OLIVEIRA, Anna Augusta. Conhecimento escolar e deficiência intelectual: Dados da realidade . Curitiba: CRV, 2020. SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Diretrizes para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede regular de ensino de Santa Catarina [livro eletrônico] / Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). – São José/SC: FCEE, 2021.
Periódicos especializados: Revista Educação Inclusiva – UEPB Revista Educação Especial – UFSM Revista Diálogos e Pesquisa em Educação Especial – UNESP Revista Brasileira de Educação Especial - ABPEE

Componente Curricular: Fundamentos linguísticos da LIBRAS
Área Temática: Educação e linguagens
<p>Ementa:</p> <p>Libras enquanto língua natural dos surdos. Noções linguísticas das línguas de sinais: introdução à fonologia, morfologia e sintaxe espacial da Libras.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender de forma introdutória os aspectos linguísticos da Libras.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CAPOVILA, Fernando César. RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. Fernando César Capovila, Walkiria Duarte Raphael (editores). -2. ed. - São Paulo: EDUSP :Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. - 2v.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. xi, 221 p, il. (Biblioteca Artmed. Alfabetização e linguística).</p> <p>STUMPF, Marianne Rossi; QUADROS, Ronice Muller; LEITE, Tarcísio de Arantes. Estudos da Língua Brasileira de Sinais II. Florianópolis: Insular, 2014.</p> <p>STOCK, Irene. M; Strobel, Karin Lilian. Brincando e aprendendo com libras: Língua brasileira de sinais. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná. 1999.</p> <p>STROBEL, Karin Lilian. As imagens do outro sobre a cultura surda.2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.</p>
Periódicos especializados:

5ª Fase

Componente Curricular: Acessibilidade e Tecnologias Assistivas
Área Temática: Educação Inclusiva
<p>Ementa:</p> <p>Acessibilidade: conceitos, bases legais. Tecnologia Assistiva: definição, objetivos, categorias, características. Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA: indicações; tipos – comunicação gestual/corporal; comunicação oral/fala; comunicação gráfica; comunicação tecnológica; formas; recursos; sistemas simbólicos automatizados.</p> <p>Recursos em hardware: mouses, teclados e impressoras especiais; acionadores e dispositivos especiais; monitor tátil; teclados de conceitos; vocalizadores. Recursos em software: simuladores de mouses e teclados; teclados virtuais; leitores e ampliadores de tela; áudio livros; livros digitais. TA no atendimento a DV; DF e VER (pessoa com surdez). TA como apoio à interação em AVA, na sala regular de ensino e na sala de AEE. Projeto de ação pedagógica com uso de tecnologias assistivas.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender o conceito e reconhecer as bases legais da acessibilidade, bem como</p>

reconhecer e utilizar as tecnologias assistivas enquanto recursos pedagógicos no desenvolvimento de projetos de ação pedagógica no âmbito da educação inclusiva.
<p>Bibliografia básica: BERSCH, R. Introdução à tecnologia Assistiva. Texto complementar distribuído em cursos Tecnologia Assistiva. Disponível em www.assistiva.com.br, RS, 2006. DELIBERTA, D.; MANZINI, E. J. Comunicação alternativa e aumentativa: delineamento inicial para implementação do Picture Communication System (PCS). Boletim do Coe, Marília, V. 2, p 29 – 39 1997. MANZINI, E. J. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para complementação alternativa. [2 ed.] Brasília: MEC/SEESP, 2006. BRASIL. Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem: Deficiência Múltipla. 2. 87i. Ver. – Brasília: MEC, SEESP, 2003.</p>
<p>Bibliografia complementar: COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. Tecnologia assistiva: uma prática para a promoção dos direitos humanos. Curitiba: Intersaberes, 2020. JUNIOR, Manoel Osma; ARAÚJO, Gisele Silva; UCHELI, Janiele de Souza; MARQUES, Ana Paula Ambrósio; FERREIRA, Adilson Rocha. Tecnologia assistiva, metodologias ativas e jogos com estímulos em funções executivas na educação especial. Curitiba: CRV, 2021. KLEINA, Claudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva. Curitiba: Intersaberes, 2012. MENEZES, Mônica Macário; TEIXEIRA, Heber Balieiro; Tecnologias Assistivas: Uma nova abordagem na educação inclusiva. São Paulo: Independently published, 2020.</p>
<p>Periódicos especializados: Revista Educação Inclusiva – UEPB Revista Educação Especial – UFSM Revista Diálogos e Pesquisa em Educação Especial – UNESP Revista Brasileira de Educação Especial – ABPEE</p>

Componente Curricular: Estágio em Educação Especial II
Área Temática: Processos de ensinar e aprender
<p>Ementa: Saberes docentes: Contextualização, Planejamento e Reflexão. O processo de ensinar e de aprender. A observação e a reflexão do processo de ensinar. O planejamento de prática docente, e sua intervenção. A prática realizada como objeto de reflexão. Elaboração de projeto de estágio. Vivência de experiência pedagógica em Serviços de Atendimento Educacional Especializado e em salas de aula regulares, de todas as etapas da Educação Básica. Elaboração de documento reflexivo de estágio.</p>
<p>Objetivos: Identificar as especificidades dos saberes docentes para atuar na Educação Especial, reconhecendo e utilizando documentação de forma crítica e reflexiva. Produzir registros reflexivos para elaboração do projeto e relatório de estágio. Utilizar as técnicas e métodos de geração de dados durante a atuação no local de estágio. Analisar e refletir sobre os dados gerados no estágio.</p>
<p>Bibliografia básica: EDLER, Rosita Carvalho. Temas em educação especial. Rio de Janeiro: WWA, 2012.</p>

<p>KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais. Campinas: Papyrus, 2008.</p> <p>MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SAAD, Suad Nader. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. São Paulo: Vetor, 2003.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>SILVA, Fabrícia Gomes da. Educação especial inclusiva: práticas e subjetividade na formação docente. Curitiba: Appris, 2021.</p> <p>COELHO, Leni Rodrigues; SILVEIRA, Cristiane; BEZERRA, Rita Cássia. Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas. Jundiaí: Paco, 2017.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Cadernos de Estágio – UFRN</p>

<p>Componente Curricular: Teoria e Prática Educacional da pessoa com altas habilidades II</p>
<p>Área Temática: Educação inclusiva</p>
<p>Ementa:</p> <p>Diretrizes curriculares para Altas Habilidades/Superdotação. Atendimento Educacional Especializado: objetivos, serviços e ações. Plano de ensino individualizado. Parcerias e interlocuções entre o Atendimento Educacional Especializado, a escola e as instituições de Educação superior, de pesquisa e inovação tecnológica. Instrumentos pedagógicos de identificação e avaliação de estudantes com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação. O processo de identificação na escola. Programa de Enriquecimento curricular e suplementação. Projeto de ação pedagógica para pessoas com altas habilidades.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender o processo de inclusão escolar e social de pessoas com altas habilidades e desenvolver projetos de ação pedagógica para pessoas com altas habilidades.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRANCHER, Vantoir Roberto; FREITAS, Soraia Napoleão. Altas Habilidades/Superdotação: conversas e ensaios acadêmicos. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.</p> <p>GAMA, Maria Clara Sodr� (Org.) Educa�o dos Superdotados: teoria e pr�tica. S�o Paulo: EPU, 2006.</p> <p>MOREIRA, Laura Ceretta; STOLTZ, Tania (coords.). Altas Habilidades/Superdota�o, Talento, Dota�o e Educa�o. Curitiba: Juru�, 2012.</p> <p>P�REZ, Susana Graciela P�rez Barrera; FREITAS, Soraia Napole�o. Manual de identifica�o de Altas Habilidades/Superdota�o. Garapuava: Apprehendere, 2016.</p> <p>RANGNI, Rosemeire de Ara�jo (org.). Altas Habilidades: sugest�o para pesquisadores e educadores. S�o Carlos: EDUFSCar, 2019.</p> <p>RENZULLI, Joseph S. O que � essa coisa chamada superdota�o, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. Educa�o, Porto Alegre, ano XXVII, n.1, p. 75-131 jan./abr. 2004.</p> <p>RENZULLI, Joseph. Modelo de enriquecimento para toda a escola: um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdota�o. Revista Educa�o Especial. v.27. n. 50. p. 539- 562. Set/dez, 2014.</p>

<p>VIRGOLIM, Angela M. R. Altas Habilidades/Superdotação: um diálogo pedagógico urgente. Curitiba: Intersaberes, 2019.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>MARTINS, Barbara Amaral. Alunos precoces com indicadores de altas habilidades/superdotação: Reconhecendo e favorecendo a precocidade em sala de aula. Curitiba: CRV, 2020.</p> <p>MENDES, Maria da Graça Rezende. Altas habilidades na escola: identificar para não discriminar. Curitiba: Appris, 2014.</p> <p>PACHECO, José Ernani de Carvalho. Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e Criatividade: Contribuições do Sociointeracionismo de Vygotsky e da Pedagogia Waldorf de Rudolf Steiner. Curitiba: Juruá, 2019.</p> <p>VIRGOLIM, Angela. Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade: Uma visão multidisciplinar. São Paulo: Papirus, 2018.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Educação Especial - UFSM</p> <p>Revista Ibero-Americana de Criatividade e Inovação - Associação Brasileira de Criatividade e Inovação</p> <p>Revista Brasileira de Altas Habilidades/Superdotação - Conselho Brasileiro para Superdotação</p>

<p>Componente Curricular: Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Surdez I</p>
<p>Área Temática: Educação inclusiva</p>
<p>Ementa:</p> <p>Compreendendo a surdez e a deficiência auditiva na perspectiva bilingue: A surdez e a deficiência auditiva através dos tempos; Conceituação de surdez e conceituação e classificação de deficiência auditiva. Principais patologias e prevenção da deficiência auditiva na infância. Projeto de ação pedagógica para pessoas com surdez.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender o processo histórico da surdez e suas classificações.</p> <p>Desenvolver projetos e práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis para estudantes com surdez.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>FERNANDES, Eulalia; SILVA, Angela Carrancho da. Surdez e bilingüismo. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>LACERDA, Cristina B. F. de. Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.</p> <p>SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.</p> <p>SILVA, Angela Carrancho da; NEMBRI, Armando Guimarães. Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação. Porto Alegre: Mediação, 2008.</p> <p>SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. 2. ed. São Paulo: Plexus, c2003.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p>

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Wolney Gomes. **Educação de surdos**: formação, estratégias e prática docente. Ilhéus: Editus, 2015.

LACERDA, Cristina; SANTOS, Lara dos; MARTINS, Vanessa. **Escola e diferença**: Caminhos para educação bilíngue de surdos. São Carlos: EdUfscar, 2021.

SILVA, Aline Gomes; RIBEIRO, Tiago. **Leitura e Escrita na Educação de Surdos**: Das Políticas às Práticas Pedagógicas. Rio de Janeiro: WAK, 2015.

Periódicos especializados:

Revista Espaço - Instituto Nacional de Educação de Surdos

Revista Sinalizar - UFG

Revista GPES - Grupo de Pesquisas em Educação de Surdos-GPES

6ª Fase
Componente Curricular: Arte e Educação Especial

Área Temática: Educação e linguagens

Ementa:

Desenvolvimento da corporeidade e criatividade. O teatro. A dança. Musicoterapia. Pintura. Modelagens. A arte enquanto educação e enquanto terapia. Pantomina. Projeto de ação pedagógica de arte para educação especial.

Objetivos:

Compreender o desenvolvimento do corpo nas linguagens artísticas.

Analisar a arte como parte do processo educativo e terapêutico para estudantes público-alvo da educação especial.

Elaborar projetos de ação pedagógica de arte para educação especial.

Bibliografia básica:

BRAGA, Pedro. **Diversidade, inclusão e arte**. São Paulo: Senac, 2020.

SANTIAGO, Maria C. A. **A arte como forma de construção do olhar do professor na educação inclusiva**. In: PILOTTO, Silvia S. D. Linguagens da arte na infância. Joinville: Univille, 2020.

SILVA, Aula R. **O corpo-teia**: a dança como dispositivo de mediação. Florianópolis: Educação, artes e inclusão, v. 15, n. 2, 2019.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Ana Amália Tavares Bastos. **Além do corpo: uma experiência em Arte/educação**. Cortez Editora, 2015.

FERRACIOLI, Hellen Cristhina; VITALIANO, Célia Regina. ARTE-EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA. **Teoria e Prática da Educação**, v. 20, n. 1, p. 117-132, 2017.

NEVES, Libéria Rodrigues. Contribuições da arte ao atendimento educacional especializado e a inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, p. 489-504, 2017.

SOARES, Lisbeth. **Música, educação e inclusão**: reflexões e práticas para o fazer musical. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MENENGUCI, Lilian Pereira. **Educação, educação especial, inclusão e arte**: para além do chão e dos muros da escolha comum. Curitiba: Appris, 2013.

Periódicos especializados:

Revista Educação, Artes e Inclusão - Udesc

Revista Interdisciplinar Internacional de Artes Visuais Art&Sensorium - USP

Componente Curricular: Diversidade e sociedade
Área Temática:
<p>Ementa:</p> <p>Diversidade e desigualdade. Diversidade e cultura: religiosidades, igualdade de gênero e relações étnico raciais. Preconceito, intolerância e violência.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Combater a desigualdade social e cultural e reconhecer a diversidade como condição para a vida em sociedade e para o exercício profissional, bem como para o exercício da cidadania.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FLEURI, Reinaldo Matias et al. (Orgs.). Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver. Blumenau: EDIFURB, 2013. 231 p. - JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. 1. ed. Brasília, DF: SECAD: Unesco, 2009. 455 p. (Educação para todos, 32). - NYERERE, Julius K. (Julius Kambarage). Diversidade étnica e resistências nacionais. Rio de Janeiro: J. K. Nyerere: Garamond, 1997. 95 p, il. - WANZINACK, Clóvis; SIGMORELLI, Marcos Claudio (Orgs.). Violência Gênero e diversidade: desafios para a educação e o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Autografia, 2015. 227 p., il.
<p>Bibliografia complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos; STRÖHER, Marga Janete. Diversidade religiosa e direitos humanos: reconhecer as diferenças, superar a intolerância, promover a diversidade. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 72 p. - DIAS, Maria Berenice (coord.). Diversidade sexual e direito homoafetivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 571 p. - GONZALEZ VILLAMARIN, Alberto Juan. Educação e justiça versus violência e crime: educação e justiça como principais instrumentos de combate à violência e à criminalidade. São Paulo: Age, 2002. 292 p. - KEIM, Ernesto Jacob et al (org.). EDUCAÇÃO na diversidade étnica: educação escolar indígena no contexto Pós e Anticolonial: comunidade Xokleng/Laklãnõ - Brasil, Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2014. 515 p., il. - OLIVEIRA, Lílian Blanck de. Culturas e diversidade religiosa na América Latina: pesquisas e perspectivas pedagógicas. 2. ed. Blumenau (SC): Edifurb; São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010. 307 p. - SILVA, Marlene Fischer da. A violência doméstica intrafamiliar sob a ótica masculina: uma experiência no Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar na Cidade de Blumenau. 2007.57 f. Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007. - SODRÉ, Muniz. Sociedade, mídia e violência. Porto Alegre: Sulina: EDIPUCRS, 2002. 110p. (Comunicação, v.22).

- TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: UFOP, 2010. 72 p, il.
- ZIBETTI, Danieli Silvana; BOTTEGA, Neuza Terezinha. **A mulher na sociedade brasileira: entre a cidadania e a violência, uma experiência de serviço social na Delegacia de Proteção a Mulher e ao Menor de Blumenau-SC**. 1996. ix, 46 f, il. Trabalho de conclusão de curso 1996.

Componente Curricular: Neurodiversidade e educação
Área Temática: Educação inclusiva
<p>Ementa:</p> <p>O conceito de neurodiversidade. Aspectos históricos e sociais do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Ensinar e aprender no contexto da neurodiversidade. Projeto de ação pedagógica para neurodiversidade.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender o processo de constituição da neurodiversidade e suas implicações na educação.</p> <p>Elaborar projetos de ação pedagógica para estudantes neurodiversos.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>MOYSÉS, M. A.; COLLARES, C. Produção do fracasso escolar e medicalização da infância e da escola. In: VASQUES, C.; MONSCHEN, S. Psicanálise, educação especial e formação de professores: construções em rasuras. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 61-103, 2017.</p> <p>NEVES, Anderson Jonas das; LEITE, Lúcia Pereira. O desenvolvimento da atenção voluntária no TDAH: ações educativas na perspectiva histórico-cultural. Psicologia Escolar e Educacional, v. 17, n. 1, p. 181-184, 2013.</p> <p>ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. Mana, v. 14, p. 477-509, 2008.</p> <p>ROHDE, Luis Augusto Organizador et al. Guia para compreensão e manejo do TDAH da World Federation of ADHD. Porto Alegre: ArtMed, 2019. 1 recurso online. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582715604. Acesso em: 5 jul. 2021.</p> <p>VALLE, Jan W; CONNOR, David J Co-autor. Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH, 2014. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580553437. Acesso em: 5 jul. 2021</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BELLI, Alexandra Amandio. TDAH! E agora?: a dificuldade da escola e da família no cuidado e no relacionamento com crianças e adolescentes portadores de Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade. São Paulo: STS Ed, 2008. 109 p, il.</p> <p>BRITO, André Luiz Corrêa; WUO, Andrea Soares. A Educação Inclusiva e o Movimento da Neurodiversidade. Seminário Nacional de Educação Inclusiva, v. 1, n. 1, 2021.</p> <p>ALENCAR, Helenira Fonseca; BARBOSA, Heloisa Fonseca; GOMES, Stela. Reflexões sobre os fundamentos epistemológicos da Educação na perspectiva da inclusão: do extermínio à compreensão da neurodiversidade. Revista Educativa-Revista de Educação, v. 24, n. 1, 2022.</p>

SELIKOWITZ, Mark. Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem . Rio de Janeiro: Revinter, 2001. 133p, il. Tradução de: Dyslexia & other learning difficulties: the facts.
Periódicos especializados: Revista Educação Inclusiva – UEPB Revista Educação Especial – UFSM Revista Diálogos e Pesquisa em Educação Especial – UNESP

Componente Curricular: Estágio em Educação Especial III
Área Temática: Processos de ensinar e aprender
Ementa: Elaboração de projeto de estágio. Observação e vivência de experiência pedagógica em Serviços de Atendimento Educacional Especializado implantado nas unidades escolares da rede regular de ensino, e em instituições congêneres; Observação e Vivências pedagógicas em salas de aula regulares, de todas as etapas da Educação Básica. Elaboração de documento reflexivo de estágio.
Objetivos: Identificar as especificidades para organização e funcionamento do Atendimento Educacional especializado. Produzir registros reflexivos para elaboração do projeto e relatório de estágio. Utilizar as técnicas e métodos de geração de dados durante a atuação no local de estágio. Analisar e refletir sobre os dados gerados no estágio.
Bibliografia básica: LOURENÇO, Érika. Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva . São Paulo: Autêntica, 2010. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582178942 . Acesso em: 6 jul. 2021. ALIAS, Gabriela. Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva . São Paulo: Cengage Learning, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522123544 . Acesso em: 6 jul. 2021. LOPES, Joseuda Borges Castro et al. Educação inclusiva . Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595028661 . Acesso em: 6 jul. 2021. RIOS, Terezinha. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade . 2. i. São Paulo: Cortez, 2011. 158p.
Bibliografia complementar: SILVA, Fabrícia Gomes da. Educação especial inclusiva: práticas e subjetividade na formação docente . Curitiba: Appris, 2021. COELHO, Leni Rodrigues; SILVEIRA, Cristiane; BEZERRA, Rita Cássia. Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas . Jundiaí: Paco, 2017.
Periódicos especializados: Cadernos de Estágio - UFRN

Componente Curricular: Sistema Braille
Área Temática: Educação e linguagens

<p>Ementa:</p> <p>Introdução ao Sistema de escrita e leitura Braille e noções básicas de Sorobã. Projeto de ação pedagógica para pessoas com cegueira.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender a estrutura e usabilidade da leitura e escrita braille, desenvolver noções básicas do uso do soroban para o processo de ensino e aprendizagem de estudantes cegos e projetos de ação pedagógica com foco em pessoas com cegueira.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRUNO, Mirilda Moraes Garcia. Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: deficiência visual. [4. ed] / elaboração professora Marilda Moraes Garcia Bruno – consultora autônoma. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.</p> <p>LE MOS, Edison Ribeiro; CERQUEIRA, Jonir Bechara. O sistema Braille no Brasil. Benjamin Constant, 2014.</p> <p>SANTA CATARINA. Normas Técnicas do Sistema Braille - CAP/ FCEE/SC. São José. Abril/2007.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BRASIL. Código Matemático Unificado para a Língua Portuguesa – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento I</p>
<p>Área Temática: Educação Inclusiva</p>
<p>Ementa:</p> <p>Historicização das noções de deficiência e doença mental. Revisão histórico-cultural das nosografias psiquiátricas de TGD a partir dos DSM's. Medicalização, psicopatologização e subjetividade. Constituição subjetiva e desenvolvimento intelectual. Indicadores Clínicos de Referência do Desenvolvimento Infantil. Avaliação Psicanalítica aos 3 anos. Acompanhamento Psicanalítico de crianças em instituições, escolas e grupos. Clínica ampliada, prevenção e intervenção em tempo. Projeto de ação pedagógica para pessoas com transtornos globais do desenvolvimento.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender a definição e características diagnósticas de TGD a partir do modelo biomédico para refletir sobre suas aplicações no contexto educacional.</p> <p>Desenvolver projetos e práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis para estudantes com transtorno global do desenvolvimento.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRIDON, D. O bebê na creche: possibilidades educativas a partir do desejo. São Paulo: Escuta, 2019.</p> <p>BERNARDINO, L. M. F. & Vaz, B. (2015). Avaliação de crianças pequenas em processo de educação inclusiva através do protocolo AP3. Revista Educação, 38(2), 193-202.</p> <p>CAPONI, Sandra. Uma sala tranquila. Neurolépticos para uma biopolítica da indiferença. São Paulo: Liberars, 2021.</p> <p>DE CÉSARIS, D.M. (2013). O uso dos instrumentos IRDI e AP3 no acompanhamento da constituição da imagem corporal/especular de crianças em Centros de Educação</p>

<p>Infantil. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.</p> <p>KUPFER, Maria Cristina Machado; BERNARDINO, Leda Mariza Fischer; PESARO, Maria Eugênia. Validação do instrumento "Acompanhamento Psicanalítico de Crianças em escolas, Grupos e Instituições" (APEGI): primeiros resultados. Estilos clin. [online]. 2018, vol.23, n.3, pp. 558-573.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação: transtorno de desenvolvimento e necessidades educativas especiais, v.3.2. Porto Alegre: Penso, 2015. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536307763. Acesso em: 24 mar. 2022.</p> <p>MAGALHÃES, Gianni Marcela Boechar. Breves considerações sobre sujeitos com transtorno global do desenvolvimento-tgd. Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, v. 2, p. 830-842, 2018.</p> <p>MACHADO, Priscila Rocha. Práticas inclusivas para a escolarização do aluno com TGD: desenvolvimento de uma Cartilha Paradidática Ilustrada. 2017.</p> <p>RAU, Maria Cristina Trois Dorneles; MARTINS, Pura Lúcia Oliver. A inclusão social e cultural de educandos com deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) no ensino regular. Revista Intersaberes, v. 16, n. 39, p. 1280-1298, 2021.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Educação Inclusiva – UEPB</p> <p>Revista Educação Especial – UFSM</p> <p>Revista Diálogos e Pesquisa em Educação Especial – UNESP</p> <p>Revista Brasileira de Educação Especial – ABPEE</p>

<p>Componente Curricular: Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Surdez II</p>
<p>Área Temática: Educação inclusiva</p>
<p>Ementa:</p> <p>Procedimentos didáticos – Metodológicos: classe comum e atendimento educacional especializado: ensino em Libras, ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita. Projeto de ação pedagógica para pessoas com surdez.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender o processo de inclusão escolar e social de pessoas com surdez e desenvolver projetos de ação pedagógica para pessoas com surdez</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>FERNANDES, Eulalia; SILVA, Angela Carrancho da. Surdez e bilingüismo.2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>GOLDFELD, Marcia. A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 6 ed. São Paulo. Plexus. 2002.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>FERNANDES. Problemas linguísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro. Agir. 1990.</p> <p>MACHADO, Paulo Cesar. A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis. Ed. Da UFSC. 2008.</p>

MARINHO SILVA, Marília da Piedade. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. 2 ed. São Paulo. Plexus. 2001.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

Periódicos especializados:

7ª Fase

Componente Curricular: Estágio em Educação Especial IV
Área Temática: Processos de ensinar e aprender
<p>Ementa:</p> <p>Elaboração de projeto de estágio. Observação e vivência de experiência pedagógica em Serviços de Atendimento Educacional Especializado implantado nas unidades escolares da rede regular de ensino, e em instituições congêneres; Observação e Vivências pedagógicas em sala de aula regular, de todas as etapas da Educação Básica. Elaboração de relatório de estágio.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Identificar as especificidades para organização e funcionamento do Atendimento Educacional especializado. Produzir registros reflexivos para elaboração do projeto e relatório de estágio.</p> <p>Utilizar as técnicas e métodos de geração de dados durante a atuação no local de estágio.</p> <p>Analisar e refletir sobre os dados gerados no estágio.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>GIACOMINI, Lília. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial / Lilia Giacomini, Mara Lúcia Sartoretto, Rita de Cássia Reckziegel Bersch. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 7. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)</p> <p>GLAT, R. (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2009.</p> <p>GLAT, Rosana & PLETSCHE, Márcia Denise (orgs.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Eduerj, Rio de Janeiro/RJ, 2013, p. 17-32.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>SILVA, Fabrícia Gomes da. Educação especial inclusiva: práticas e subjetividade na formação docente. Curitiba: Appris, 2021.</p> <p>COELHO, Leni Rodrigues; SILVEIRA, Cristiane; BEZERRA, Rita Cássia. Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas. Jundiaí: Paco, 2017.</p>
<p>Periódicos especializados -</p> <p>Cadernos de Estágio – UFRN</p>

Componente Curricular: Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Física

Área Temática: Educação inclusiva

Ementa:

<p>Compreendendo a pessoa com deficiência física. Recursos de adequação postural e mobilidade: seu efeito na aprendizagem (Cadeiras e Mobiliário). Avaliação e identificação da necessidade de um projeto de adequação postural. Avaliação do aluno com deficiência física aproveitando o seu potencial motor para a aprendizagem Rede de parcerias. Projeto de ação pedagógica para pessoas com Deficiência Física.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender os processos que envolvem a acessibilidade estrutural e mobiliária para o deficiente físico para estabelecer suas diferentes possibilidades educativas.</p> <p>Desenvolver projetos e práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis para estudantes com deficiência física</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>GIACOMINI, Lília [et al.] A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. V. 7. Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar/ Universidade Federal do Ceará [Fortaleza]. MEC/SEESP [Brasília], 2010.</p> <p>PASTORE, José, 1935 -. Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência. 2. Tiragem. Brasília: LTR, 2001. 245 p.</p> <p>ARAÚJO, Eliane G. de JAINES, L. T. Vivendo o desafio: a libertação das deficiências físicas. 2.ed. Ilus. José Raul Soares Winter. São Paulo, Loyola, 1980. 87 p.</p> <p>CÂMARA, Maria Luiza. Não se cria filho com as pernas. 3. Ed. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 1981. 54 p.</p> <p>MACHADO, Wiliam. Tempo, espaço e movimento: O (D)eficiente físico, a reabilitação e o desafio de sobreviver com o corpo artido. São Paulo: Ed. Papel Virtual, 2000.</p> <p>MANZINI, Eduardo José; DELIBERATO, Débora. Portal de ajudas técnicas: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa. 2. ed. Brasília: SEESP, 2006. 47 p, il.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BISOL, Cláudia Alquati et al. Desafios para a inclusão de estudantes com deficiências físicas: uma revisão de literatura. CONJECTURA: filosofia e educação, v. 23, n. 3, p. 601-619, 2018.</p> <p>OLIVEIRA, Alyne Kalyane Câmara de; MATSUKURA, Thelma Simões; FONTAINE, Anne Marie Germaine Victorine. Autoconceito e autoeficácia em crianças com deficiência física: revisão sistemática da literatura. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, p. 145-160, 2017.</p> <p>MOREIRA, Luzimar Rangel; COELHO, Adriana Keller; REIS, Daniel Augusto dos. A inclusão pelo cuidado: manual teórico-prático para o cuidado de portadores de deficiência física. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2001. QUEIROZ, Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de. Tecnologia assistiva e perfil funcional dos alunos com deficiência física nas salas de recursos multifuncionais. Dissertação de Mestrado. UNESP, 2015.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Educação Inclusiva – UEPB</p> <p>Revista Educação Especial – UFSM</p> <p>Revista Diálogos e Pesquisa em Educação Especial – UNESP</p> <p>Revista Brasileira de Educação Especial - ABPEE</p>

<p>Área Temática: Educação inclusiva</p>
<p>Ementa:</p> <p>Psiquiatrias, Psicologias e Psicanálises na compreensão do TGD/ TEA. Sintoma, estrutura e singularidade. Desenvolvimento, aprendizagem e TGD/ TEA. O educador, o laço educativo e a pessoa com TGD/TEA. O semelhante e a inclusão escolar. Projeto de ação pedagógica para pessoas com transtornos globais do desenvolvimento.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender o processo de inclusão escolar e social de pessoas com transtorno global do desenvolvimento e desenvolver projetos de ação pedagógica nesse âmbito.</p> <p>Compreender o papel do modelo biomédico sobre as definições do TGD/TEA para analisar os processos de ensino e aprendizagem da pessoa com TGD/TEA.</p> <p>Refletir sobre a inclusão escolar de pessoas com TGD/TEA para debater sobre a postura profissional docente.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BELISÁRIO Júnior, José Ferreira. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento / José Ferreira Belisário Júnior, Patrícia Cunha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 9.</p> <p>COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Vol.3. Porto Alegre: Artmed. 2004.</p> <p>BAPTISTA, C. R. A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas. In: X ENDIPE- Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2004, Curitiba. ANAIS XIII - ENDIPE. Curitiba, 2004.</p> <p>FERREIRA, J.R. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. In: Caderno Cedes, vol. 19 n°. 46. Campinas. 1998.</p> <p>MICHELS, H.M. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização. In. Revista Brasileira de Educação, Vol. 11, n°. 33. São Paulo. P. 406-423.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Educação especial na perspectiva inclusiva e o serviço do atendimento educacional especializado: da escola à universidade. Educação e Fronteiras, v. 8, n. 22, p. 131-146, 2018.</p> <p>SAMPIETRI, Carolina Presenza; BORGES, Maria do Carmo Gonzalez. Processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista–TEA–na educação infantil e o papel do psicopedagogo. Cadernos de Educação, v. 19, n. 39, p. 3-19.</p> <p>VASQUES, Carla Karnoppi; MOSCHEN, Simone Zanon. Psicanálise, educação especial e formação de professores: construções em rasuras. 2017</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Educação Inclusiva – UEPB</p> <p>Revista Educação Especial – UFSM</p> <p>Revista Diálogos e Pesquisa em Educação Especial – UNESP</p>

Componente Curricular: Fundamentos da BNCC e do Currículo Base Catarinense

Área Temática: Educação

Ementa:

História de construção da BNCC e do Currículo Base do Território Catarinense – CBTC*. Estrutura curricular da BNCC do CBTC. Diretrizes para implementação da BNCC e do CBTC nos Projetos Política – Pedagógicos das unidades escolares. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Diversidade como princípio formativo. Educação para as relações étnicoraciais.

Objetivo:

Compreender os fundamentos da BNCC e do CBTC e seus processos histórico-culturais das teorias de ensino, analisando as implicações para o professor e para os processos de ensino em diferentes ambientes de aprendizagem.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: a educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Currículo Base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>

DIANGELO, Robin. Não basta não ser racista: sejamos antirracistas. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

8ª Fase

Componente Curricular: Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Surdocegueira I

Área Temática: Educação inclusiva

<p>Ementa:</p> <p>Aspectos clínicos, históricos, sociais, políticos e culturais da deficiência. Deficiência Múltipla e Surdocegueira: definição, causas, síndromes genéticas. A formação da pessoa com deficiência múltipla e surdocega. Aspectos relacionados ao desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo com disfunção sensorial nas diferentes fases do desenvolvimento humano. Projeto de ação pedagógica para pessoas com Deficiência Múltipla e/ou Surdocegueira.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Analisar as características clínicas e culturais da deficiência múltipla e da surdocegueira para compreender os aspectos relacionados ao seu processo de ensino e aprendizagem. Desenvolver projetos e práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis para estudantes com surdocegueira e com deficiência múltipla.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ARAÓZ, S. M.; COSTA, M. da P. R. da. Aspectos Biopsicossociais na Surdocegueira. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília: ABPEE, v.14, n.01, p.21-34, 2008.</p> <p>BEZERRA, LUIZ C. S. A criança surdocega e a linguagem no contexto escolar e familiar. Dissertação, UNICAP, Recife, 2010.</p> <p>CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A.; COSTA, M. P. R. Descobrimos a Surdocegueira: educação e comunicação. São Carlos: EdUFSCar, 2005.</p> <p>CORMEDI, MARIA A. Alicerces de significados e sentidos: aquisição de linguagem na surdocegueira congênita. Tese, USP, São Paulo, 2011.</p> <p>COSTA, M. da P. R. da (Org.). Múltipla Deficiência: Pesquisa & Intervenção. Pedro & João Editores, São Carlos, SP, 2009.</p> <p>SILVA, Y. C. R. Deficiência Múltipla: conceito e caracterização. In: Anais do VII Encontro Internacional de Produção Científica do Centro Universitário de Maringá/PR. Maringá, Paraná. 2011.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>GOMES, Marcia Regina. Surdocegueira: algumas considerações para a educação. In: Revista Fórum. 2016.</p> <p>LUPETINA, Raffaella; WALTER, Catia Crivelenti de Figueiredo. Trajetórias Educacionais de Pessoas com Surdocegueira Adquirida. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, 2021.</p> <p>VILELA, Elaine Gomes. Educação de Surdocegos: Perspectivas e Memórias. Editora Appris, 2020.</p> <p>ALMEIDA, Wolney Gomes; SOUZA, Jeremias Barreto. A língua de sinais e o guia-intérprete como mediador na educação da pessoa com surdocegueira. Revista Sinalizar, v. 2, n. 1, p. 67-87, 2017.</p>
<p>Periódicos especializados:</p> <p>Revista Espaço - Instituto Nacional de Educação de Surdos</p> <p>Revista Sinalizar - UFG</p> <p>Revista GPES - Grupo de Pesquisas em Educação de Surdos-GPES</p>

Componente Curricular: Estágio em Educação Especial V

<p>Área Temática: Processos de ensinar e aprender</p>
<p>Ementa:</p> <p>Elaboração de projeto de estágio. Observação e vivência de experiência pedagógica em Serviços de Atendimento Educacional Especializado implantado nas unidades escolares da rede regular de ensino, e em instituições congêneres; Observação e Vivências pedagógicas em sala de aula regular, de todas as etapas da Educação Básica. Elaboração de documento reflexivo de estágio.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Identificar as especificidades para organização e funcionamento do Atendimento Educacional especializado. Produzir registros reflexivos para elaboração do projeto e relatório de estágio.</p> <p>Utilizar as técnicas e métodos de geração de dados durante a atuação no local de estágio.</p> <p>Analisar e refletir sobre os dados gerados no estágio.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2011.</p> <p>GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias: Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>FORMOSINHO, João. Formação de professores: aprendizagem profissional e ação docente. Porto: Porto editora, 2009.</p> <p>CARVALHO, Gislene T. R. Delgado de; ROCHA, Vera H. R. Formação de professores e estágios supervisionados: relatos e reflexões. São Paulo: Andross, 2004</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 296 p.</p> <p>MICHELS, Maria Helena; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Sistema educacional inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira. Cadernos Cedes, p. 157-173, 2014</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Orgs). 2 ed. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.</p> <p>BUCHALLA, C. M.; DI NUBILA, H. B. V. O papel das classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. Revista Brasileira de Epidemiologia, 11(2), 2008.</p> <p>MOYSÉS, M. A. Institucionalização Invisível – Crianças que não aprendem na escola. São Paulo: Mercado da Letras, 2001.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>SILVA, Fabrícia Gomes da. Educação especial inclusiva: práticas e subjetividade na formação docente. Curitiba: Appris, 2021.</p> <p>COELHO, Leni Rodrigues; SILVEIRA, Cristiane; BEZERRA, Rita Cássia. Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas. Jundiaí: Paco, 2017.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

Componente Curricular: Estimulação Essencial

Área Temática: Educação inclusiva

Ementa:

Conceituação e relevância da Estimulação Essencial no processo educacional da criança

<p>com atraso no desenvolvimento. Aspectos bio-psico-sociais que interferem no desenvolvimento global da criança e a importância da intervenção pedagógica. Projeto de ação pedagógica para estimulação essencial. Projeto de ação pedagógica de estimulação essencial.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender o conceito e a relevância da estimulação essencial, bem como os aspectos bio-psico-sociais que interferem no desenvolvimento global da criança para promover a intervenção pedagógica e desenvolver projetos de ação pedagógica nesse âmbito.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRASIL. Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce. MEC/SEESP. Série Diretrizes, 3, 1995.</p> <p>CARDOSO, Carolina; PROCÓPIO, Leandra Fernandes; PROCÓPIO, Marcos. Estimulação precoce na educação infantil: um estudo psicométrico. Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 4, p. 3379-3404, 2019.</p> <p>PÉREZ-RAMOS, Aidyl M e Juan. Estimulação Precoce: informações básicas aos pais e aos profissionais. MEC. 1978.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>COLL, César et al. Psicologia da educação. Porto Alegre: Penso, 2015. <i>E-book</i>. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788584290222. Acesso em: 6 jul. 2021.</p> <p>HERREN, H. Estimulação psicomotora precoce. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.</p> <p>PÉREZ-RAMOS, Aidyl M e Juan. Estimulação Precoce: serviços, programas e currículos. CORDE, 1996.</p> <p>PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro; DE LIMA, Abegair Farias; RUHOFT, Tatiane. Estimulação Essencial em crianças com necessidades especiais de zero a três anos. Revista Educação Especial, n. 27, p. 101-118, 2006.</p>
<p>Periódicos especializados:</p>

<p>Componente Curricular: Sexualidade e Educação Especial</p>
<p>Área Temática: Educação e temporalidades humanas</p>
<p>Ementa:</p> <p>Sexualidade e a pessoa com deficiência. Relação Corpo e desenvolvimento, infância, adolescência, puberdade, idade adulta. Projeto de ação pedagógica sobre sexualidade e educação especial.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Compreender as relações do corpo, desenvolvimento e sexualidade na perspectiva do deficiente para a elaboração de projetos de ação pedagógica sobre sexualidade.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BORTOLOZZI, Ana Claudia; VILAÇA, Teresa. Educação sexual na educação inclusiva: atitudes de professores diante de situações projetivas envolvendo comportamentos sexuais de alunos. Diversidade e Educação, v. 8, n. 1, p. 190-211, 2020.</p> <p>NUNES. C.A. Desvendando a sexualidade. Papirus. 1987.</p> <p>MAIA, Ana Claudia Bortolozzi. Sexualidade e deficiências. São Paulo: Editora UNESP, 2006.</p> <p>ORLANDI, Renata; GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. Educação sexual e deficiência intelectual: desafios educacionais na efetivação dos direitos sexuais. Encontro</p>

Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 10, n. 1, 2017.

SERRA, Isadora Oliveira et al. A pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e728986157-e728986157, 2020.

Bibliografia complementar:

SERRA, Isadora Oliveira et al. A pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e728986157-e728986157, 2020.

DE SOUZA, Calixto Junior; DENARI, Fátima Elisabeth; MARÍA DA PIEDADE, R. Costa. O discurso das pessoas com deficiência física sobre a própria sexualidade. **Revista ibero-americana de estudos em educação**, v. 12, n. 4, p. 2177-2192, 2017.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DENARI, Fátima Elisabeth. Deficiência e sexualidade: uma análise bibliométrica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 2, p. 1357-1374, 2019.

Periódicos especializados:

5 DEPARTAMENTALIZAÇÃO

Quadro 8 - Listagem dos componentes curriculares

componente curricular	depto proposto
História da Educação	HIS
Contexto Socioterritorial da escola	SOC
Introdução à Educação Especial	EDU
Educação inclusiva	EDU
Linguagem e ludicidade	EDU
Desenvolvimento e aprendizagem I	EDU
Teorias pedagógicas	EDU
Filosofia e epistemologia da educação	FIL
Libras I	LET
Neurociência na Educação	EDU
Desenvolvimento e aprendizagem II	EDU
Psicomotricidade	EFI
Fundamentos e organização curricular	EDU
Prática em sustentabilidade	CNA
Neurofisiologia	CNA
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Visual I	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Intelectual I	EDU
Libras II	LET
Psicologia da Educação	PSI
Didática	EDU
Estágio em Educação Especial I	EDU
Teoria e Prática Educacional da pessoa com altas habilidades I	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Visual II	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Intelectual II	EDU
Fundamentos Linguísticos da Libras	LET
Práticas de letramentos e recursos digitais	LET
Tecnologias e objetos digitais de ensino e aprendizagem	CMP
Acessibilidade e Tecnologias Assistivas	EDU
Estágio em Educação Especial II	EDU
Teoria e Prática Educacional da pessoa com altas habilidades II	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Surdez I	EDU
Laboratório de Arte e Estética na Educação	ART
Arte e Educação Especial	ART
Diversidade e sociedade	SOC
Educação e Neurodiversidade	EDU
Estágio em Educação Especial III	EDU

Sistema Braille	LET
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento I	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Surdez II	EDU
Gestão e organização da escola	EDU
Estágio em Educação Especial IV	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Física	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento II	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Surdo cegueira I	EDU
Políticas públicas e legislação da educação	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Surdo cegueira II	EDU
Estágio em Educação Especial V	EDU
Estimulação Essencial	EDU
Sexualidade e Educação Especial	EDU

Fonte: DPE/NDE do Curso (2022)

Quadro 9 - Listagem dos componentes curriculares novos

componente curricular	depto proposto
Introdução à Educação Especial	EDU
Libras I	LET
Psicomotricidade	EFI
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Visual I	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Intelectual I	EDU
Libras II	LET
Estágio em Educação Especial I	EDU
Teoria e Prática Educacional da pessoa com altas habilidades I	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Visual II	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Intelectual II	EDU
Fundamentos Linguísticos da Libras	LET
Acessibilidade e Tecnologias Assistivas	EDU
Estágio em Educação Especial II	EDU
Teoria e Prática Educacional da pessoa com altas habilidades II	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Surdez I	EDU
Educação e Neurodiversidade	EDU
Estágio em Educação Especial III	EDU
Sistema Braille	LET
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento I	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Surdez II	EDU
Estágio em Educação Especial IV	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Física	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento II	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Surdo cegueira I	EDU
Teoria e Prática Educacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Surdo cegueira II	EDU
Estágio em Educação Especial V	EDU
Estimulação Essencial	EDU
Sexualidade e Educação Especial	EDU

Fonte: DPE/NDE do Curso (2022)

6 CORPO DOCENTE

PERFIL DOCENTE

A partir da realidade educacional e social que hoje se apresenta, dos objetivos e concepções curriculares definidas neste documento, o Corpo Docente para este Curso, deverá apresentar compromisso com a formação de profissionais bem qualificados na atuação na educação especial, na perspectiva da educação inclusiva. Sua ação pedagógica deverá nortear-se, portanto, nas concepções deste Projeto Pedagógico e para tal o docente formador deverá comprometer-se com:

- a) Ações pedagógicas comprometidas com a aprendizagem das crianças e jovens em situação de deficiência;
- b) Conhecimento da dinâmica de funcionamento de instituições da Educação Básica bem como da política de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva;
- c) A busca pelo estudo, pela pesquisa e pelo ato de questionar continuamente o processo educativo;
- d) Postura interdisciplinar no processo de ensinar e de aprender
- e) Uma intervenção pedagógica teórico prática que favoreça ao acadêmico (professor em formação) a busca do conhecimento e desenvolvimento de atitudes e habilidades com vistas à emancipação pessoal e profissional;
- f) Conhecimento da realidade educacional, socioeconômico-cultural e política da região para uma adequada mediação da prática pedagógica;
- g) Compromisso com uma prática interativa e abertura para o diálogo com seus pares;
- h) Participação ativa e reflexiva para a dinamização e melhoria do Curso;
- i) Envolvimento em processos de formação contínua com vistas à competência pedagógica;
- j) Postura profissional crítico-reflexiva da sua prática docente com vistas ao alcance de uma educação de ótima qualidade.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

A formação para os docentes que atuam neste Curso será oferecida de forma sistemática

e contínua de acordo com a política já instituída na FURB. Seu principal objetivo é propiciar

espaços de reflexão e troca de experiências sobre o cotidiano profissional docente. Essa perspectiva de formação propõe a superação da concepção de docente como aquele que somente ensina e problematiza a compreensão do papel do professor como sujeito partícipe da construção e modificação da realidade social, através do seu ato educativo que constitui as dimensões técnica, ética e política.

Pensando na formação docente desta maneira, entende-se que os encontros de formação deverão trazer o contexto da sala de aula e dos outros espaços de ensinar e aprender da Universidade, desafiando os professores a problematizarem sua própria prática pedagógica. Essa problematização assume o caráter de ação – reflexão – ação, ou seja, o professor traz sua prática real, lança um olhar crítico sobre ela e mediatizado pelas experiências de seus pares, por referenciais teóricos e produções culturais, pensa na recriação dessa prática, tomando posição crítica, o que implica numa conscientização de sua posição pessoal, profissional e social.

A Universidade oferece durante o ano e nos períodos de recesso acadêmico um Calendário de encontros, cursos, seminários etc., além de custeio de atividades de formação realizadas fora da Instituição. Os docentes terão a oportunidade de participar de encontros específicos para a discussão do processo de ensinar e aprender e, além disso, serão estimulados a participar dos seguintes espaços:

- Semana Acadêmica do Curso;
- Seminário das Licenciaturas;
- Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão;
- Seminário dos Estágios das Licenciaturas;
- Seminários do Programa de Pós-graduação em Educação;
- Grupos de Pesquisas nos programas strictu sensu

Destaca-se ainda, que a Universidade através das Resoluções nº 014/2007 de 20/04/2007 e 17/2008 de 11/03/2008 e a Resolução FURB nº 60/2012, normatiza o apoio institucional para a formação de docentes do Quadro da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

COLEGIADO

O Colegiado de Curso, com as competências estatuídas nos Arts. 17 a 25 do Regimento Geral da Universidade, Resolução FURB nº 129/2001, exerce a coordenação didática, acompanhando, avaliando a execução e integralização das atividades curriculares, zelando pela manutenção da qualidade e adequação do curso. A composição do Colegiado de Curso está normatizada na Resolução FURB nº 129/2001.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A Resolução FURB nº 73/2010 normatiza o funcionamento do NDE no âmbito da FURB. O NDE constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC. Dentre suas principais atribuições podem-se citar: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento da legislação educacional vigente e demais leis pertinentes; acompanhar o processo do ENADE e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado; acompanhar e consolidar o PPC em consonância com as DCNs, o PDI e PPI da FURB; zelar pela contínua atualização do PPC; e, por fim, orientar e participar da produção de material científico ou didático para publicação.

7 AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é compreendida como um processo de investigação, tanto do(a) estudante como dos(as) docentes, da equipe envolvida e da Instituição, no sentido de que “avaliar é interrogar e interrogar-se” (ESTEBAN, 1999, p. 22). Nessa concepção de avaliação, torna-se imprescindível considerar o processo de desenvolvimento do(a) estudante, priorizando-se a avaliação formativa, realizada ao longo do processo educacional, e não apenas em momentos pontuais. Diante desse aspecto, a avaliação é um movimento contínuo que aponta reorganizações e correções no processo de desempenho do(a) estudante, orientando a intervenção, o planejamento e as estratégias do(a) docente.

Em termos gerais, o processo avaliativo deve basicamente pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do PPC e ao perfil do egresso. Assim, deve ser levada em consideração a autonomia dos futuros profissionais em relação ao seu processo de aprendizagem e à sua qualificação. A avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório ou como um instrumento de poder, mas como um instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re)direcionar tanto a prática do(a) docente como a do(a) estudante, em função dos objetivos previstos. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo.

O PPC orienta que a avaliação discente deve ser processual e formativa. Será processual na medida em que estiver voltada para a verificação da evolução do(a) estudante ao longo dos processos de ensino e aprendizagem, ou seja, não deve ser cumulativa, a não ser nos casos em que as próprias características do conteúdo assim o exijam. Sua função formativa, como o próprio nome diz, será alcançada se for conduzida como elemento de contribuição a mais para a formação do sujeito. Serão considerados, entre outros, os seguintes aspectos: adoção de instrumentos diversificados de avaliação, validação das atividades acadêmicas por instâncias competentes e orientação acadêmica individualizada.

Os objetivos do Curso e das diferentes disciplinas/componentes curriculares constituem o elemento norteador da avaliação, pois são eles que explicitam os conhecimentos, habilidades, competências e atitudes cujo domínio será alvo de análise e reflexão por parte dos professores e dos próprios estudantes.

A avaliação poderá ser realizada mediante observações contínuas e através de provas escritas, estudos de caso, produção de artigos, resenhas e relatórios, seminários de pesquisas,

estudos dirigidos, entre outros instrumentos considerados adequados pelo professor e que atendam as características da disciplina. O resultado da aprendizagem será representado através de notas de zero a dez, no mínimo três por disciplina e a média final para a aprovação será seis, conforme previsto no Regimento Geral da Instituição. Não atingindo a média de aprovação, o acadêmico estará automaticamente reprovado. As atividades acadêmicas, tais como pesquisas e estágios, serão avaliadas mediante acompanhamento e observação in loco e através da análise dos relatórios produzidos.

AVALIAÇÃO DO CURSO

Avaliação institucional

A FURB implantou o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com base nos princípios e indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). A proposta de avaliação institucional construída nesse ano foi conduzida pela Comissão de Avaliação Institucional (COMAVI), constituída por um grupo de docentes de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme Portaria nº 59/1995. Contudo, os pressupostos de uma avaliação institucional abrangente e sistêmica não foram atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos serviços. Em decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, a Instituição integrou-se, em 2005, ao SINAES, proposto pelo MEC, pois se percebeu haver consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

O SINAES dispõe que cada IES, pública ou privada, deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A CPA deve ser constituída por ato do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Seguindo essa orientação, a FURB, por meio da Resolução FURB nº 14/2005, complementada pela Resolução FURB nº 20/2005, reformulou o Programa de Avaliação Institucional da FURB (PAIURB) e instituiu a CPA, cuja comissão era composta por 15 (quinze) membros, representantes dos

diversos segmentos da comunidade interna e externa.

Mais recentemente, a Resolução FURB nº 25/2015, alterou a redação dos Arts. 8 e 9 da Resolução FURB nº 14/2005, especificamente no que tange à composição da comissão, passando a ser constituída de 08 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do setor responsável pela avaliação institucional; 01 (um) representante do corpo docente, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante dos servidores técnico administrativos, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE); 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01 (um) representante dos ex-alunos da FURB e 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (SINSEPEs). O mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Desde a institucionalização do processo de autoavaliação da FURB, com base no SINAES, a CPA publicou 4 (quatro) relatórios de autoavaliação. As recomendações dadas pela CPA para as fragilidades apontadas nos relatórios de autoavaliação são incorporadas no planejamento de metas e ações do PDI.

A avaliação do PPC será realizada de forma contínua pelos discentes, docentes, Colegiado do Curso e pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante. Para tal serão utilizados diferentes recursos e estratégias, tais como questionários, reuniões e seminários. Os documentos e relatórios produzidos pela CPA – Comissão Própria de Avaliação também poderão servir de referência para análise da operacionalização deste PPC. Será de responsabilidade do Colegiado do Curso e do NDE documentar e oficializar as alterações percebidas como necessárias para melhorar a qualidade do processo de ensino aprendizagem oferecida neste Curso.

A Avaliação do Curso de Licenciatura em Educação Especial constituir-se-á de um processo de reflexão sobre toda a amplitude curricular, observando-se os princípios e dimensões definidas pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e assumidos pela CPA – Comissão Própria de Avaliação da FURB. Este processo é concebido como um processo formativo, participativo e global com vistas ao aperfeiçoamento do Curso.

O Curso realizará a sua autoavaliação com a participação de professores e acadêmicos, mediante reuniões, seminários e nas jornadas acadêmicas. A avaliação do Curso será realizada considerando três conjuntos de elementos: condições, processos e resultados.

Nas condições serão analisadas: qualificação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, infraestrutura e condições de estágio.

Em processos serão considerados: desempenho do corpo docente (domínio de

conteúdos, procedimentos didático-pedagógicos, dentre outros) compromisso do corpo docente (assiduidade, interesse, motivação e outros), e desenvolvimento do estágio obrigatório. Esse processo de avaliação do corpo docente configura-se como um momento de auto e heteroavaliação, pois participarão desse ato, tanto os estudantes quanto os docentes. Salienta-se que a avaliação do corpo docente será semestral, com formulário específico para tal.

Na análise dos resultados considerar-se-á a capacitação global dos concluintes para exercer funções profissionais e as contribuições do curso na sua formação. Estes dados serão obtidos em seminários de auto e heteroavaliação, em pesquisa institucional, com base no perfil definido para os formandos e nos objetivos do curso.

Destaca-se que os resultados destes momentos avaliativos orientam as mudanças e propostas de tomada de decisões.

Este processo avaliativo tem por objetivo:

- a) Despertar nos professores e estudantes uma conscientização dos fatores determinantes para a qualidade e o sucesso do ensino;
- b) Promover uma atitude mais participativa e responsabilizada dos estudantes no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
- c) Oportunizar aos professores elementos que lhes facilitem o replanejamento de conteúdos e de estratégias de ensino;
- d) Oportunizar a comunidade universitária elementos para uma permanente reflexão e tomada de decisões frente às frequentes exigências sociais.

Avaliação externa

Com base na Constituição Federal/1988, na LDB/9394/1996 e na Política Nacional de Educação, foi criado em 2004, pela Lei nº 10.861/2004, o SINAES com objetivo de assegurar o processo e a qualidade nacional de avaliação:

- f) das IESs, através da Autoavaliação da IES e do PDI;
- g) dos cursos de graduação, através de Avaliações Externas;
- h) dos(as) estudantes, através do ENADE.

O SINAES avalia todos os aspectos que norteiam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e as relações com a responsabilidade social, o desempenho dos(as) estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos, zelando sempre pela conformidade da oferta de educação superior com a legislação aplicável.

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama de qualidade dos cursos

e instituições de educação superior do País. As informações obtidas com o SINAES são utilizadas:

- a) pelas IESs, para orientação de sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, desenvolvimento e adequações do PDI, revisão de seus planos, métodos e trajetória;
- b) pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas;
- c) pelos(as) estudantes, pais de estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões nas escolhas da Instituição e cursos, visto que as informações estão disponibilizadas pelo MEC em site de livre acesso.

O SINAES institui a regulamentação:

- a) da regulação, com atos autorizativos de funcionamento para as IESs (credenciamento e credenciamento) e para os cursos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento);
- b) da supervisão, zelando pela qualidade da oferta;
- c) da avaliação, para promoção da qualidade do ensino.

Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

Por se tratar de curso novo, cuja oferta está prevista para uma única turma, os processos de avaliação a que o curso está submetido para seu reconhecimento serão considerados para o desenvolvimento de novos projetos que possam surgir a partir dessa experiência, tanto para cursos de graduação, como para cursos de pós-graduação.

AVALIAÇÃO DO PPC

O Núcleo Docente Estruturante junto ao Colegiado do Curso deverá acompanhar a implantação do PPC, estando atento às avaliações dos estudantes em relação às atividades do curso e atuação dos docentes.

As reuniões deverão ocorrer semestralmente a partir da segunda fase do curso.

AVALIAÇÃO DOCENTE

O Núcleo Docente Estruturante junto ao Colegiado do Curso deverá acompanhar a implantação do PPC, estando atento às avaliações dos estudantes em relação às atividades do curso e atuação dos docentes. Especificamente em relação à avaliação docente, os estudantes

participação das avaliações institucionais e seus resultados servirão de indicativos para orientação dos planos de ensino, incluindo procedimentos metodológicos e avaliativos, buscando sempre uma aproximação com as especificidades que o contexto exige.

8 INFRAESTRUTURA

ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO

GABINETES DE TRABALHO

Os professores de tempo integral possuem seus gabinetes disponíveis no bloco I, alguns junto ao Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras e outros no espaço do Programa de Pós-Graduação em Educação. Destaca-se que são espaços amplos, com boa ventilação e acústica e comodidade. Possuem também equipamentos de informática e acesso à internet.

ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO, NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E SERVIÇOS ACADÊMICOS

A sala destinada à coordenação e ao NDE é ampla, bem arejada, boas condições acústicas, de ventilação e de iluminação e comporta com comodidade o desenvolvimento das atividades desses órgãos. Está localizada em espaço acessível a todos os acadêmicos, mesmo aos com dificuldade de locomoção, pois situa-se bem próxima ao elevador do bloco I, sala 202. Possui equipamentos de informática e acesso à internet.

SALA DE PROFESSORES

A sala dos professores do Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, localizada no Bloco I-202, destinada também aos docentes deste Curso, é ampla, bem arejada e dispõe de equipamentos de informática e acesso à Internet.

SALA DE AULA

A Instituição possui salas amplas, bem arejadas, que permitem o acesso à Internet, tanto para os docentes quanto para os discentes. Os estudantes semestralmente serão alocados em salas de aula com condições de acessibilidade a todos e com espaço adequado para comportar a quantidade de alunos por turma.

ACESSO DOS ESTUDANTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A Instituição possui vários laboratórios de informática disponíveis a todos os estudantes regularmente matriculados no Curso que atendem plenamente as necessidades acadêmicas dos estudantes. Um dos laboratórios está disponível na biblioteca e pode ser usado para atividades independentes dos estudantes, tais como: consultas à Internet, digitação e impressão de textos.

Os demais laboratórios de informática estão localizados no Bloco S, T, J e G e podem ser utilizados somente com acompanhamento do professor. Em todos os laboratórios os estudantes têm acesso à internet. O LIFE – Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias da Informação e Comunicação para Formação de Educadores também está disponível para as aulas, com acompanhamento de professor, bem como o EFEX Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores.

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

O Curso de Educação Especial tem à sua disposição, para estudos e desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, a Brinquedoteca e o LIFE- Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias da Informação e Comunicação para Formação de Educadores.

A Brinquedoteca, localizada no Bloco I, sala 205, caracteriza-se essencialmente como um espaço de ensino e aprendizagem para o curso de Educação Especial, além de oportunizar o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. Além de dispor de um acervo diversificado e lúdico, possui também materiais específicos para educação especial, entre eles, computador com projetor multimídia, teclados adaptados (colmeia) impressora, livros de literatura infantil, inclusive alguns em braile, jogos adaptados, regletes, bengalas, lupa eletrônica, vocalizador, diversos materiais pedagógicos para pessoas com deficiência física, intelectual, visual ou auditiva e mobiliário básico para estudos. É um espaço privilegiado que possibilita qualificar os licenciandos e os professores em exercício para atuarem na educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, conforme preconizam as políticas educacionais e sociais atuais.

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) está equipado com Home Theater DVD, Lousa Interativa. Projetor Multimídia, Câmera Digital, Lupa Eletrônica com zoom; Mesa Interativa; Tablet (11 PEÇAS); Notebook (12 PEÇAS). Estes equipamentos permitem a utilização de materiais em 3D. Com base neste recurso pretende-se aprofundar o conhecimento sobre o uso desta tecnologia e criar um ambiente que permita aos estudantes uma aprendizagem com base em experiências de ambientes e simulações imersivos em 3D, considerando tanto produções em vídeo quanto em áudio.

Essa imersão em um ambiente 3D fará com que os envolvidos utilizem a realidade virtual (RV) na sua formação para explorar e analisar situações, conhecimentos e diferentes lugares ampliando as experiências para além do que é possível em sala de aula.

Quadro 10 – Laboratórios didáticos especializados

laboratório	sala/campus	componente curricular
LIFE	Campus 1 – G 206	Tecnologias e objetos digitais de ensino e aprendizagem
LIFE	Campus 1 – G 206	Acessibilidade e Tecnologias Assistivas
Brinquedoteca	Campus I – I 205	Todos que apresentarem carga horária prática

Fonte: NDE do Curso (2022)

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A Biblioteca Universitária “Professor Martinho Cardoso da Veiga” é um órgão complementar da Fundação Universidade Regional de Blumenau, conforme disposto no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Resolução n.º 35/2010, Item IV, Subitem II).

Sua missão é desenvolver e colocar à disposição da comunidade universitária um acervo bibliográfico que atenda às necessidades de informação para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, adotando modernas tecnologias para o tratamento, recuperação e transferência da informação.

Está aberta à comunidade em geral para consultas e permite o empréstimo domiciliar aos usuários vinculados à Instituição, ou seja, discentes, servidores da FURB como também de alunos egressos dos cursos de graduação que estejam cadastrados no programa Alumni. Além de suas próprias coleções, a Biblioteca Universitária acessa importantes bases de dados do país e do exterior com o objetivo de ampliar o acesso à informação aos seus usuários. Através da sua *homepage* (<http://www.bc.furb.br>), a Biblioteca disponibiliza o acesso remoto às suas informações e serviços, possibilitando consultas ao seu catálogo e a renovação das obras emprestadas.

Acompanhando a modernização verificada em decorrência do uso da tecnologia de informação, a Biblioteca Universitária está estruturada para ampliar o acesso à informação *online* com a oferta de conteúdo em meio eletrônico e para a formação de usuários, habilitando-os na utilização de mecanismos de busca e dos meios de acesso disponíveis. Neste sentido, nosso catálogo vem ampliando significativamente a disponibilização de conteúdo *online* por meio da publicação da produção acadêmica, da participação em redes de bibliotecas e do acesso a portais de informação.

O horário de atendimento ao público da Biblioteca Central é das 8h às 22h, de segunda a sexta-feira e das 9h às 13h aos sábados; as Bibliotecas Setoriais dos Campi II e III atendem

das 8h às 22h de segunda a sexta-feira.

CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Dentre as necessidades da comunidade acadêmica, no que diz respeito à adequação e à qualificação da infraestrutura, merece destaque a questão da acessibilidade. Proporcionar a máxima autonomia de estudantes e servidores é um compromisso da FURB, tornando democrático o acesso aos seus ambientes, ampliando e facilitando os processos de inclusão, tanto na infraestrutura física quanto nos seus ambientes de ensino-aprendizagem e de comunicação e atendimento. Atender as normas de acessibilidade é uma preocupação constante e está previsto como meta no PDI 2022-2026, que traz diversas ações a fim de adequar a infraestrutura da Universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução n. 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2022.

_____. Presidência da República. **Lei n. 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institui%C3%ADdo%20o%20Sistema,n%C2%BA%209.394%2C%20de%2020%20de. Acesso em: 6 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

_____. **Resolução CNE/CP 02/2017**, de 22 de dezembro de 2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

_____. **Resolução CNE/CES 07/2018**, de 18 de dezembro de 2018 – Estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.

_____. **Resolução CNE/CP 02/2019**, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

FURB. **Resolução nº 129**, de 20 de dezembro de 2001. Homologa o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau.

_____. **Resolução nº 39**, de 1º de julho de 2002. Dá nova redação à Resolução que “Aprova a implantação e a normatização da Prova de Suficiência nos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau”.

_____. **Resolução nº 82**, de 7 de dezembro de 2004. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACCs dos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau, na forma dos Anexos I e II.

_____. **Resolução nº 22**, de 7 de maio de 2014. Institui a Política de Estágios da Universidade Regional de Blumenau.

_____. CCEAL. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia** – Matriz Curricular 2017/1, aprovada pelo Parecer CEPE nº 006/2017 de 04 de abril de 2017 (Processo nº 10/2017).

FURB: Blumenau, 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026**. Disponível em:

https://www.furb.br/_upl/files/avaliacao_institucional/PDI%202022%20a%202026%20FURB.pdf?20220523175800. Acesso em: 23 maio 2022.

_____. **Resolução nº 089/2018**, de 1º de novembro de 2018 – Institui a Política de Estágios da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual De Educação/SC. **Parecer CEE/SC n.º 429/2009**.

